

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA
Programa de Pós-graduação em Sociologia

RODRIGO DA COSTA OLIVEIRA

A MODERNIDADE E AS MASSAS – UMA PERSPECTIVA
DO PROJETO POLÍTICO NAZISTA ATRAVÉS DO
MEIN KAMPF DE ADOLF HITLER

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – UNESP, sob a orientação da Profª Drª João Carlos Soares Zuin, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Araraquara, Agosto de 2012

RESUMO

A presente pesquisa busca através do discurso e do projeto político nazista compreender as origens do pensamento conservador contemporâneo e as formas modernas de discriminação e violência, sobretudo as que são decorrentes da ideia de ordem e controle social, assim também como a relação entre o pensamento conservador e a sociedade de massas na crise da modernidade. Definimos nosso objeto em torno da análise do período que abarca do final da Primeira Guerra Mundial, até a expansão e chegada ao poder do Partido Nazista, na década de 1930. Tendo como objeto central a obra *Mein Kampf* de Adolf Hitler, analisaremos como diferentes ideologias concorreram para a criação de uma doutrina, e o papel do antissemitismo nesse processo. Remontamos as origens de diferentes discursos na sociedade alemã, e como esses discursos convergiram em um projeto político. Objetivamos compreender tanto o poder que a articulação de ideias pode ter dentro de um determinado contexto social, quanto as relações entre ideologia e sociedade. Analisamos as formas que o pensamento conservador assume para o reestabelecimento da ordem e do controle social e em última análise compreender como é possível “naturalizar” as diferenças e as práticas discriminatórias, num processo em que o outro é sub-humanizado, subalternizado, e que se legitimam a segregação, a violência e o extermínio.

Palavras-Chave: Nazismo, Modernidade, Antissemitismo, Mein Kampf

ABSTRACT

This research aims through political discourse and the Nazi project to understand the origins of contemporary conservative thought and modern forms of discrimination and violence, especially those arising from the idea of order and control partner, so as the relationship between conservative thought and mass society in the crisis of modernity. We define our object of analysis around the period spanning the end of World War I, to the expansion and rise to power of the Nazi Party in the 1930s. Taking as its central object the work of Adolf Hitler's *Mein Kampf*, consider how different ideologies contributed to the creation of a doctrine, and the role of anti-Semitism in this process. Reassemble the origins of different discourses in society, and how these discourses have converged on a political project. We aim to understand both the power of articulation of ideas can have within a given social context and the relationship between ideology and society. We analyzed the ways in which conservative thought takes for re-establishment of order and social control and ultimately understand how it is possible to "naturalize" the differences and discriminatory practices, a process in which the other is sub-humanized, subordinazed, e its legitimized segregation, violence and the slaughter.

Key-words: Nazism, Modernity, Anti-Semitism, *Mein Kampf*

Sumário

RESUMO	2
ABSTRACT	3
Sumário	4
Introdução.....	5
Capítulo 1 – Massa e Modernidade	12
1.1 – Estado e ideologia.....	13
1.2 – A Era das massas e o Pensamento Conservador Moderno	24
1.3 – Massificação sistemática: a Estratégia Nazista	55
Capítulo 2 – Raça e Modernidade.....	61
2.1 – O Antissemitismo Moderno	62
2.2 – Origens econômicas do antissemitismo moderno	70
2.3 – Origens religiosas do antissemitismo moderno.....	78
2.4 – A Eugenia e as Origens Científicas do Antissemitismo Moderno	86
Capítulo 3 – Mein Kampf: a República de Weimar e o surgimento do Terceiro Reich. 98	
3.1 – A República de Weimar e surgimento do Terceiro Reich	99
3.2 - Mein Kampf	125
Considerações Finais.....	146
Referencial.....	153

Introdução

Vivemos um momento de transição histórica. A natureza das sociedades é dinâmica, e o processo contínuo de vertiginosas transformações é um dos elementos que melhor caracteriza as sociedades capitalistas. Mas existem momentos na história em que as transformações dão saltos, e as contradições se transformam em conflitos abertos e generalizados. Momentos de esgotamento de um modelo de poder, em que a justificação da dominação se torna ineficiente frente ao esgarçamento da exploração e da exclusão. Surgem novos atores e novas demandas sociais, novas ideias e novas lutas. O capitalismo muda para continuar existindo enquanto sistema, e o entendimento do complexo processo de correlação de poderes e realocação das forças sociais e políticas é um dos grandes desafios para a compreensão do mundo moderno.

Ideias subversivas colidem com os discursos políticos existentes, que passam a ressignificar seus valores e interesses para atender as novas condições sociais e históricas. Os explorados e os excluídos exigem direitos e reconhecimento, as elites reagem para manter o monopólio dos capitais econômicos, culturais e simbólicos, e nas classes médias temem a queda da ordem social. As instituições políticas atravessam uma profunda crise de representação, e mesmo de identidade.

A ação política baseada na intolerância é uma realidade na sociedade contemporânea. Xenofobia, homofobia, racismo, misoginia e higienismo social são formas de intolerância que estão nas ruas e na política institucional. Essas e outras formas de intolerância têm se proliferado, seus adeptos têm se organizado, e as eleições recentes em diversas partes do mundo têm relatado o seu avanço. São raros os países ocidentais que nos últimos anos não têm experimentado o avanço de partidos ou grupos reacionários que baseiam seu discurso na intolerância e na imposição de uma ordem que passa pela exclusão ou o controle das minorias. O nacionalismo e o populismo ressurgem assentando-se sobre um discurso de “proteção” das “legítimas” cultura e economia nacionais.

Como mostra uma reportagem de 29 de Abril de 2012 do jornal *O Estado de São Paulo*:

Segundo um levantamento feito pelo instituto de pesquisa britânico *Demos* com 10 mil simpatizantes do movimento de extrema direita na Europa, o que prevalece entre os eleitores desses partidos é a forte presença de jovens e a noção de que o continente precisa ser protegido. Seja de imigrantes ou, mais especificamente, de muçulmanos. "O antissemitismo era o que unia esses partidos de extrema direita nos anos 20 e 30. Hoje, é a islamofobia que os une", diz Thomas Klau, do Conselho Europeu de Relações Exteriores. A pesquisa foi publicada pouco tempo depois do massacre de Anders Breivik na Noruega, justificando suas ações pela necessidade de proteger a cultura norueguesa. A maioria dos partidos de extrema direita insiste que não aprova tal ação e prefere o jogo democrático, principalmente em um momento que ganham eleitores e eleições. "Há milhares de pessoas desiludidas na Europa hoje", afirmou Jamie Bartlett, que conduziu o estudo. "Estão frustrados com os partidos tradicionais, com as instituições e preocupados sobre seu futuro pessoal", disse. "Encontram, portanto em partidos ativos e motivados respostas simples para seus problemas. Políticos europeus precisam começar a escutar essas vozes e dar respostas", completou. Para analistas, outra constatação é que o discurso desses partidos de extrema direita se sofisticou. Mas não deixou de ser racista. "Partidos estão tentando apresentar a oposição à imigração de uma forma aceitável à maioria das pessoas", alertou Matthew Goodwin, da Universidade de Nottingham. "A nova mensagem é de que não é racismo se opor aos imigrantes se o eleitor está fazendo isso do ponto de vista da defesa dos valores locais", explicou. "O resultado é a explosão de apoio a esses países nos últimos cinco anos, incluindo Escandinávia, onde aparentemente a sociedade estava imune a essa tendência", completou. (CHADE, "Grupos xenófobos já compõem nove governos europeus". O Estado de São Paulo, São Paulo, 29 abr. 2012)

Apesar de ferir os princípios elementares da democracia moderna – como a liberdade e a igualdade – por incitar o racismo e à xenofobia, esses grupos tem adaptado seu discurso e, diante da crise financeira mundial, chegou ao poder nos últimos anos em vários pontos da Europa pelo viés institucional e democrático. Segundo o jornalista Jamil Chade, nove países europeus já têm partidos de extrema direita em suas coalizões do governo central ou como peças fundamentais nos Parlamentos.

Uma pesquisa realizada por Ana Paula Tostes, professora da Michigan State University, nos Estados Unidos, mapeou o crescimento de votos em partidos da nova extrema-direita em eleições nacionais em países membros da União Europeia. A tese da pesquisa é a de que consequências da política regional refletem na preferência do eleitor em eleições nacionais. Os votos nesses partidos na Europa ocidental estão fortemente associados ao fato de que esses partidos possuem uma agenda nacionalista forte, um

posicionamento de resistência à expansão de direitos a imigrantes, à flexibilização de fronteiras e a suposta perda de soberania.

Sendo assim, a pesquisadora argumenta que o "voto intolerante" em partidos políticos que suportam agendas não pluralistas não pode ser explicado apenas por motivações de política doméstica, como tem sido feito. Para ela, a União Europeia e sua política de abertura de fronteiras e extensão de cidadania comum incomoda o eleitor da nova extrema-direita, inclusive quando ele vota em eleições locais. A nova ideologia de extrema-direita, que representa uma nova defesa de idéias autoritárias e de mudança de regras pluralistas e democráticas, tem procurado ganhar espaço e poder político dentro das próprias vias que a democracia oferece: pela representação popular.

Tostes coloca que enquanto a tradicional extrema-direita está relacionada ao fascismo, a nova extrema-direita representa uma nova clivagem política, fruto da "sociedade pós-industrial". Para ela, o que torna curiosa esta nova ideologia de extrema-direita é que, defender a liberdade de imprensa, liberdade de opinião, bem como o fim da censura, faz parte da agenda deste grupo de preferências políticas e ideológicas que se contrapõe aos princípios democráticos de inclusão, pluralismo e diversidade. Em outras palavras, os defensores da extrema direita querem defender a intolerância livremente.

Da mesma forma que grupos conservadores têm buscado recuperar o seu espaço perdido nos últimos anos, surgem novos grupos conservadores, e o viés político é o seu instrumento de luta paralelamente ao discurso de massa. Isso tem se tornado evidente, sobretudo em relação aos grupos religiosos. Sem falar das mais variadas formas de agrupamentos civis que tem se organizado desde a formação de gangues neonazistas até grupos paramilitares que vigiam as fronteiras, e que tem feito vítimas que vão desde imigrantes e minorias sexuais até moradores de rua.

A crise econômica que os países que compõe o núcleo ocidental têm vivido intensamente nos últimos anos, somado aos efeitos vertiginosos da globalização, tem trazido a pauta semelhantes questões que caracterizam o início do século XX: o fator demográfico e as migrações, a xenofobia e o racismo, a radicalização dos movimentos políticos de extrema direita, a guerra como continuação da política. Outro elemento que tem sido um importante agravante desse processo é a chamada Guerra ao Terror, que

tem gerado intensos conflitos entre a sociedade ocidental e a islâmica, da mesma forma que tem legitimado um aumento assombroso do poder do Estado sob o pretexto da proteção nacional.

Para Paulo Fagundes Vizentini, o fenômeno da ascensão dessas formas de política se explica por:

Basicamente, duas razões contribuem para este fenômeno: o enfraquecimento da esquerda europeia e a crise vinculada à globalização neoliberal, que está produzindo o declínio do Welfare state (Estado de bem-estar social). Quanto ao primeiro ponto, pode-se dizer que a política é uma espécie de balança, que não pode estar no centro se não há pesos iguais dos dois lados. O fim da II Guerra Mundial significou um recuo do conservadorismo e da direita. Os Estados Unidos trataram, então, de conter a esquerda, apoiando-se no discurso anti-comunista da Guerra Fria, na Doutrina Truman e no Plano Marshall. Neste contexto, foi criada a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), o pacto militar mais poderoso do planeta, e lançada a reconstrução, que foi administrada geralmente pelos partidos democrata-cristãos, criados para agrupar grande parte da direita e centro-direita. Os socialistas e social-democratas, neste contexto, foram obrigados a moderar-se cada vez mais e aproximar-se do centro, enquanto a sociedade de consumo alienava a população da política ("tudo está bem, então para que fazer política?"). Nos anos 60 esta centro-esquerda ultra-moderada voltou ao poder, administrando o bem-estar social. Quando este se esgotou, no final dos anos 70, a social-democracia também havia perdido sua essência popular e os intelectuais haviam passado da modernidade à chamada pós-modernidade, um movimento filosófico que atualizou e revigorou o pensamento conservador. Então o neoliberalismo implantou-se nestas sociedades e a esquerda social-democrata, no contexto da crise do comunismo, deslocou-se ainda mais para a direita, como forma de tentar recuperar o poder. (VIZENTINI, A extrema-direita, a França e a União Européia. Terra, São Paulo, Abr. 2002)

Para Vizentini, a ascensão da extrema-direita e da política radical baseada na intolerância começou com o esgotamento do neoliberalismo. Podemos destacar também as problemáticas suscitadas pelos efeitos centrípetos da globalização e da economia de mercado que tendem a homogeneização e o interdependenciamento. Também é fundamental a dificuldade de lidar com a multiculturalidade intensificada pelo contato cada vez maior entre as culturas, sobretudo pela migração, e paralelamente existe o surgimento de novas identidades, novos grupos e novas formas de vida, que acabam entrando em confronto com os valores e as normas sociais tradicionais. Existem dois fatores, que mesmo apontando para lados diferentes, reforçam juntos o mesmo fenômeno: de um lado o ceticismo na política e nas instituições, e de outro, a exigência

de setores da sociedade por medidas enérgicas do Estado e posições mais radicais dos partidos políticos.

Cansada do neoliberalismo, a população votou em Blair, Jospin e Schroeder nos anos 90, mas estes simplesmente foram continuadores da política neoliberal, que gerava privatizações, desemprego e desmonte do Welfare state, alegando que o fim da Guerra Fria significava "o fim da História" e, conseqüentemente, o fim do socialismo. Decepcionada e revoltada, a população oscilou entre afastar-se da política e apoiar um populismo de direita que fala forte e aborda abertamente problemas que os governos "politicamente corretos" recusam-se a encarar. Assim, a despolitização da vida social, produzida por uma esquerda acomodada (aliada ao fundamentalismo economicista dos liberais) e por intelectuais e acadêmicos conformistas, possibilitaram a volta da extrema-direita ao cenário eleitoral. Isto foi agravado pela crise social que acompanha o neoliberalismo globalizante, que começa a afetar seriamente a Europa, gerando desemprego e insegurança social. Ao mesmo tempo, a classe política tradicional parece disposta a aceitar a continuidade da supremacia norte-americana sobre o velho continente, mesmo quando esta já não possui mais qualquer funcionalidade histórica. Mas, sem uma esquerda para canalizar este tipo de descontentamento, à uma população desacostumada a fazer política não restou outra alternativa senão recusar-se a votar ou votar na extrema-direita, que possui um discurso crítico. Houve também um expressivo crescimento eleitoral da extrema-esquerda, também fortemente crítica. Os partidos verdes, que também se acomodaram à política dominante, igualmente recuaram no cenário eleitoral. Parcialmente originários dos movimentos pacifistas dos anos 70 e 80, eles apoiaram as guerras promovidas pela OTAN e pelos Estados Unidos, descaracterizando-se aos olhos da população. Por fim, a manipulação da questão do terrorismo tem gerado um efeito adicional que impulsiona a extrema-direita e seu discurso racista. (VIZENTINI, A extrema-direita, a França e a União Européia. Terra, São Paulo, Abr. 2002)

Um exemplo da manipulação da questão do terrorismo é o *Patriot Act*, assinado pelo presidente George W. Bush logo depois dos ataques de 11 de Setembro nos EUA. Uma espécie de lei marcial que dentre outras medidas, dá ao Estado o poder de invadir lares e outras propriedades privadas, espionar cidadãos, interrogar e deter sem acusação formal – deixando inclusive de forma subjetiva a tortura como um instrumento legítimo para a suposta defesa da segurança nacional – de possíveis suspeitos de espionagem ou terrorismo, sem direito a defesa ou julgamento. Em suma, as liberdades civis com esse ato são removidas do cidadão.

Hannah Arendt, Theodor Adorno e Norbert Elias, dentre muitos outros, dedicaram boa parte de suas obras não somente ao estudo dos fenômenos políticos do

seu tempo, mas também a analisar as consequências culturais e sociais dos regimes totalitários, bem como a possibilidade de seu retorno. E esse espectro nunca esteve tão próximo quanto hoje.

Em um artigo recente, o historiador francês Marc Ferro discutiu o retorno do discurso de extrema-direita nos nossos dias e a reedição do livro de Adolf Hitler, *Mein Kampf*. Segundo ele, é importante que haja uma crítica sobre essas formas de pensamento que são atualizadas em nossos dias, para que esses discursos não sejam recebidos pelas atuais gerações de forma acrítica. Para Arendt, Adorno e Elias, autores de perspectivas teóricas e ideológicas distintas, é justamente a inexistência de uma consciência crítica que possibilitaria o retorno dessas ideias, e posteriormente, desses regimes. E para entendermos com maior sentido as contradições do tempo presente, buscaremos compreender as condições sociais, culturais, econômicas e políticas que há um século geraram os diferentes regimes totalitários que se proliferaram de diferentes formas em vários países nas primeiras décadas do século XX.

Buscamos, assim, compreender as origens do pensamento conservador contemporâneo e as formas modernas de intolerância, sobretudo as que são decorrentes da idéia de ordem e controle social, bem como as relações existentes entre o pensamento conservador e sociedade de massas na crise da modernidade.

Definimos nosso objeto em torno da análise do período que abarca do final da Primeira Guerra Mundial, até a expansão e chegada ao poder do Partido Nazista, na década de 1930. Tendo como objeto central a obra *Mein Kampf* de Adolf Hitler, analisaremos como diferentes ideologias concorreram para a criação de uma doutrina, e o papel do antissemitismo nesse processo. Remontamos as origens de diferentes discursos na sociedade, buscando compreender como esses discursos convergiram em um projeto político.

Apesar de o nazismo estar comumente associado a um regime ditatorial, nossa pesquisa se desenvolve no contexto democrático da República de Weimar, em que o partido e o ideário nazistas surgiram e chegaram meteoricamente ao poder. E esse recorte tem uma razão específica: entender como a intolerância e o pensamento totalitário podem emergir no seio de uma democracia, e como também não precisam necessariamente exterminá-la enquanto sistema político para que seus ideais sejam

postos em prática. Procuramos mostrar como não só os regimes totalitários, mas como também as democracias podem comportar uma política intolerante e opressiva.

Hannah Arendt, no seu *Origens do Totalitarismo*, fala várias vezes em “cristalização”. Fazendo incursões sobre diversas questões, como o Antissemitismo e o Imperialismo, que surgindo separadas, Arendt coloca que acabaram convergindo no começo do século XX no fenômeno totalitário. Mas a autora não fala em um momento específico dessa cristalização. No caso do totalitarismo nazista, pensamos que a cristalização de uma série de elementos históricos, econômicos, religiosos e filosóficos dentro de um bloco unitário, de uma doutrina e um projeto político, ocorreu no *Mein Kampf*, tanto no contexto do momento em que ocorreu a sua escrita, assim como as ideias em si que o livro representa. Ele representa justamente a transição, o fim de um ciclo na década de XX, e o início de outro, que só foi encerrado com o final da Segunda Guerra Mundial.

Dessa forma, buscamos contextualizar o livro historicamente, identificando as diferentes problemáticas sobre as quais as argumentações do livro são desenvolvidas. Nesse sentido, demos ênfase as questões próprias da modernidade – os problemas surgidos com os processos de urbanização e de industrialização, tais como: o desenraizamento, a degeneração dos laços sociais orgânicos, o acirramento da luta pela vida na economia de mercado, a proletarianização em massa de vastos setores sociais, as dramáticas crises econômicas e o aumento do desemprego, a presença da incerteza e do mal-estar na vida cotidiana – e como elas incidem sobre o contexto histórico no qual Hitler escreveu sua obra. Objetivamos, portanto, compreender o fenômeno da política autoritária e intolerante enquanto uma ideologia capaz de articular os valores e as ideias em um determinado contexto social e político, e as relações entre ideologia e sociedade.

Capítulo 1 – Massa e Modernidade

1.1 – Estado e Ideologia

O nazismo é um objeto de estudo com longa tradição, em que diversos autores das mais variadas correntes se debruçaram sobre o tema com diferentes metodologias. Não é uma tarefa muito simples estabelecer um diálogo entre tantos autores, e a dificuldade aumenta ainda mais na medida em que se busca correlacionar com certa cronologia histórica. A análise da obra em primeiro lugar busca identificar aqueles elementos que nela mesma são postos em destaque. Partindo desses elementos, faremos a sua contextualização, para que voltando a obra, possamos identificar de forma mais profunda os elementos mais subjetivos.

Podemos separar os elementos mais objetivos da obra em dois grandes grupos: o papel do Estado em reordenar a sociedade em uma época de crise social e a função da ideologia em orientar os comportamentos e as mentalidades dos indivíduos dispersos e desorientados pelas dinâmicas da modernidade. Tendo sempre em vista que o *Mein Kampf* é uma obra essencialmente política, a temática do Estado é central da primeira até a última página. E a ideologia, pensada nesse texto como a junção de valores, ideias e interesses, é a noção imediata de conjunto que se tem numa primeira leitura.

O *Mein Kampf* é um livro que busca o tempo todo afirmar, correlacionar e direcionar o conjunto da sociedade para as lutas que deveriam ser travadas e vencidas, uma concepção de luta no seu alcance mais extremo: a ação extrema que colocava em risco a própria vida coletiva de um povo e que buscava, se vitoriosa fosse, a formação de um novo e sólido império mediante a derrota e destruição dos inimigos. É um livro que busca ordenar o sentido das ideias em um singular tempo histórico – aquele aberto pela derrota militar alemã na guerra mundial de 1914-1918, pelo advento do comunismo na Rússia e a formação da URSS, pela crise econômica de 1929, pelas radicais lutas sociais e políticas os anos vinte, e, pela ameaça de decadência, degeneração e fim da civilização –, bem como reestabelecer o lugar natural das coisas que foram corrompidas pela modernidade. Os capítulos centrais do livro colocam em destaque o momento de profunda crise – moral, econômica, social e política –, apontando sempre para a necessidade de restauração da ordem e do controle. A ênfase na contextualização histórica expunha ao leitor tanto as diversas crises existentes, quanto a necessidade de despertar a consciência dos leitores à necessidade de novos agentes políticos capazes de

enfrentar com força os problemas existentes em uma realidade em profunda crise. Portanto, obra e contexto histórico são elementos indissociáveis.

No curso da Primeira Guerra Mundial, Max Weber efetuou uma significativa consideração sociológica acerca das mudanças que transformavam o Estado nacional desde o final do século XIX. A leitura atenta da significativa análise de Weber revela a formação de um processo histórico que continuamente fortalecia e ampliava a força e o prestígio do Estado nacional em detrimento seja das outras comunidades sociais e políticas, seja dos indivíduos:

O desenvolvimento nos últimos decênios, e em particular, os acontecimentos sem precedentes que hoje somos testemunhas tem elevado fortemente o prestígio do Estado. Somente para ele, entre todas as comunidades sociais, é hoje atribuída uma força “legítima” sobre a vida, a morte e a liberdade; e seus órgãos utilizam tal poder contra os inimigos externos na guerra, e, na paz e na guerra, contra os opositores internos. Na paz, ele é o maior empresário e cobrador de tributos sobre o cidadão, e na guerra dispõe ilimitadamente de todos os bens econômicos ao seu alcance. (WEBER, 1974, p. 122)

Para Weber, seguindo a definição de Trotsky, a grande característica do Estado é a manutenção do monopólio da força. Apesar da centralidade e força do Estado serem características sobressalentes no ocidente desde o absolutismo moderno, Weber destaca os acontecimentos históricos que deram ao Estado poderes sem precedentes, a saber: 1) a continua extensão das ações do Estado dentro e fora do território nacional; 2) o aperfeiçoamento da capacidade de controle social pela burocracia e pela dominação legal e racional; o uso da ciência e da técnica como armas de indução e manipulação (sobretudo pela difusão das ideias através dos meios de comunicação de massa como o rádio e o cinema); 3) a possibilidade técnica e objetiva de mobilização total dos cidadãos e dos recursos culturais e econômicos e 4) a construção de uma gigantesca máquina de dominação e de guerra contra a figura do inimigo com a decretação do estado de exceção e a formação da política total e da guerra total. É possível também afirmar que o fortalecimento do Estado moderno foi construído no seu interior nas lutas sociais contra o inimigo interno e nas guerras coloniais e imperialistas contra o inimigo externo – que serviram como uma espécie de laboratório para as guerras mundiais. Logo, o Estado moderno para Weber cresceu em poder e prestígio nas lutas contra a figura de um inimigo, uma luta que não reconhece na figura do oponente o adversário,

que após o combate será preservado em sua dignidade nos acordos e compromissos assumidos; ao contrário, o Estado moderno adquiriu mais poder e prestígio ao demonstrar ser capaz de vencer o inimigo dentro de uma guerra total, aquela que após o ultimato, as forças bélicas aniquilam o inimigo e estabelecem o poder total sobre o resto da população.

A *Primavera dos Povos*, comumente datada em 1848, e a *Comuna de Paris*, em 1871, são dois acontecimentos históricos fundamentais para a criação do Estado totalitário. A Primavera dos Povos foi um fenômeno histórico que assumiu diversas formas por toda a Europa, mas de maneira geral podemos dizer que foi a consolidação da burguesia no controle do Estado, em um contexto de profundas crises sociais. Dessa forma, a burguesia se apoderou do Estado, e através dele consolidou o monopólio do seu poder perante a sociedade em um movimento duplo, em que de um lado afastou as elites tradicionais ligadas ao Antigo Regime do poder, e de outro, usou a força do Estado para controlar tanto a sociedade de classe, quanto a sociedade de massa.

A ascensão da burguesia teve como efeito colateral a ruptura com as formas tradicionais de dominação. Essa ruptura política teve consequências na população, cada vez mais agitada com as novas concepções políticas e com as crises sociais e econômicas. A burguesia se aliou as massas populares para retirar do controle das antigas elites o controle do Estado e da economia, mas ao assumir esse poder, as contradições entre a burguesia e a massa dos trabalhadores se tornaram profundas e tensas. A Comuna de Paris foi uma etapa importante desse mesmo processo, em que a massa deixou ser um elemento amorfo e disperso que amedrontava as elites pelo seu potencial sempre latente, para se tornar um elemento político organizado, com lideranças, força para confrontar o monopólio do Estado, e uma consciência das contradições entre os seus interesses e os interesses das elites.

Discutiremos essa relação entre a burguesia e as massas com mais profundidade no tópico seguinte, mas para pensarmos nesse momento no papel do Estado, é importante que compreendamos que a burguesia ao conseguir seus objetivos, utilizou-se do monopólio da força do Estado para estabelecer a ordem social e constituir um novo sentido para a história. Há um aparelhamento ideológico do Estado pela burguesia, que se utiliza dele tanto para valer dos seus interesses, como para difundir suas ideias e valores. É o que podemos observar nas reflexões de Bukharin acerca das transformações

do Estado moderno, que, em uma perspectiva ideológica contrária a de Weber, afirmou que no século XX o Estado se transformou em “novo Leviatã, diante do qual a fantasia de Thomas Hobbes parecia um jogo de crianças” (apud LOSURDO, 1996, p.191). Um Estado que possuía a potência necessária para controlar os recursos naturais e materiais, bem como de estabelecer de modo absoluto o sentido da vida e da morte nos momentos de paz e de guerra, restringindo a liberdade dos cidadãos nos momentos de profunda crise e durante as guerras. Para Domenico Losurdo, a análise de Bukharin colhe o fenômeno do totalitarismo em seu estado germinal:

O Estado não se limita a controlar a produção e força de trabalho, reduzida a condições mais ou menos servis. O salto de qualidade vai bem além da esfera propriamente política e econômica: “A filosofia, a medicina, a religião e a ética, a química e a bacteriologia – tudo foi “mobilizado” e “militarizado”, como a indústria e as finanças”. Não há dúvida, trata-se de uma primeira análise do totalitarismo, ainda que não apareça ainda o termo. Bukharin também colhe com lucidez o fenômeno será chamado de “nacionalização das massas”, enumerando minuciosamente as inumeráveis associações que se desenvolveram capilarmente na sociedade. (LOSURDO, 1996, p.191-192).

É o momento histórico em que se difundia e triunfava a idéia de “totalismo” emanada pelo Estado nacional e colocada em ação através da “política total”, da “mobilização total” e da “guerra total” (LOSURDO, 1990). Época na qual o Estado moderno, transformado em estado de exceção, impunha para a população civil o alistamento obrigatório da população masculina, as legislações de emergência, os tribunais militares e os pelotões de fuzilamento, e, indiretamente, abria as portas para que as mulheres fossem transformadas em operárias e auxiliares das forças armadas nos serviços médicos. Uma imensa transformação da sociedade moderna em seus ideais e valores, normas e expectativas marcou o início do século XX.

Weber não viveu a tempo de ver o totalitarismo tomar a forma completa, nem o antissemitismo ser levado até as últimas consequências com o Shoah, mas conseguiu refletir significativas intuições e deduções sobre densos problemas da modernidade e da modernização burguesa que foram desenvolvidas por diferentes formas de pensamento, inclusive, na Escola de Frankfurt. É comum pensarmos a Escola de Frankfurt como ligada a uma tradição marxista e freudiana, mas aspectos fundamentais presente na obra de vários autores frankfurtianos que se referem as formas de racionalidade e sua morfologia para a compreensão da sociedade moderna remetem aos escritos de Weber.

Enzo Traverso, no livro *La Historia Desgarrada* (2001), cita que Weber foi o primeiro intelectual a atentar para a aliança moderna entre racionalidade e barbárie. Para Weber, a modernidade seria o triunfo racionalidade orientada para os fins, produtiva e utilitária, baseada na abstração, na quantificação, no cálculo e na previsibilidade, sobre a racionalidade orientada para os valores, essa ligada a valores éticos e morais. As duas formas de racionalidade se correlacionavam na realidade, mas com a modernidade, a racionalidade orientada para os fins passou a se impor como hegemônica forma de ação e relação social, produção econômica e forma de governo, ordenando e regulando as movimentações dos atores e agentes dentro da sociedade, e dessa forma as relações humanas seriam esvaziadas em seu condicionante ético. O predomínio dessa razão conduzia inevitavelmente a sociedade a um processo de desencantamento do mundo, em que a sociedade seria cada vez mais controlada e administrada por uma máquina burocrática.

Na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (2008) Weber pensava no desencantamento do mundo como um processo de secularização e racionalização, em que a magia e os mitos perdiam espaço como representações cotidianas da realidade. Mas as suas conferências perto do fim da sua vida, em 1919, sobre ciência e política como vocações revelam um prognóstico pessimista sobre os rumos que a civilização ocidental tomava através do processo de desencantamento. A sociedade racionalizada, baseada na burocracia e na tecnologia, parecia uma jaula de ferro, onde o homem era cada vez mais coagido pela “petrificação mecânica” do conjunto de relações sociais. Nas primeiras décadas do século XX, Weber não via grandes alternativas para a sociedade do cálculo, da administração, da frieza técnica e da morte do espírito. A extensão desse processo civilizatório inviabilizava inclusive a alternativa socialista, posto que a racionalidade estivesse nas formas elementares de dominação, estendendo-se para além das formas de produção. Nesse sentido, Weber coloca que o que caracteriza a dominação na sociedade moderna não era apenas a extração da mais-valia, mas também a formação da burocracia moderna, que seria resultado de uma organização cada vez mais racional da vida.

Giddens no livro *Política, Sociologia e Teoria Social* (1998), ressalta que para Weber, a solução para a problemática política da preeminência da dominação burocrática era buscar um equilíbrio maior entre as outras formas legítimas de dominação. Em lugar

de burocratas anônimos, Weber colocava a necessidade de um estadista dotado da ética da responsabilidade e senso público de dever para com a pátria, para que as relações políticas não se perdessem na frieza e no distanciamento da burocracia. O tipo ideal que Weber considerava nesse momento era a figura de Bismarck, que ao mesmo tempo em que aprimorou a máquina estatal através da introdução de uma burocracia ampla e eficiente, aliava ao seu pulso firme um carisma que lhe proporcionava amplo poder diplomático, seja no plano interno quanto no plano externo.

Nesse sentido, surge um conceito fundamental de Weber para entendermos o nazismo: a dominação carismática. Segundo Weber, a dominação carismática é influenciada diretamente pelos fatores emocionais e afetivos, e a obediência não é estabelecida por regra ou cargo, mas sim pela crença nas qualidades do líder, ao caráter sagrado, à força heroica, ao valor exemplar ou ao poder da palavra que distingue de modo especial e, é aceita devido a devoção afetiva por parte dos dominados. Esta devoção, para Weber, deve-se ao reconhecimento que os heróis e demagogos alcançam, convertendo a fé e o reconhecimento em deveres invioláveis que devem ser seguidos pelos governados.

Assim, Weber estabelece que a dominação carismática se opõe às bases da legitimidade da ordem estabelecida e institucionalizada, onde o líder carismático, em certo sentido, é sempre revolucionário, na medida em que se coloca em oposição consciente a algum aspecto estabelecido da sociedade em que atua. E veremos isso com clareza no Capítulo 3, quando analisaremos a trajetória da ascensão de Hitler e o Partido Nazista. Mas para que a autoridade seja estabelecida, é necessário que os seguidores considerem o apelo do líder como legítimo, estabelecendo-se assim, uma lealdade de tipo pessoal. Nesse sentido, o *Mein Kampf* assume o sentido de ser o elo estabelecido entre o líder e a massa, posto que seria ele a representação do discurso que legitimaria o apelo do líder.

Weber ressalta que como a obediência a um líder deve-se às suas qualidades pessoais, não há nenhum procedimento ordenado para a nomeação ou substituição deste e, sendo assim não há carreiras e nem é necessária formação profissional para se obter o carisma. Assim, Weber já responde de antemão a indagação um tanto quanto recorrente

sobre como alguém com as origens e poucos feitos pessoais de Hitler, pode alcançar os seus feitos políticos, e em relativamente pouco tempo.

Weber afirma que a fonte do poder na dominação carismática é estabelecida em cima do novo, do que nunca existiu, carecendo da existência previa de vínculos predeterminados. Tratando-se de um fenômeno excepcional, a dominação carismática não pode estabilizar-se sem sofrer profundas mudanças estruturais e, dependendo dos padrões de sucessão que adotar e com a evolução do corpo administrativo, tornar-se-á ou racional-legal ou tradicional, em algumas de suas configurações básicas. Isso fica claro com a efetivação do complexo aparelho do Estado totalitário nazista, após a chegada ao poder.

Essa linha interpretativa que concebe uma relação política entre o racional e o emotivo não era inédita, e remete ao cerne do pensamento nietzscheano. Nietzsche dedica grande parte do seu “Nascimento da Tragédia” a criticar o mesmo processo de racionalização ao referir-se ao caráter “socrático”, “apolíneo”, da civilização ocidental moderna. Ou seja, o predomínio do racional, do simétrico, do mensurável, do previsível e do individual. No paralelo em que estabelece com o “dionisíaco”, ou seja, o emotivo, o assimétrico, o desmedido, o inconsequente, e o grupal, Nietzsche reflete sobre a existência da própria cultura, em que os impulsos, as paixões estariam em conflito com o controle racional que os homens criam para si mesmos, em que o ser tenta se justificar para a consciência. Nietzsche nesse sentido sofre grande influência de Schopenhauer, sendo o dionisíaco muito próximo daquele que este entende como “mundo da vontade”.

Abir Taha afirma que a relação entre Nietzsche e o nazismo é muito mais profunda e complexa:

A ideologia nazista foi, inicialmente, um esforço para efetivar e institucionalizar o culto do Super-Homem de Nietzsche, aplicando-o a um sistema político que alimentaria uma *Herrenvolk* ou “Raça Superior” em corpo e espírito, destinada a governar a Terra. Na verdade, o nazismo foi bastante influenciado pela filosofia nietzscheniana, especialmente seu conceito de Super-Homem, dando-lhe uma dimensão política para “colocar Nietzsche em ação” e transformar uma noção abstrata do culto do filósofo em uma realidade concreta. A SS (Schutzstaffeln ou “Esquadra de Segurança”), a elite racial e política alemã nazista, foi de fato uma instituição nietzscheniana autoproclamada de *Urbmensch* ou “Super-homens”, que queria incorporar o conceito de Deus-Homem. (TAHA, 2007, p.9)

Pesquisadores do nazismo como Willian L. Shirer, Joachim Fest e Richard J. Evans também exploram em algum momento dos seus respectivos trabalhos a relação entre o pensamento nietzscheano. E por mais controverso que seja o debate acerca da relação de pessoal de Nietzsche com futuro nazismo, parece ser consenso que sua irmã, Elizabeth Nietzsche, era uma ardorosa antissemita, simpatizante do nazismo, e autorizou o amplo uso dos escritos do irmão em coletâneas nazistas que distorciam suas ideias através de simplificações e recontextualizações, chegando algumas vezes a adaptar a obra do irmão ela mesma. É celebre o ato em que ela entrega a Hitler, na época, um jovem político em ascensão, a bengala de Nietzsche, simbolizando que Hitler continuaria a sua caminhada.

A obscuridade das ideias de Nietzsche dá de fato margem para as mais diversas interpretações da sua obra. O autor se caracteriza por uma escrita poética, e seus livros são em sua maioria aforísticos. O caráter enigmático de sua escrita se soma ao fato de que muitas de suas obras foram publicações póstumas, organizadas por terceiros. Seus conceitos como o de Super-Homem e a dicotomia entre a Moral dos Senhores e a Moral dos Escravos fazem menção ao *direito da força*, mas não fazem referências concretas a grupos sociais, muito menos preconizam um sistema político.

Mas a forte relação de Nietzsche com o paganismo ariano, sua rejeição ao cristianismo e outros valores ocidentais como o capitalismo e o socialismo deram margem para novas interpretações na década de 1920. Sua apologia aos mitos arianos, e a negação de valores que passavam a ser identificados nesse período como eminentemente judaicos fizeram de suas idéias uma “fôrma”, onde o “ariano moderno” se coloca como o próprio *Super-Homem*, o *Übermensch*, dotado da Moral dos Senhores, em luta contra o sub-homem, o *Untermensch*, que impregnado da Moral dos Escravos, seria representado pelo inimigo judeu e seus “valores decadentes”, como o individualismo e o materialismo.

Portanto, tanto Nietzsche como os nazistas clama o renascimento do paganismo ariano, especialmente da tradição ariana esotérica antiga da Índia à Grécia, rejeitando a religião judaica do Cristianismo, a qual acreditam ser uma grande distorção dos ensinamentos originais de Cristo. Ambas as doutrinas reconhecem o *Desejo de Poder* o motor da história; ambos louvam as qualidades e valores do Super-Homem, glorificando a guerra e advogando uma visão de mundo radicalmente aristocrática. Tanto Nietzsche como o nazismo desprezam a

civilização judaico-cristã ocidental e seus dois produtos, o Liberalismo e o Socialismo, introduzindo uma terceira opção – o radicalismo aristocrático – entre a “democracia igualitária corrupta” e o “Socialismo materialista do povo”. Além disso, os dois defendem a supremacia de uma Raça Superior ariana universal, transcendendo as fronteiras dos estados e das nações; e finalmente, Nietzsche e os nazistas eliminam o “decadente” da civilização, considerando-o um estranho à ordem natural, uma encarnação da Moral dos Escravos. (TAHA, 2007, p.30)

Nietzsche, em *Assim Falou Zaratustra (Also sprach Zarathustra)*, coloca que o caminho para o homem se tornar o Super-Homem passa em primeiro lugar pela completa transvaloração do indivíduo. Na década de 1920, isso foi interpretado como a negação dos valores políticos ocidentais, em especial o capitalismo e o socialismo na forma como se desenvolviam naquele momento. O segundo passo é a reconstrução total dos valores e do cosmos através da *Der Wille zur Macht* (traduzido como “vontade de potência” ou “Desejo de Poder”), o que equivaleria não só a destruição de vários elementos do mundo atual e a criação de novos, como também a possível retomada de elementos passados. A perspectiva nazista desse passo configura-se fundamentalmente pela implementação de uma ideologia reacionária através da força. E o último passo, que seria a contínua superação, é o que permeia toda a ideia de um novo Reich de mil anos.

Domenico Losurdo coloca que a vontade de potência e a ideologia da guerra são parte do mesmo processo que se desenvolveu no curso do colonialismo e, sobretudo, no final do século XIX no imperialismo. Em uma boa síntese teórica das profundas mudanças ocorridas na cultura e na arte, na ciência e na política, Losurdo afirma que:

É em si sintomática a terminologia que começa a emergir entre o final do século XIX e o início do século XX. “Raças inferiores”, povos-bestas e povos-instrumentos de trabalho, ou, como será dito mais tarde, *Untermenschen*; “eugenética” para os vagabundos e parasitas (os “elementos não sociais” colocados em mira pelo nazismo), “campos de concentração”, “aniquilamento”, “extermínio”, “holocausto”: não há dúvida, está em plena atividade, bem antes da revolução de outubro, o laboratório do Terceiro Reich e os horrores do século XX, e isso nos envia à tradição colonial ou à história do tratamento infringido aos “bárbaros”, nas colônias e nas próprias metrópoles por parte daqueles que se auto-proclamam representantes exclusivos da civilização.” (LOSURDO, 1998, p.12-13)

Logo, na era na qual triunfava a “política total”, a “mobilização total”, o “extermínio total”, e a “guerra total” (LOSURDO, 1990) desenvolvida pelas forças da burguesia industrial e do Estado nacional, o indivíduo experimentava uma drástica redução de poder e capacidade de crítica, sofrendo violentamente no corpo e na alma as dores, as privações e os sacrifícios impostos pelos Estados imperialistas em guerra.

Podemos observar este processo em dois intelectuais que o vivenciaram, Sigmund Freud e Walter Benjamin:

O indivíduo tem a ocasião de comprovar nesta guerra, com grande perplexidade, o que já pode suspeitar de vez em quando durante a paz: que o Estado nega ao indivíduo o recurso da injustiça, não porque quer aboli-la, senão porque pretende monopolizá-la como o sal e o tabaco. O Estado que conduz uma guerra se permite qualquer injustiça, qualquer violência que desonrariam ao indivíduo. Não somente apela frente ao inimigo a astúcia ilícita, senão também a mentira consciente e ao engano premeditado, recorrendo a estes meios numa medida que parece superar o acostumado em guerras passadas. O Estado exige de seus cidadãos o máximo de obediência e sacrifício, mas ao mesmo tempo os coage com a ocultação e com a censura de expressão e transmissão de idéias, que deixam livre o ânimo dos mesmos para qualquer mudança desfavorável e a todo rumor superficial. O Estado se considera livre de todos os tratados e contratos que havia se comprometido com outros Estados; professa sem restrições sua ambição e suas tendências de poder, que o indivíduo se vê obrigado a endossar por patriotismo. (FREUD, 1954, p.225.)

Por sua vez, Walter Benjamin em *Experiência e pobreza* em 1933 afirma que:

Não, está claro que as ações da experiência estão em baixa, e isso numa geração que entre 1914 e 1918 viveu uma das mais terríveis experiências da história. Talvez isso não seja tão estranho como parece. Na época, já se podia notar que os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos. Os livros de guerra que inundaram o mercado literário nos dez anos seguintes não continham experiências transmissíveis de boca em boca. Não, o fenômeno não é estranho. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras,

estava o frágil e minúsculo corpo humano. (BENJAMIN, 1987, p.114-115)

Para Freud, a guerra mundial era expressão de uma crise histórica e social sem precedentes. Era a vitória da irracionalidade sobre a razão, da violência sobre o diálogo, da militarização da política sobre a política como possibilidade construtiva da idéia de humanidade. Para Benjamim, a guerra mundial gerou profundos efeitos patológicos como: a degradação da experiência, a degradação da arte de narrar, a degradação da capacidade de ouvir, a incapacidade de transmissão das experiências vividas, o triunfo da desorientação e a profunda perda de referências coletivas. Para ambos, a guerra mundial marcou o terrível desfecho de ilusões e enganos que se arrastavam desde a metade do século XIX, ou pelo menos após 1870/1, no interior da chamada *belle époque*, sintetizada pela “equação clássica Europa = civilização absoluta = racionalidade = progresso = dinamismo” (BODEI, 1995, p.58). Novas e radicais equações políticas seriam criadas nos conturbados anos vinte e trinta.

1.2 – A Era das massas e o Pensamento Conservador Moderno

As revoluções que marcaram a virada do século XVIII para o XIX libertaram uma série de forças, e colocaram no centro do cenário político novos atores sociais que atacaram os privilégios e arbítrios do antigo regime. O Iluminismo vai marcar o início do pensamento burguês, que irá combater o monopólio ideológico da Igreja. Ele irá se somar ao protestantismo, e ambos vão propor novas concepções de mundo que confrontam diretamente os poderes tradicionais. As Revoluções Industriais irão consolidar o poder econômico da burguesia, que irá confrontar o monopólio do poder da nobreza, maior detentora do principal fator de produção até então: a terra. A Revolução Francesa surge como o início de um processo de busca pela burguesia de ruptura pelo monopólio do poder político.

O surgimento e a ascensão da burguesia desestruturou toda a cosmologia sedimentada durante séculos na sociedade ocidental. Tudo e todos tinham o seu lugar, e um bloco ideológico que justificava e legitimava a ordem. Havia uma correspondência muito forte entre as ideias, os interesses e a organização social. Alexander Koyré, em seus estudos acerca da história do pensamento científico, afirma que a destruição da ideia de cosmos, efetuada no início da era moderna através do pensamento de Copérnico e Galileu, representa um acontecimento de extrema importância que não apenas efetuou a destruição do sistema geocêntrico, mas também abalou fortemente a crença na ideia de “lugar natural” e de destino, permitindo assim a possibilidade de que a ação humana modificasse profundamente a sua posição perante a realidade física, bem como com relação aos valores e a ordem social:

A dissolução do cosmos significa a destruição de uma ideia: a de um mundo de estrutura finita, hierarquicamente ordenado, um mundo qualitativamente diferenciado desde o ponto de ontológico; esta ideia foi substituída pela de um universo aberto, indefinido e inclusive infinito, que as mesmas leis universais unificam e governam; um universo no qual todas as coisas pertencem ao mesmo nível do ser, ao contrário da concepção tradicional que distinguia e opunha os dois mundos do Céu e da Terra (...). A isto implica que desaparecem da perspectiva científica todas as considerações fundadas no valor, perfeição, harmonia, significação e desígnio (...) A dissolução do cosmos, repito, me parece a revolução mais profunda realizada ou

sofrida pelo espírito humano desde a invenção do cosmos pelos gregos. É uma revolução tão profunda, de consequências tão afastadas, que, durante séculos, os homens – com raras exceções como Pascal – não captaram o seu alcance e sentido; ainda hoje é a princípio subestimada e mal compreendida. (KOYRÉ, 1980, p.154-5)

A destruição da ideia de cosmos implica em uma série de problemas que foram desenvolvidos no curso da era moderna, entre eles: 1) a crescente secularização do mundo, e o papel cada vez mais importante desempenhado pela ciência e pela técnica na ordenação e orientação da ação humana; 2) a relativização dos juízos e dos pontos de vista; 3) o profundo abalo na ideia de “lugar natural” presente nas antigas formas de dominação e que legitimavam as rígidas e estáticas hierarquias, bem como estabeleciam a existência do sistema de lealdades e submissões; 4) a aceleração do ritmo das modificações e das mudanças nas formas de vida e na ordem social; 5) a construção social de novas subjetividades e identidades sociais; 6) o acirramento da luta pelo poder político entre os novos grupos, classes sociais e partidos.

Com a correlação de forças que os novos atores burgueses introjetam na sociedade, atacando a tradição em seus fundamentos econômicos, políticos e culturais, de modo que, a certeza e a estabilidade dão lugar a insegurança e ao medo, gerados por um processo gradual de reestruturação da sociedade e de desenraizamento das tradições. Com a urbanização e as constantes reestruturações políticas que passaram os Estados europeus durante esse curto período, as antigas populações dominadas, justamente por saber e permanecer no seu devido lugar, agora não tem mais certeza de qual lugar é esse.

Há uma profunda crise de identidade nessas populações gerada pela modernidade. A família tradicional e seus valores inerentes, estruturada para um modo de vida rural, agora é expulsa dos campos e amontoada nas periferias das grandes cidades, onde novas noções de tempo e espaço são abruptamente inseridas. O trabalho praticamente subsistencial dá lugar a um sistema de produtividade extrema e de privação máxima. Há uma geração de novas necessidades que é inversamente proporcional a capacidade de atendê-las através das novas condições de vida.

A pequena burguesia vê seu espaço se tornar um campo de extrema competitividade. Seus antigos ofícios e ocupações vão sendo absorvidos e transformados pela grande indústria, composta por grandes fábricas e grandes centros

comerciais. A produção artesanal é suplantada pela produção em massa, e as relações de consumo tradicionais são substituídas pelo consumo em massa.

O mundo se torna cada vez mais impessoal, e as antigas identidades perdem significado. As formas de dominação baseadas em relações pessoais dão lugar para as formas cada vez mais impessoais de dominação racional e burocrática, e com ela surgem novos atores sociais. O mundo como era entendido e organizado perde significados tradicionais através do processo de desencantamento da realidade.

Em 1886, Robert Luis Stevenson publicou o romance *O Médico e o Monstro*, que de imediato foi um enorme sucesso popular. Diferente do maniqueísmo romântico tradicional, da oposição do bem contra o mal, essa obra se desenvolve em torno da temática da ambiguidade da condição humana. Assim como o *Fausto* de Goethe, é um retrato do novo tipo de homem que surge na modernidade. A contradição está dentro de um único indivíduo, e não entre um herói e um vilão, revelando a tênue e conflituosa linha que separa as pulsões humanas e a “civilização”. Essa ruptura epistemológica do homem moderno que vai gerar o surgimento da psicologia moderna e da psicanálise, penetrando em uma dimensão além da consciência da forma concebida pela filosofia racional clássica.

O Médico e o Monstro fazia parte de um novo estilo narrativo, eminentemente popular – é muito importante ressaltarmos esse aspecto – das histórias de terror. São dessa mesma época o *Frankenstein: ou o Prometeu Moderno* (versão definitiva de 1831), de Mary Shelley, *Drácula* (1897) de Bram Stoker, os contos de Edgar Allan Poe, publicados em sua maioria nos meados do século XIX, e a ampla repercussão e decorrentes fantasias em torno das histórias do assim chamado *Jack, o Estripador*, um suposto serial killer que teria agido na periferia de Londres em 1888. Nas palavras de Magnoli e Barbosa:

Suas histórias revelam a face aterrorizante da cidade industrial que crescia rapidamente, com números imensos de pessoas dividindo espaços e empregos, enquanto se dissolviam os vínculos sociais que prendiam homens e mulheres as tradições, trazendo consigo as vertigens da liberdade individual e da solidão. A massa surgia como entidade física, social e psicológica e tornava-se objeto de referências artísticas e culturais. E era em meio a essa torrente de pessoas ensimesmadas que espreitavam os criminosos, os monstros e tudo

mais que a mente humana pudesse traduzir em imagens a fim de exorcizar seus novos temores. (MAGNOLI, BARBOSA, 2011, p. 17)

O cenário das histórias é sempre composto por cidades escuras, e o centro da trama sempre ocorria nas periferias, das cidades ou da sociedade. São nelas que se encontram os homens sub-humanizados, que refletem uma nova condição humana em um espelho que reflete uma face em que a massa que surge teme, e não se reconhece. As formas tradicionais de sociabilidade e solidariedade são rompidas, e junto com elas se esfacelam as antigas identidades e instituições.

A liberdade individual revelou ao homem moderno a sua outra face: a solidão. O senso de não pertencimento. A massa é um agregado de indivíduos solitários, amontoados e postos em competição entre si. Uma realidade em que nunca houve tantos indivíduos dividindo o mesmo espaço, e que nunca houve vínculos tão frágeis entre eles.

Da mesma forma que a indústria produzia riquezas em uma escala inédita, também produzia um novo tipo de pobreza em massa. A destituição de meios de subsistência, em si, não é algo novo, mas como bem colocam Magnoli e Barbosa, nas pequenas comunidades se sabia inclusive o nome daqueles miseráveis dignos da caridade paroquial. Mas a pobreza moderna é impessoal, fria e generalizada, e se desenvolve paralelamente a criação incessante de novas necessidades, novos fetiches.

O adensamento criou problemas práticos de administração pública, uma vez que as epidemias e incêndios que pontuaram a vida das cidades antigas passavam a representar verdadeiras catástrofes na hora do surgimento das primeiras metrópoles com mais de um milhão de pessoas. Logo, o planejamento urbano reorganizou os espaços das cidades, deixando esses bairros pobres distantes dos olhares daqueles que prosperavam. (MAGNOLI, BARBOSA, 2011, p. 19)

No outro extremo do processo de transformação do mundo pela ascensão da burguesia surge um novo ator social: a massa. Este produto da modernidade vai surgir como uma problemática que desafia tanto os antigos quanto os novos setores dominantes da sociedade. Todos temem a massa que produzem. Resultado direto de um processo de vertiginosas transformações decorrentes de uma intensa correlação de forças, a massa surge aos olhos de todos os que disputam o monopólio do poder na

sociedade sob o signo da desordem. Elemento irrefreavelmente crescente, a massa assusta justamente pela sua força potencial.

A força da massa moderna pôde ser vista aos olhos de todo mundo na Revolução Francesa. O Período do Terror demonstrou a civilização como ela convive intimamente com o seu contraponto: a barbárie. E a Comuna de Paris provou para as elites ocidentais como as massas podem sim ser organizadas, e as consequências dessa organização. A Comuna é uma afronta direta as elites, mostrando que as massas podem confrontá-las, vencê-las, e viver independentemente delas. Mostrou a consciência das massas que seus interesses, nesse momento de crise dos valores, são opostos aos interesses das elites.

Surge dentro das elites o brado: controlemos as massas, antes que outros (novamente) o façam. É reconhecida a necessidade de novas ideologias – a junção de ideias e interesses – que possam ser assimiladas pelas massas, e que assim elas possam ser controladas.

Os escritores que gozam dos favores da nossa burguesia e que, por isso, melhor representam as suas ideias um tanto estreitas, as suas vistas um tanto curtas, o seu ceticismo um tanto sumário e o seu egoísmo por vezes excessivo, sentem-se perturbados com o novo poder que se ergue diante deles e, para combater a desordem dos espíritos, dirigem apelos desesperados às forças morais da Igreja, que dantes tanto tinham desdenhado. Falam de bancarrota da ciência e lembram-nos os ensinamentos das verdades reveladas. Estes novos conversos esquecem, porém, que, se a graça, na verdade, os iluminou a eles, já não terá o mesmo poder sobre as almas fechadas aos apelos da transcendência. As multidões¹, hoje, não querem saber dos deuses que os seus senhores de ontem renegaram e ajudaram a derrubar. Os rios não correm para as nascentes. (LE BON, 2008, p.5)

Nesse período surge uma série de intelectuais orgânicos que se lançam nessa empreitada. Baseados no princípio racional com que é compreendido o mundo natural pelas ciências exatas, lançam imensos tratados, que versam de diferentes formas, sobre a ideia de ordem social. Auguste Comte, Herbert Spencer, Arthur de Gobineau e Scipio Sighele são alguns dos vários intelectuais que se basearam na ideia de ordem social para combater o perigo das massas. Buscavam na ciência, a força que outrora havia

¹ A tradução optou por traduzir *Foules* por *Multidões*, mas nós utilizaremos o conceito sociológico de massa.

derrubado os deuses de seus tronos e retirado das religiões o monopólio da verdade, a mesma função histórica que esses tiveram: de legitimar as desigualdades e as hierarquias, naturalizando cada coisa em um lugar dentro da ordem.

O Iluminismo é visto nesse momento pelas elites conservadoras como o processo da abertura da caixa de pandora, libertando as massas e o seu poder de destruição. As “subversivas” e “extremamente perniciosas” ideias iluministas de liberdade e igualdade precisa ser combatida para que deixe de legitimar a ação das massas e as mudanças na ordem social. *É introduzida então a ideia de raça.* A raça surge para reafirmar as desigualdades sociais questionadas pelo princípio iluminista de igualdade.

Nesse momento surge Gustave Le Bon e o seu ensaio *A Psicologia das Massas*. Le Bon escreve logo após a Comuna de Paris, e diagnostica o atual momento como de transição histórica, em que as antigas formas e instituições sociais estão em declínio. Le Bon será incisivo sobre o protagonismo das massas na era moderna, inclusive nomeando este novo momento histórico de *era das massas*.

Não é fácil dizer-se hoje o que poderá um dia sair deste período necessariamente um tanto caótico. Em que idéias fundamentais se vão basear as sociedades que sucederão à nossa? Por enquanto, não o podemos saber. Mas podemos prever que terão de contar, ao organizarem-se, com um novo poder, último poder soberano da idade moderna: o poder das multidões. Sobre as ruínas de tantas idéias, outrora consideradas verdadeiras e já mortas hoje, sobre os destroços de tantos poderes sucessivamente derrubados, este poder das multidões é o único que se ergue e parece destinado a absorver rapidamente os outros. No momento em que as nossas antigas crenças vacilam e desaparecem, em que os velhos pilares das sociedades desabam, a ação das multidões é a única força que não está ameaçada e cujo prestígio vai sempre aumentando. A época em que estamos a entrar será, na verdade, a *era das multidões*. (LE BON, 2008, p.7)

Le Bon ressalta que até antes dos acontecimentos revolucionários do século XIX, a política tradicional dos Estados e as rivalidades dos príncipes constituíam os principais fatores dos acontecimentos. Na maioria dos casos, a massa inexistia como ator político sempre dirigido e controlado pela tradição e pelas elites. Mas para ele, a maior transformação de todo esse conjunto de revoluções é o fato de que as tradições políticas, as tendências pessoais dos soberanos e as suas rivalidades passaram a ter

pouca importância, perdendo estes o protagonismo histórico. Para Le Bon, a voz das massas tornou-se preponderante no final do século XIX, aparecendo como um ator que exige profundas mudanças na vida social. Os destinos das nações não se jogam já nos conselhos dos príncipes, mas sim na alma das massas.

A ascensão das classes populares à vida política, a sua transformação progressiva em classes dirigentes, é uma das características mais salientes desta época de transição. Não foi o sufrágio universal, tão pouco influente durante tanto tempo e tão fácil de controlar no seu começo, que determinou essa ascensão. O poder das multidões desenvolveu-se a partir da propagação de certas idéias que, gradualmente, se apossaram dos espíritos, e, depois, graças à associação cada vez maior de indivíduos com o fim de pôr em prática concepções que, até então, apenas tinham sido formuladas teoricamente. Foi através dessa associação que as multidões começaram a formar idéias sobre os seus interesses, que, embora não fossem muito justas, eram decerto bastante firmes; começaram ao mesmo tempo a ter consciência da sua força. Fundam sindicatos perante os quais todos os poderes capitulam; bolsas de trabalho que, apesar das leis econômicas, tendem a reger as condições de trabalho e de salário. Enviam às assembleias governativas representantes destituídos de qualquer iniciativa e independência, que se limitam quase sempre a serem os porta-vozes das comissões que os escolheram. (LE BON, 2008, p. 8-9)

Le Bon pensa em massas enquanto um agente na sociedade que possui características próprias. Assim como outros autores, como Sighele e Spencer, Le Bon coloca que uma das principais características das massas é justamente a capacidade de suprimir as individualidades. Le Bon se torna inclusive um dos precursores da psicologia moderna, inserindo o princípio do ente coletivo dentro de uma análise política do seu tempo. Para o entendimento da modernidade, a ótica de análise deve considerar tanto os indivíduos e grupos isoladamente, quanto às características que estes assumem enquanto ser coletivo.

O que há de mais impressionante numa multidões é o seguinte: quaisquer que sejam os indivíduos que a compõem, sejam quais forem as semelhanças ou diferenças no seu gênero de vida, nas suas ocupações, no seu caráter ou na sua inteligência, o simples fato de constituírem uma multidão concede-lhes uma alma coletiva. Esta alma fá-los sentir, pensar e agir de uma maneira diferente do modo como sentiriam, pensariam e agiriam cada um isoladamente. Certas idéias, certos sentimentos só surgem e se transformam em atos nos indivíduos em multidão. A multidão psicológica é um ser provisório, composto

de elementos heterogêneos que, por momentos, se uniram, tal como as células que se unem num corpo novo formam um ser que manifesta caracteres bem diferentes daqueles que cada uma das células possui. Contrariamente à opinião de um filósofo tão arguto como Herbert Spencer, no agregado que constitui uma massa não encontramos de modo algum uma soma ou uma média dos seus elementos, mas sim uma combinação e criação de caracteres novos. Tal como na química, certos elementos, postos em presença uns dos outros, as bases e os ácidos por exemplo, combinam-se para formarem um corpo novo dotado de propriedades diferentes das dos corpos que entraram na sua composição. (LE BON, 2008, p. 10)

E no complexo diagnóstico que o reacionário Le Bon faz das massas, ele introduz um aspecto que a história provará nas décadas seguintes o seu acerto. Para ele, a solução da questão do controle das massas passa inexoravelmente pela existência de um *condutor*. A dita “necessidade” desse condutor é politicamente questionável, mas a história comprovou a sua eficácia prática a serviço do estabelecimento de uma ordem social. Este condutor precisa conhecer as massas, entender os seus sentimentos, até compartilhar deles, e se expressar com convicção e de uma forma que ela seja capaz de entender. Ele precisa ser dotado de obstinação e de espírito de ação.

Não há esfera social, da mais elevada a mais humilde, em que o homem, caso não esteja isolado, não acabe por cair sob a alçada de um condutor. A maioria dos indivíduos, sobretudo os das camadas populares, não possui, fora da sua restrita especialidade, qualquer idéia clara e ponderada e são, portanto, incapazes de se orientarem por si próprios. Entregam-se nas mãos de um condutor. Este poderá ser substituído pelas publicações periódicas que são fábricas de opiniões para os seus leitores adotarem e lhes oferecem frases feitas que os dispensem de refletir. Trata-se, porém, de uma substituição inferior. (LE BON, 2008, p.48)

Le Bon é um autor que coloca a análise da psicologia social dentro de um contexto político. O objetivo da sua obra não é entender as massas, e sim dar orientação política para as elites sobre como lidar com as novas condições históricas. E por mais que no contexto de suas obras, os outros autores do seu tempo também preconizaram o caráter despótico da autoridade, Le Bon é o que melhor insere esse aspecto dentro de um contexto puramente político. Existe muito de Maquiavel em Le Bon, e o que o melhor distingue dos outros autores é justamente o caráter prático da sua obra. A diferença inclusive de volume do seu pequeno *Psicologia das Massas* para os imensos compêndios divididos em infindáveis tomos dos seus pares é significativa, assim

também como a diferença na linguagem, destituída da verbosidade dos outros eruditos. Esses fatores se somam para que Le Bon tenha sido de todos os eles o autor que conseguiu melhor organicidade, sobretudo no século seguinte.

E dentro dessa “praticidade” política das ideias de Le Bon, ele é extremamente claro e direto sobre o modelo de autoridade que deve ser perpetrada pelo condutor: despótica.

É, e tem de ser, despótica a autoridade dos condutores, pois só esse despotismo os consegue impor às multidões. Vimos já como eles se fazem obedecer facilmente, embora não possuam qualquer apoio concreto para a sua autoridade entre as mais turbulentas camadas de trabalhadores. São eles quem fixam as horas de trabalho, o nível dos salários, a marcação das greves, a hora certa em que elas devem começar e terminar. (LE BON, 2008, p.49)

É evidente no pensamento de Le Bon o reconhecimento da dissolução moderna das formas tradicionais de autoridade. Nesse sentido, Le Bon não é um pensador conservador, pois não está pensando na preservação do modelo político até então vigente. Muito pelo contrário: ele é um dos primeiros a decretar o seu fim. Le Bon é um reacionário, que pensa a restauração da ordem através do entendimento do que a sociedade tem se tornado, e do uso dos meios mais adequados para que esses objetivos sejam atingidos.

À medida que os poderes públicos se deixam pôr em causa e enfraquecer, os condutores substituem-nos. Graças ao despotismo que exercem, estes novos senhores têm das multidões uma docilidade muito mais completa do que a que qualquer governo conseguiria. Quando, em consequência de algum acidente, o condutor desaparece e não é imediatamente substituído, a multidão volta a ser um agrupamento sem coesão nem resistência. Durante uma greve de autocarros em Paris, bastou prender os dois cabecilhas que a comandavam para que ela imediatamente terminasse. Não é o anseio de liberdade, mas o da servidão que sempre domina a alma das massas. A fome de obediência que elas têm leva-as a submeterem-se instintivamente a quem se proclamar seu senhor. (LE BON, 2008, p.50)

Em suas reflexões sobre a era das massas, Le Bon reconhece que a cosmologia que sustentava a antiga ordem também foi dissolvida pela modernidade, o que revelava a necessidade do estabelecimento de uma nova ordem e de uma nova ideologia. No diagnóstico de Le Bon, a criação e difusão da nova ideologia devem ser operadas pelo

“condutor das massas”. É através dela que o condutor é capaz de ordenar a massa, conferir-lhe parâmetros, limites e objetivos que possam ser compreendidos e assimilados pelo homem comum.

Criar a fé, seja ela religiosa, política ou social, a fé numa obra, numa pessoa ou numa idéia, esse é o papel dos grandes condutores. De todos os poderes de que a humanidade dispõe, a fé é um dos mais consideráveis, e com razão o Evangelho lhe atribui a força de mover montanhas. Dar ao homem uma fé é multiplicar por dez as suas forças. Muitos dos grandes acontecimentos da história foram realizados por crentes obscuros que nada mais tinham senão a fé. Não foi com intelectuais e filósofos, muito menos com céticos, que se edificaram as religiões que governaram o mundo e os vastos impérios alargados de um hemisfério ao outro. (LE BON, 2008, p.49)

E nesse ponto se situa um dos núcleos mais relevantes que justificam o uso de Le Bon para o entendimento do *Mein Kampf* e do nazismo. Como diz Joachim Fest no prefácio da sua colossal biografia de Hitler, ele foi o Voltaire, o Marat, o Robespierre e o Napoleão da própria revolução, ou o próprio Marx, Lênin e Stalin. Ou seja, Hitler antes de tudo desenvolveu toda a ideologia, que a amparou o processo de tomada do poder em que ele foi um ator predominante, e ele próprio que esteve a frente do poder estabelecido, até o fim. E o primeiro a dizer que a criação da ideologia e sua difusão na massa, eram não só características indissociáveis para o momento histórico moderno, como deveriam ser operadas pelo mesmo ator político, foi Le Bon. E esse mesmo conjunto de fatores se repetiu com Mussolini.

As tecnologias de poder empregadas pelo condutor também são estabelecidas por Le Bon. A *afirmação*, a *repetição* e o *contágio* seriam os meios com que o condutor disseminaria a ideologia, e guiaria a massa por onde desejasse. Essas são as características que vão orientar todas as técnicas de *propaganda* que serão a principal tecnologia de poder dos regimes totalitários do século XX, e tendo no Partido Nazista o claro reconhecimento institucional da sua importância estratégica e política. Na hierarquia do nazista, imediatamente abaixo do *Führer* estava a *Schutzstaffel-SS* de Heinrich Himmler e o *Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda* - RMVP de Josef Goebbels.

A afirmação pura e simples, livre de qualquer raciocínio e de qualquer prova, é um instrumento seguro para fazer penetrar uma idéia no espírito das multidões. Quanto mais concisa for a afirmação, e mais

desprovida for de prova e demonstração, tanto mais autoridade terá. Os livros religiosos e os códigos de todas as épocas sempre procederam por simples afirmação. O valor da afirmação é bem conhecido pelos homens de Estado chamados a defender uma causa política e pelos industriais ao fazerem a propaganda dos seus produtos. Todavia, a afirmação só adquire verdadeira influência se for constantemente repetida e, o mais possível, nos mesmos termos. Napoleão dizia que só existe uma figura séria de retórica: a repetição. Aquilo que se afirma acaba, mediante a repetição, por penetrar nos espíritos e ser aceite como uma verdade demonstrada. Compreender-se-á claramente a influência da repetição sobre as multidões se se observar o poder que ela exerce sobre os espíritos mais esclarecidos. Efetivamente, a afirmação repetida acaba sempre por se gravar nas regiões profundas do inconsciente onde se geram os motivos das nossas ações. Ao fim de algum tempo, esquecido já o autor dela, acabamos por lhe dar total credibilidade. (LE BON, 2008, p.54)

No caso do nazismo, a propaganda será fundida não só a educação (sendo também gerida pelo Ministério de Goebbels, que se ocupava do “esclarecimento popular”), mas também vai se apropriar de todo o aparato da indústria cultural que ainda ganhava forma e corpo, em todas as suas facetas. Goebbels, assim como Hitler, tinha formação artística, e como a maioria dos artistas sem grande sucesso de seu tempo, enveredou pela propaganda como forma de sustento. Era um profundo estudioso da indústria cultural, tendo desenvolvido fortemente o cinema na Alemanha, considerado por ele a grande forma de linguagem de massa contemporânea. Além da inegável relevância da propaganda como técnica que garantiu êxito aos nazistas, esta se revelou uma grande herança para diversos regimes políticos, de esquerda e direita. Mas o grau de sofisticação, e não só de uso, como de desenvolvimento de recursos, coloca a propaganda nazista como algo muito a frente de seu tempo.

Para Le Bon, as massas precisam estar em constante movimento, e, portanto, seria inútil tentar pará-las. O controle da massa seria feito através do controle total dos seus movimentos. Entendendo a massa como um núcleo de força, ele aplica politicamente o princípio de Lavoisier de que “*nada se cria, nada se perde, tudo se transforma*” as massas. O condutor seria aquele que transformaria os impulsos da massa em movimentos uniformes, implantando assim a ordem. Não é aplicável a massa uma ordem estática:

Assim se explica a força espantosa da publicidade. Depois de lermos ou ouvirmos cem vezes que o melhor chocolate é o chocolate da

marca X, imaginamos que isso nos foi demonstrado frequentemente e acabamos por estar convencidos de que isso é verdade. Persuadidos por mil maneiras de que a farinha curou de doenças graves as mais célebres personalidades, sentimo-nos tentados a experimentá-la quando contraímos uma doença do mesmo gênero. À força de vermos repetida num jornal a afirmação de que A é um patife e B um homem honesto, acabamos por ficar convencidos disso, a menos que, bem entendido, não tenhamos lido já muitas vezes noutro jornal a opinião contrária. Só a afirmação repetida tem poder bastante para combater outra afirmação repetida. Sempre que uma afirmação é suficientemente repetida com unanimidade (isto é, sem que haja a repetição da afirmação contrária), como acontece com certas empresas financeiras que podem comprar todos os meios de comunicação, forma-se aquilo a que se chama uma “corrente de opinião”. É nessa altura que intervém o poderoso mecanismo do contágio. As idéias, os sentimentos, as emoções ou as crenças possuem, entre as multidões, um poder contagioso tão forte como o dos micróbios. É um fenómeno que se observa até nos animais logo que eles se reúnem em multidão. A mania de um cavalo numa estrebaria é imediatamente imitada por todos os outros cavalos da mesma estrebaria. Um gesto de terror, um movimento de desorientação de algumas ovelhas é logo propagado a todo o rebanho. O contágio das emoções explica a rapidez dos pânicos. (LE BON, 2008, p.54)

E por fim, Le Bon estabelece a característica fundamental para o condutor: o *prestígio*. A definição desse conceito se assemelha ao que entendemos hoje nas ciências sociais como status, ou na forma de dominação legítima descrita por Weber como dominação carismática. Mas essa atribuição do condutor possui alguns elementos específicos para Le Bon, que poderíamos sintetizar como uma capacidade de projetar uma imagem que vá além do sujeito, e que essa imagem seja uma autoridade inquestionável em si mesma. E o prestígio seria a única forma de dominação legítima, estando acima de todas as outras.

Se as opiniões propagadas pela afirmação, a repetição e o contágio possuem grande poder, é porque elas acabaram por adquirir essa força misteriosa a que se chama prestígio. Tudo o que dominou o mundo, idéias ou homens, impôs-se principalmente pela força irresistível que se exprime na palavra prestígio. É difícil definir o que ela significa, porque, embora toda a gente entenda o seu significado, o emprego que se lhe dá é muito diverso e variado. O prestígio pode supor certos sentimentos, como a admiração e o receio, que por vezes são o seu fundamento, mas também pode existir perfeitamente sem esses sentimentos. Pessoas já mortas, que não inspiram, portanto, qualquer receio, como Alexandre, César, Buda ou Maomé, continuam a ter um

prestígio considerável. Por outro lado, há ficções que não admiramos, como as divindades monstruosas dos templos subterrâneos da Índia, que, contudo, nos parecem revestidas de grande prestígio. (LE BON, 2008, p. 56)

O prestígio de Hitler está baseado não só na sua capacidade de se colocar publicamente, de projetar uma imagem de si mesmo, mas também na forma como essa imagem foi trabalhada e difundida através da educação e da propaganda. Nesse sentido, o *Mein Kampf* é um elemento difusor que consegue estabelecer uma referência a todas essas dimensões de projeção do prestígio. A presença física do livro, tal qual uma Bíblia, representa a autoridade das ideias materializada. Ideias que falam por si mesmas, que emanam de um livro mesmo que ele esteja fechado em um lugar de destaque dos lares. O largo uso do livro como instrumento pedagógico, desde o nível básico até o superior, permitiu ecoar simultaneamente as ideias e o prestígio do *führer*, coisas indissociáveis entre si. E a sofisticada propaganda tratou de tornar esse prestígio onipresente, das mais diversas formas possíveis. A imagem que emanava do próprio Hitler, ecoava pela propaganda, sendo amplificada e perpetuada. Os slogans, os gestos, os rituais, criam uma atmosfera ritual que une a massa através do compartilhamento de uma hierarquia, de valores, sentimentos e significados comuns. É construída toda uma nova cosmologia que se orienta em torno do prestígio solar do condutor, tal qual havia afirmado Le Bon:

Na realidade, o prestígio é uma espécie de fascínio que um indivíduo, uma obra ou uma doutrina exercem sobre o nosso espírito. É um fascínio que paralisa todas as nossas faculdades críticas e nos enche a alma de admiração e respeito. Os sentimentos que então suscita são, como todos os sentimentos, inexplicáveis, mas pertencem, provavelmente, ao mesmo tipo a que pertence a sugestão que um indivíduo magnetizado sofre. O prestígio é a mola real de toda a dominação. Sem ele, os deuses, os reis e as mulheres jamais teriam reinado. (LE BON, 2008, p. 56)

Podemos especular até que ponto Le Bon pode ser considerado um “profeta” dos regimes totalitários, ou um mestre dos grandes condutores da massa que surgiram no século XX. Por mais que ele faça referência a vários líderes históricos, o grande condutor em que ele se baseia durante toda obra é Napoleão Bonaparte. Mas, é impressionante como a descrição dos condutores é muito compatível com os líderes dos regimes totalitários, sobretudo na capacidade de se dirigir a massa.

No caso do nazismo, que é o que nos compete aqui, temos indícios para considerar que Le Bon não foi só um arauto, mas provavelmente um guia. É enorme a similaridade de alguns trechos de *Mein Kampf* de Hitler com a *Psicologia das Massas* de Le Bon. A principal é considerar a massa como protagonista dos novos tempos, e a necessidade de que as elites se recomponham e dentro dela surja o condutor que possa tanto ordená-la quanto dirigi-la para a manutenção da ordem social. Essas semelhanças, e sua correspondente análise, serão especificamente apresentadas em um capítulo posterior onde falaremos do tratamento dado as massas no *Mein Kampf*. Mas por ora é importante que fique claro o contexto e a problemática exposta no livro: a crise da modernidade e o controle das massas para o estabelecimento da ordem. É partir desse eixo que se desenvolverá o livro, assim como a construção da doutrina nazista e sua concretização no regime nazista.

Quase 35 anos após Le Bon escrever o seu *Psicologia das Massas*, surge em 1930 o ensaio *A Rebelião das Massas*, de José Ortega y Gasset. Ortega y Gasset é um filósofo madrilenho que, assim como Le Bon, escreve em um momento conturbado da história contemporânea. No seu contexto específico, o livro surge no último ano da Ditadura Militar de Primo de Rivera e sua sucessão pela chamada “Dictablanda” (um termo, no mínimo, questionável) de Dámaso Berenger, ambas as ditaduras pautadas pelo forte conservadorismo. E ao final da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), a Espanha verá as forças conservadoras de direita finalmente triunfarem com a Ditadura do General Francisco Franco, com amplo apoio dos regimes nazifascistas. (CAMARGO, Proj. História, São Paulo, p. 325-332, jun. 2006).

Ortega y Gasset, assim como Le Bon, foi um aristocrata. Oriundo da elite madrilenha, teve uma educação cosmopolita, estudando e viajando pelos grandes centros culturais europeus do começo do século XX. Refletiu com muita propriedade o seu tempo, preocupando-se com os efeitos da modernidade e suas consequências morais e políticas no ainda nascente século XX. Outro aspecto que o assemelha a Le Bon é a sua capacidade de análise e visão do futuro; antecipou na década de 30, com a Europa que ainda ressentia os efeitos da Primeira Guerra Mundial e à beira de uma nova guerra total, que um dia ela estaria unida em uma entidade ultranacional.

Ortega y Gasset não faz somente uma análise direta da massa enquanto categoria social. Antes de pensar as massas, ele considera uma categoria que é anterior a ela. Le Bon vê a massa como uma categoria que suplanta as individualidades, já Gasset coloca a análise da massa dentro de uma antropologia filosófica da modernidade: não existe simplesmente uma massa, mas um *homem-massa*. Le Bon pensava que independente da origem de classe ou formação dos indivíduos, eles eram suscetíveis ao comportamento – e mentalidade – de massa, dependendo das circunstâncias sociais. Pensemos novamente no contágio, por exemplo: para Le Bon, qualquer indivíduo, independente da sua formação e da posição que ocupe na sociedade, se estivesse na rua e ouvisse um barulho e as pessoas ao seu redor começassem a correr, ele também correria. Já Gasset pensa o homem-massa como uma forma integral de ser.

Para Ortega y Gasset, o homem-massa passou a dominar o mundo a partir do início do século XX. Não se pode entender este homem como um “homem simples”, como o trabalhador de baixa qualificação; o homem-massa para Gasset está em toda a sociedade: entre os intelectuais, na elite econômica, mas também no povo; entre os mais ricos, e entre os mais pobres. Não se trata de uma classe, mas de uma forma de viver o mundo que lhe é peculiar. Portanto, enquanto para Le Bon, todos os homens são suscetíveis a massificação independente da posição que ocupem na sociedade e sua formação, para Gasset, o homem-massa é um tipo de sujeito presente em todos os lugares da sociedade.

A divisão da sociedade em massas ou minorias excelentes não é, portanto, uma divisão em classes sociais, mas em classes de homens, e não pode coincidir com a hierarquização em classes superiores e inferiores. Claro está que nas superiores, quando chegam a sê-lo e enquanto o forem de verdade há mais verossimilitude em achar homens que adotam o "grande veículo", enquanto as inferiores estão normalmente constituídas por indivíduos sem qualidade. Mas, a rigor, dentro de cada classe social há massa e minoria autêntica. Como veremos, é característico do tempo o predomínio, ainda nos grupos cuja tradição era seletiva, da massa e do vulgo. Assim, na vida intelectual, que por sua própria essência requer e supõe a qualificação, adverte-se o progressivo triunfo dos pseudointelectuais inqualificados, inqualificáveis e desclassificados por sua própria textura. O mesmo nos grupos sobreviventes da "nobreza" masculina e feminina. A seu turno, não é raro encontrar hoje entre os obreiros, que antes podiam valer como o exemplo mais puro disto que chamamos

"massa", almas egregiamente disciplinadas. (ORTEGA Y GASSET, 2002, p.22)

Ortega y Gasset não considera sua obra “política”; para ele, ela é anterior à política, superior a ela. Gasset critica fortemente o que ele chama de *politicismo*, uma forma de ver o mundo em que tudo é absorvido pela política. Fala em homem, natureza histórica, sociedade, indivíduo, Estado, uso, direito e moral. Preocupa-se com categorias que sejam universais, e nesse sentido, a política surgiria para ele como algo imediato e instrumental. Nesse sentido, a caracterização da sua obra diverge significativamente da obra de Le Bon, que é praticamente um manual maquiaveliano.

O politicismo integral, a absorção de todas as coisas e de todo o homem pela política, é uma e mesma coisa com o fenômeno de rebelião das massas que aqui se descreve. A massa em rebeldia perdeu toda a capacidade de religião e de conhecimento. Não pode ter dentro mais que política exorbitada, frenética, fora de si, posto que pretenda suplantar o conhecimento, a religião, a sagesse - enfim, as únicas coisas que por sua substância são aptas para ocupar o centro da mente humana -. A política despoja o homem de solidão e intimidade, e por isso é a predicação do politicismo integral uma das técnicas que se usam para socializá-lo. (ORTEGA Y GASSET, 2002, p.15)

Vivendo uma era de vertiginosas transformações, Gasset condena as tentativas de reformar o mundo pelas revoluções. Para ele, estas rompem violentamente com a tradição sem superá-la, fadando-as ao fracasso e à violência. Ou seja, para Gasset, toda tentativa de revolução, por mais que vise à superação, culmina sempre em um retrocesso. Isso se deve ao caráter de ruptura que as revoluções se propõem. Para ele, o que distingue o homem do animal é sua capacidade de reter memória, e na sociedade isso se manifesta com a continuidade histórica. Para Gasset, romper a continuidade com o passado e querer começar de novo, é aspirar a descer e “plagiar o orangotango”. Seria abrir mão do que nos caracteriza enquanto humanos.

As revoluções tão incontinentes em sua pressa, hipocritamente generosa, de proclamar direitos, violaram sempre, espezinhado e esfarrapado, o direito fundamental do homem, tão fundamental que é a definição mesma de sua substância: o direito à continuidade. A única diferença radical entre a história humana e a "história natural" é que aquela não pode nunca começar de novo. (ORTEGA Y GASSET, 2002, p.18)

O chamado homem-massa de Gasset é previamente esvaziado de sua própria história. Logo, é um sub-humano que surge no seio da própria humanidade moderna. É um ser que só tem apetites e pensa que só têm direitos, sem obrigações. Nos termos do autor, é um homem “sem obrigações de nobreza”. Fica evidente em Gasset a reação conservadora aos valores modernos, trazidos, sobretudo, pela Revolução Francesa. Revolução vista por ele como barbárie generalizada e apropriação ilegítima dos homens-massa dos “nobres” preceitos iluministas².

Para Gasset, este homem moderno não encontra mais nenhuma barreira social e aprende equivocadamente que todos os homens são legalmente iguais. A vida para o homem das épocas passadas era composta pela limitação, obrigações e dependência, ao passo que, para o homem-massa ela seria ilimitada. Isso tornaria o homem-massa totalmente descompromissado com a comunidade em que vive, generalizando na sociedade uma forma negativa de individualismo.

Outro ponto central da crítica de Gasset ao homem-massa é que este seria destituído de qualquer pretensão de autossuperação. A capacidade de ser melhor que si mesmo é para Gasset outro elemento fundamental para a distinção do homem do restante dos outros animais, mas o homem-massa está satisfeito em ser do jeito que é. Para Gasset, o homem-massa tende a afirmar e qualificar como bom tudo o que tem em si mesmo: opiniões, apetites, preferências ou gostos. É encantado consigo mesmo. Esse seria o segundo aspecto do homem-massa que o caracterizaria como possuindo uma humanidade inferior. Já *homem seletto* ou *excelente* – este que seria para Gasset o contraponto ao homem-massa – possui uma íntima necessidade de apelar para uma instância além dele, superior a ele, a cujo serviço se coloca espontaneamente, exige de muito de si mesmo enquanto que o vulgar homem-massa não exige nada.

As massas, para Gasset, intervêm em tudo, e só o fazem violentamente. E esse é outro aspecto fundamental na caracterização do homem-massa de Gasset: a violência. Recurso que Gasset coloca como próprio do “mundo natural”, a violência faz com que os homens se tornem “menos humanos”. Essa outra distinção entre homem-massa e o homem excelente revela a forte ressonância no pensamento de Gasset do pavor que as

² Chama inclusive os revolucionários de 1789 de “Confusionários”, acusando-os de nem saberem ao certo o que estavam fazendo.

elites tradicionais do final do século XIX e começo do século XX sentiam pelas massas. Pavor este gerado pela destituição dessas elites, seja pela lâmina das guilhotinas e insurgências populares, ou por processos estruturais próprios da modernidade, em que as novas formas de burguesia se proliferam e atacaram os monopólios das elites tradicionais.

Um exemplo dessa reação ao abalo da ordem tradicional, e à perda dos monopólios das elites, é quando Gasset critica o homem-massa dizendo que esse se julga no direito de ter opiniões sobre os mais diversos assuntos, mas sem terem feito um esforço prévio para forjá-las. Para ele, o homem-massa possui um grupo de idéias dentro de si, contenta-se com elas, considera-as intelectualmente completas, sem necessidade de uma reflexão maior. Essa crítica faria sentido se ele se referisse à cultura de massa que surge no início do século XX, mas não é esse o caso. O contexto da crítica deixa claro que ele se refere às novas ideologias trazidas com os novos atores sociais da modernidade. Tanto a ideologia revolucionária moderna quanto a reacionária são para Gasset uma mentalidade de homem-massa, assim como as suas ações. Os levantes revolucionários, assim como as greves e outras formas de manifestação da insatisfação popular, seriam manifestações de um homem-massa decidido a impor suas opiniões, e revogando o direito a não ter razão, e da mesma forma ele concebe os fascismos e os movimentos neoconservadores.

A referência de Gasset ao homem-massa como um ser naturalmente destrutivo é a representação de uma visão da elite tradicional que vê o mundo em que o seu poder se estabelecia em completa dissolução, passando a existir novos atores sociais, novos contextos, e com eles, novas relações de poder que passam a existir na modernidade. Todos aqueles que perdem com as mudanças, enxergam as transformações do mundo enquanto decadência e degenerência.

Ser da esquerda é, como ser da direita, uma das infinitas maneiras que o homem pode escolher para ser imbecil: ambas, com efeito, são formas da hemiplegia moral. Ademais, a persistência destes qualificativos contribui não pouco a falsificar mais ainda a “realidade” do presente, já fala de per si, porque se encrepou o crespado das experiências políticas a que respondem, como o demonstra o fato de que hoje as direitas prometem revoluções e as esquerdas propõem tiranias. (ORTEGA Y GASSET, 2002, p.13)

O conceito de moral de Gasset refere-se a uma ideia de responsabilidade. É a ideia do reconhecimento das responsabilidades, do papel social, que advém com a obtenção de status. Quando ele fala em decadência moral da civilização, ele refere-se à perda de uma consciência social dos deveres. Mas contextualizando a crítica, ela situa-se na percepção das transformações das formas de relações de poder que se estabelecem na sociedade moderna, uma sociedade essencialmente competitiva. Esse senso de responsabilidade a que ele se refere está baseado nas relações de poder tradicionais, em que o senhor mantém obrigações de proteção e apadrinhamento dos seus subordinados, assim como pela manutenção da “ordem”. Esse modelo de relação de poder tende a se dissolver em uma modernidade individualista e competitiva.

A partir do momento em que, para Gasset, o homem-massa é decadente moralmente, ele é incapaz de se compreender enquanto um ser que tem deveres e responsabilidades, ele é um ser sem referências. E essa ausência de referências é o que finalmente caracteriza as massas. Para ele, o homem-massa não tem poder de pensar por si mesmo, e – apesar de ter várias convicções sobre tudo – ele não tem consciência de quem é, não possui valores, e não sabe agir sem que alguém que lhes aponte a direção. Assim, para Gasset, as massas precisam nortear sua vida por uma instância superior, constituída pelas *minorias excelentes*. Para ele, quando a massa atua por si mesma, só o faz de um modo, porque não tem outro: lincha.

É nesse sentido que Gasset aponta para a característica que torna tão possível os regimes totalitários nas sociedades de massa. Para ele, a massa vê o Estado como uma força superior, sabe que esta aí para assegurar sua vida; mas não tem consciência que o Estado é uma criação humana. A massa diviniza o Estado. Diante de qualquer dificuldade exige que o Estado o assuma imediatamente, que se encarregue de resolvê-lo. É o que Gasset chama de *estatização da vida*: o intervencionismo do Estado em todos os aspectos da vida pública e privada, a absorção de toda espontaneidade social pelo Estado. A sociedade passa a viver para o Estado; o homem para a máquina do governo. Com isso, Gasset diz que a sociedade se escraviza e passa a viver a serviço do Estado, toda a vida se burocratiza.

Quando pensa as aglomerações, Gasset não se refere exatamente ao conceito tradicional de massa, como o usado por Le Bon. Para Gasset, os homens-massa

precedem a massa propriamente dita. As massas são simplesmente um aglomerado de homens-massa, algo que por si só, já não seria “natural”, já que os homens-massa devem ficar encerrados aos seus papéis secundários na sociedade, sob o controle dos homens seletos.

A aglomeração, ou cheio, antes não era frequente. Por que o é agora? Os componentes dessas multidões não surgiram do nada. Aproximadamente, o mesmo número de pessoas existia há quinze anos. Depois da guerra parecia natural que esse número fosse menor. Aqui topamos, entretanto, com a primeira nota importante. Os indivíduos que integram estas multidões preexistiam, mas não como multidão. Repartidos pelo mundo em pequenos grupos, ou solitários, levavam uma vida, pelo visto, divergente, dissociada, distante. Cada qual – indivíduo ou pequeno grupo – ocupava o lugar, talvez o seu, no campo, na aldeia, na vila, no bairro da grande cidade. Agora, de repente, aparecem sob a espécie de aglomeração, e nossos olhos vêm por toda a parte multidões. Por toda a parte? Não, não; precisamente nos lugares melhores, criação realmente refinada da cultura humana, reservados antes a grupos menores, em definitivo, a minorias. A multidão, de repente, tornou-se visível, e instalou-se nos lugares preferentes da sociedade. Antes, se existia, passava inadvertida, ocupava o fundo do cenário social; agora adiantou-se até às gambiarras, ela é o personagem principal. Já não há protagonistas: só há coro. (ORTEGA Y GASSET, 2002, p.72)

Mas se a existência de homens-massa e homens seletos é inerente à humanidade, e presente em qualquer período, o que tornaria a modernidade – e mais especificamente – as primeiras décadas do século XX diferentes das outras? Porque para Gasset, é justamente nessa época que as massas – que sempre existiram – saíram do seu lugar natural de subalternos resignados para ocupar o centro da sociedade, e buscar autonomia. É aqui que o título do seu livro se justifica, assim como o uso Gasset nessa análise comparativa. Para Gasset, este período também se caracteriza como uma Era das Massas, ou melhor, uma *rebelião das massas*. Rebelião contra o seu lugar natural, contra a sua condição imanente.

O conceito de multidão é quantitativo e visual. Traduzamo-lo, sem alterá-lo, à terminologia sociológica. Então achamos a idéia de massa social. A sociedade é sempre uma unidade dinâmica de dois fatores: minorias e massas. As minorias são indivíduos ou grupos de indivíduos especialmente qualificados. A massa é o conjunto de pessoas não especialmente qualificadas. Não se entenda, pois, por massas só nem principalmente “as massas operárias”. Massa é “o

homem médio”. Deste modo se converte o que era meramente quantidade – a multidão – numa determinação qualitativa: é a qualidade comum, é o mostrengo social, é o homem enquanto não se diferencia de outros homens, mas que repete em si um tipo genérico. (ORTEGA Y GASSET, 2002, p.72)

Mesmo não se utilizando em categorias da biologia, tão correntes nos meios eruditos da época, todo o pensamento de Ortega y Gasset é norteado pela ideia de *ordem natural das coisas*. Todos têm o seu *lugar natural*, e devem se restringir a ele. Mas em momento algum Gasset faz referência aos critérios raciais ou mesmo de classe, como era corrente entre os outros pensadores conservadores do seu tempo. Lembrando a República de Platão – por mais que também não se refira abertamente ela – o que define o lugar natural de cada um são critérios ontológicos. Uns são naturalmente seletos e outros naturalmente comuns. É daí que surge o conceito-chave do pensamento de Gasset: a *aristocracia radical*.

Se eu deixasse aqui este assunto e estrangulasse meu presente ensaio, ficaria o leitor pensando, muito justamente, que este fabuloso advento das massas à superfície da história não me inspirava outra coisa senão algumas palavras displicentes, desdenhosas, um pouco de abominação e outro pouco de repugnância; a mim, de quem é notório que sustento uma interpretação da história radicalmente aristocrática. É radical, porque eu não disse nunca que a sociedade humana deva ser aristocrática, mas muito mais que isso. Eu disse e continuo crendo, cada dia com mais enérgica convicção, que a sociedade humana é aristocrática sempre, queira ou não, por sua própria essência, até o ponto de que é sociedade na medida em que seja aristocrática, e deixa de sê-lo na medida em que se desaristocratize. (ORTEGA Y GASSET, 2002, p.66)

O homem seletto é naturalmente dotado de autoridade, não necessita conquistá-la através da violência ou qualquer forma de uso da força. Nesse sentido, poderíamos dizer que todo o homem seletto é naturalmente dotado do que Le Bon chama de prestígio. Mas o homem é seletto aquele que entende sua posição, e está comprometido com suas responsabilidades para com o resto da sociedade (a moral, que citamos anteriormente) e, assim, guiá-la em direção a autossuperação.

Mas Gasset não é totalmente contrário a democracia. Considerando que a massa não é dotada de poder de criar, e nem de agir em prol da autossuperação coletiva, a democracia na prática ainda seria um regime em que os homens seletos exerceriam o seu papel natural. Ilegítimos para Gasset seriam os regimes totalitários, em que o poder

é conquistado e mantido através da força e da violência, e que se reverte a ordem natural da sociedade.

Tudo isto vale também para a vida coletiva. Também nela há, primeiro, um horizonte de possibilidades, e, depois, uma resolução que elege e decide o modo efetivo da existência coletiva. Esta resolução emana do caráter que a sociedade tenha, ou, o que é o mesmo, do tipo de homem dominante nela. Em nosso tempo, domina o homem-massa; é ele quem decide. Não se diga que isto era o que acontecia já na época da democracia, do sufrágio universal. No sufrágio universal não decidem as massas, senão que seu papel consistiu em aderir à decisão de uma ou outra minoria. Estas apresentavam seus "programas" – excelente vocábulo. Os programas eram, com efeito, programas de vida coletiva. Neles convidava-se a massa a aceitar um projeto de decisão. Hoje acontece uma coisa muito diferente. Se se observa a vida pública dos países onde o triunfo das massas avançou mais – são os países mediterrâneos –, surpreende notar que neles se vive politicamente ao dia. O fenômeno é sobremaneira estranho. O Poder Público acha-se em mãos de um representante de massas. Estas são tão poderosas, que aniquilaram toda possível oposição. São donas do Poder público em forma tão incontestável e superlativa, que seria difícil encontrar na história situações de governo tão prepotentes como estas. (ORTEGA Y GASSET, 2002, p.35)

Mas se Ortega y Gasset é contrário aos fascismos, qual a sua contribuição para o entendimento do nazismo? O conservador Gasset empresta ao nazismo justamente o seu elemento “revolucionário” no contexto político da sociedade alemã. Em um contexto marcado ainda por elites tradicionais, muitas delas em regime estamental, o discurso do homem seletto – e de que ele não estaria restrito a uma classe ou origem social – foi fundamental para a ascensão do nazismo, um movimento inicialmente pequeno-burguês, que encontrou receptividade em um contexto em que o comando conservador das elites tradicionais que ainda persistia na República de Weimar, não era capaz de garantir estabilidade social, muito menos superação das séries de crises de toda ordem.

Ora, a retórica narcisista que marca os primeiros capítulos do *Mein Kampf* não tem outro significado que não apresentar Hitler como um homem seletto. A afirmação do homem seletto, do líder, do condutor das massas corria paralela ao diagnóstico da presença dos muitos homens-massa por natureza que ocupavam cargos e papéis de

controle no comando da Alemanha. A unicidade e centralidade do líder, do ser especial, aparece em destaque em toda a reflexão de Hitler:

Apesar de um inventor, por exemplo, só consolidar a sua fama no dia em que a invenção está terminada, seria errôneo pensar que a genialidade em si não se contivesse no homem antes desse momento. A centelha do gênio já faísca, desde a hora do nascimento, na cabeça do homem verdadeiramente dotado de talento criador. Genialidade verdadeiramente é sempre inata, nunca fruto de educação ou estudos. Como já acentuamos previamente, o mesmo fenômeno, observado no indivíduo, se produz também na raça, Ainda que espectadores superficiais queiram desconhecer esse fato, certo é que os povos que produzem muito são dotados de talento criador desde a sua origem mais remota. (HITLER, 1983, p. 490)

A aristocracia radical, como manifesta no pensamento de Ortega y Gasset, representa o núcleo de toda filosofia política de Hitler e do Partido Nazista. A questão racial desenvolvida em primeiro plano no *Mein Kampf* é simplesmente a justaposição de elementos do discurso racial sobre a equação política do discurso da aristocracia radical. As categorias de “ariano” e “judeu” aparecem quase que como “novos rótulos” para os conceitos como o de homem seleta e homem-massa. Mudam-se os termos, mas permanece a mesma ontologia e cosmologia, a mesma ordem natural das coisas. Inclusive quando Gasset amplia sua análise para o plano global, aplicando as nações o seu princípio de ordem natural das coisas, a estrutura do seu discurso conservador também se repete no discurso nazista. Quando ele pergunta no final do livro a questão do poder de “Quem manda no mundo?”, ele pensa na Europa enquanto uma espécie de “civilização seleta”, que seu lugar natural é a liderança, e é sua responsabilidade levar o restante do mundo a autossuperação. É o mesmo lugar que Hitler coloca o Terceiro Reich no interior da era moderna.

Uma discrepância significativa entre Hitler e Ortega y Gasset é a questão da força. Enquanto para Gasset seu uso representaria um retrocesso, para Hitler, ela também faz parte das características inatas do ser superior, e seu uso seria natural e legítimo.

Como veremos no Capítulo 3, Hitler pessoalmente não era um profundo conhecedor da ciência racista do seu tempo, tendo obtido o seu pouco conhecimento sobre o assunto em leituras autodidatas, e é claro, no senso comum do seu tempo. Tanto

é que dedica poucas páginas em desenvolver análises acerca dos mecanismos raciais, ficando as supostas influências biológicas quase sempre subentendidas em suas asserções políticas. Em contraste com os complexos e verborrágicos estudos da ciência racial do começo do século XX, que se apoiava, sobretudo, em amplo conhecimento sobre as ciências naturais, o discurso racial de Hitler se dá no nível de um mero propagandista.

Mas Hitler era um profundo conhecedor do pensamento político contemporâneo, sobretudo do discurso conservador. E a nova conjunção política que ele deu ao discurso racial foi fundamental para que os efeitos do discurso do partido nazista tivessem a objetividade que fez com que este se destacasse tanto, e em tão pouco tempo, em meio a tantos outros partidos de extrema-direita da República de Weimar.

O que hoje se apresenta a nós em matéria de cultura humana, de resultados colhidos no terreno da arte, da ciência e da técnica, é quase que exclusivamente produto da criação do Ariano. É sobre tal fato, porém, que devemos apoiar a conclusão de ter sido ele o fundador exclusivo de uma humanidade superior, representando assim "o tipo primitivo" daquilo que entendemos por "homem". É ele o Prometeu da humanidade, e da sua fronte é que jorrou, em todas as épocas, a centelha do Gênio, acendendo sempre de novo aquele fogo do conhecimento que iluminou a noite dos tácitos mistérios, fazendo ascender o homem a uma situação de superioridade sobre os outros seres terrestres. Exclua-se ele, e, talvez depois de poucos milênios, descerão mais uma vez as trevas sobre a terra; a civilização humana chegará a seu termo e o mundo se tornará um deserto! Se a humanidade se pudesse dividir em três categorias: fundadores, depositários e destruidores de Cultura, só o Ariano deveria ser visto como representante da primeira classe. Dele provêm os alicerces e os muros de todas as criações humanas, e os traços característicos de cada povo em particular são condicionados por propriedades exteriores, como sejam a forma e o colorido. É ele quem fornece o formidável material de construção e os projetos para todo progresso humano. Só a execução da obra é que varia de acordo com as condições peculiares das outras raças. (HITLER, 1983, p. 571)

Contemporâneo de Ortega y Gasset, o sociólogo húngaro Karl Mannheim viveu diretamente o nazismo. Tendo crescido e obtido sua primeira formação em Budapeste, prosseguiu seus estudos em Paris, e a partir da década de 1920 passou a viver na Alemanha, de onde saiu em fuga da perseguição nazista devido a sua origem judaica. O pensamento de Mannheim possui uma série de influências como o marxismo

de Georg Lukács, Max e Albert Weber, e autores da psicologia social e psicanálise, como Sigmund Freud e Gustave Le Bon.

Diferente de Le Bon e Ortega y Gasset, que escreveram ensaios políticos, a obra de Mannheim caracteriza-se pela busca da cientificidade na sua análise sociológica. Para Mannheim, a análise de processos sociais deve preceder a análise dos grupos. E quando pensa os grupos, Mannheim traz a noção de ideologia que tomamos para este trabalho, sendo essa basicamente composta pela junção entre ideias e interesses. A presença de Mannheim nessa análise comparativa se justifica pela sua busca pela definição de um conceito preciso de massa, e como a definição desse conceito integra uma abordagem mais ampla do nazismo.

A massa para Mannheim pode ser definida como uma agregação física e compacta de seres humanos em contato direto temporário e não organizado, reagindo frequentemente, de modo semelhante, ao mesmo estímulo. Para Mannheim, a massa constitui sempre uma organização transitória e instável, um incidente, uma erupção. Dessa forma, a massa seria um processo social, e nesse sentido, vemos Mannheim muito próximo de Le Bon. Mannheim também destaca o importante papel da sugestão, como a criação do estímulo que desencadearia o processo de massa. Para ele:

Todas as inibições mantidas pelos grupos primários e organizados tendem a perder sua força na massa, e a consequência disso é que uma súbita regressão as reações primárias, primitivas e não controladas, surge com relativa facilidade. Essa perda conduz a uma subversão dos padrões e hábitos anteriormente desenvolvidos no quadro de referência dos grupos permanentes. (MANNHEIM, 1962, p.163)

Novamente vemos Mannheim ao lado de Le Bon, e ambos afastando-se de Gasset. Mannheim também não pensa em um tipo específico de indivíduo, mas da suscetibilidade de qualquer indivíduo a massificação, independente de qual grupo a qual pertença. Também é latente a influência da psicologia social quando Mannheim pensa na sociabilidade dos grupos como sobrepostas a um conjunto de impulsos primários. A massificação seria um processo social em que haveria a supressão das inibições, valores e normas adquiridos na socialização, deixando os indivíduos a mercê dos seus impulsos primários. Essa caracterização do indivíduo em massa como um indivíduo “em regressão”, aproxima Mannheim de Gasset e a sua definição do homem-massa.

Quando o indivíduo está imerso na massa, a proximidade física, a instabilidade de múltiplas emoções, os gestos, os murmúrios e gritos, agitam aspirações profundas e os sintomas da massificação se intensificam quando um interesse semelhante é convertido em interesse comum. O surgimento de um interesse comum dá sentido e coesão à massa. Não são mais indivíduos agregados por um breve tempo reagindo ao mesmo estímulo, mas uma forma – mesmo que ainda relativamente amorfa – coesa e com certa continuidade. E tendo um interesse comum, a massa se torna algo realmente poderoso.

Por exemplo, o grupo que no início da Revolução Francesa tomou de assalto a Bastilha, era um grupo com interesses semelhantes e não uma multidão de observadores passivos. Eles estavam unidos pelo propósito revolucionário. Nessa situação, um alvo muito simples levou cada um a identificar-se com todos os demais. Esta espécie de participação é portadora de uma sanção social para a irresponsabilidade individual. (MANNHEIM, 1962, p.163)

Mannheim não compartilha do mesmo pavor das massas que sentiam Le Bon e Gasset, mas reconhece assim como eles que a massa surge como o elemento mais poderoso na sociedade moderna. A massa não é a mera soma da força dos indivíduos, é a sua multiplicação. No calor da massa, um indivíduo é capaz de coisas que jamais seria sozinho.

E é no estabelecimento do interesse comum que surge a função de líder. Aqui novamente a análise de Mannheim aproxima-se da de Le Bon. Para ele, o líder converte-se num meio de identificação: o líder é o símbolo do seu grupo, da identificação grupal, da organização grupal. Ele é seguido, não porque tenha um inato prestígio social ou certo status, mas porque o povo confia e deposita esperança em sua pessoa.

A multidão não organizada está geralmente sujeita a processos nos quais a emoção se intensifica e a capacidade de refletir diminui. Nesse estágio, nada de construtivo pode ser feito porque não existe objetivo comum. A multidão está assim, num estágio transitório, ela preserva o material de integração e é, por assim dizer, suscetível à reelaboração sob a forma de grupos novos e consolidados, e de uma solidariedade que poderá substituir as tendências centrífugas potencialmente presentes. (MANNHEIM, 1962, p.164)

De todas as características levantadas a respeito da massa até aqui, o elemento da análise de Mannheim que melhor acrescenta as análises anteriores é que para ele a massa frequentemente procura uma *vítima*, um alvo, um culpado. Ele cita como exemplos diretamente os aristocratas e os judeus. Como já dissemos, em massa, o censor pessoal é removido e ressurgem a natureza infantil ou primitiva do homem. Para Mannheim, a emoção é predominante nessa multidão e é quase como se as tendências sexuais reprimidas e agressivas tomassem a sua desforra.

O político hábil, o evangelista, o patriota dos nossos tempos, o feiticeiro da tribo, todos usam métodos que são semelhantes dentro de certos limites, conduzindo a massa pela voz e pelos gestos, pela reiteração e cumulação de imagens, por todos os ingredientes de sedução do orador. (MANNHEIM, 1962, p.165)³

Esse caráter violento que as massas possuem para Mannheim, o aproxima de Gasset. E na medida em que ele enquadra esse comportamento como a liberação de impulsos reprimidos pela sociabilidade dos grupos, podemos colocá-lo também próximo da psicologia social. Mas o direcionamento dessa violência para um alvo específico é uma importante contribuição de Mannheim. Caberia ao líder o direcionamento da massa dispersa através do estabelecimento de um interesse comum. E na medida em que esse líder colocasse como objetivo comum justamente a eliminação de um alvo, seriam combinadas duas características que dão coesão as massas, e, portanto, força. E da mesma forma, esse líder teria ainda mais controle sobre as massas, estas que seriam ainda menos capazes de refletirem sobre a direção dos seus atos.

Para Mannheim, os perigos que isso representa são maximizados na medida em que o líder poderia nos tempos modernos dispor ainda mais de recursos de comunicação e educação das massas. Esse alerta de Mannheim não serve somente para explicar o nazismo, mas considerando que Mannheim fala sobre uma característica humana universal, e não sobre um fenômeno datado, e se considerarmos que esses recursos são ainda maiores hoje, os riscos políticos atuais do controle sobre as massas são incomensuráveis. Com as tensões cada vez maiores geradas pela atual etapa da globalização, em que ressurgem nacionalismos e discursos de intolerância se tornam cada vez mais frequentes e pesados, vítimas para serem apontadas como alvo para desforra e descarga dos impulsos violentos e das frustrações acumuladas, não faltam em

³ Podemos ver nessa citação de Mannheim vários elementos similares aos da análise de Le Bon.

todos os cantos do globo. A formação de uma comunidade cerrada e unitária traz consigo também a presença simbólica do outro, do estranho, do inimigo que, por não pertencer aos valores naturais da comunidade gregária, deve ser expulso ou eliminado pela ação política. Um problema que Mannheim analisou detalhadamente na atmosfera política do início do século XX:

A massa manifesta o espírito gregário subjacente ao processo de integração social e as técnicas modernas ao processo de integração social e as técnicas modernas de comunicação criam novas vias para esse tipo de mentalidade. A imprensa ou o rádio podem, assim, tornar-se veículos para transmissão desse sentimento gregário. (MANNHEIM, 1962, p.166)

Outro elemento novo que Mannheim traz em relação a Le Bon e Ortega y Gasset é a distinção conceitual entre massa e público. Para Mannheim, o público é uma integração de muitas pessoas, *que não esta baseada na interação pessoal* – como a massa em que os elementos interagem uns com os outros como se fosse um só corpo – mas na reação aos mesmos estímulos. Pensemos em um teatro ou cinema: cada um dos membros do público tem um lugar marcado para si, já definido, e ele vai reagir aos estímulos que vem do palco ou da tela, não em relação ao restante dos espectadores. Diferente de uma massa, por exemplo, em que numa eventual situação em que alguns indivíduos vejam várias pessoas correndo desesperadamente, começariam a correr também. O público abstrato é aquele em que não há nenhuma forma de contato físico direto entre os indivíduos, como os que ficam cada um em suas casas ouvindo o rádio ou assistindo a televisão. Estão distantes uns dos outros, mas reagindo simultaneamente aos mesmos estímulos.

As pessoas que, em várias partes do país, ouvem no rádio a mesma peça e os mesmos discursos, ou que olham para o mesmo anúncio em ruas diferentes ou leem o mesmo artigo principal nos seus jornais, ou leem, em casa, uma mesma novela, constituem massas abstratas ou um público abstrato. Essas pessoas constituem uma massa porque a sua unidade é formada apenas pela reação comum a um mesmo estímulo; não é toda personalidade que esta envolvida ao escutar-se o rádio ou ao ler-se uma novela, mas apenas uma parte da personalidade. Mas os leitores ou os ouvintes não constituem uma massa porque todas as reações ligadas à presença física e corporal estão ausentes. Eles são um público porque participam das mesmas experiências. As funções de aprovar ou de rejeitar, quer dizer, de julgar o valor da representação ou da novela, são preservadas, e essas

funções são flutuantes. O fato decisivo é que, como membros de um público abstrato, nos comportamos de acordo com a integração social. Ao reagirmos ao anúncio, o fazemos de forma semelhante à que os membros da massa reagiriam a uma sugestão somos, pois, membros de um público abstrato. O anúncio e o artigo são elaborados tendo em vista estes fatores. (MANNHEIM, 1962, p.168)

Outro aspecto que distingue público de massa é que o público possui uma intencionalidade: ele busca o estímulo, diferente da massa que o recebe quase que involuntariamente. E também possui certa organização externa, um tipo primário de organização, que viria com o estabelecimento de locais, horários, etc. E finalmente, eles desenvolvem o papel específico de observadores, de participantes do auditório, e tem o direito de aplaudir ou criticar. O público é assim, para Mannheim, um tipo intermediário entre a multidão e o grupo.

Essa distinção de Mannheim é fundamental para entendermos as estratégias de massa do nazismo. Em primeiro lugar, a transformação do público em massa é uma importante forma de controle dos impulsos violentos da massa. Quando pensamos no nazismo como um regime de massa que praticou extermínios em larga escala, devemos ter em mente que não foram diretamente as massas que o fizeram, como no Genocídio em Ruanda em 1994, por exemplo. Apesar da existência de conflitos diretos, o extermínio nazista foi de fato perpetrado por tropas rigidamente organizadas, assim como era a organização dos campos de concentração e extermínio. Não foram “civis” em fúria, mas a operação política mais radical que pôde efetuar uma máquina burocratizada, por um sistema estruturado em uma rígida hierarquia militar, político-burocrática e acadêmica⁴.

Em segundo lugar, o público tem sua vida guiada por uma força política externa a sua própria consciência. Ele apoia, é indiferente, ou pelo menos, insuficientemente crítico em relação ao que realmente acontece. O público é

⁴ Um campo de concentração, por exemplo, reunia em si as três formas supracitadas de hierarquia. Os militares, fossem das forças do Estado ou do Partido, que eram responsáveis pelo transporte e seguranças nos campos seguiam a hierarquia militar. Os funcionários, que se estendiam de burocratas administrativos até os carrascos que administravam as doses de gás nas câmaras, seguiam uma hierarquia político-administrativa criada especificamente pelo regime. E os médicos e cientistas responsáveis por experimentos, dentre outras coisas, e se situavam na maioria das vezes no topo do comando dos campos, além de hierarquia político-burocrática, seguiam também a hierarquia acadêmica, que traziam consigo das Universidades, de onde a imensa maioria deles era oriunda.

Fonte: Enciclopédia do Holocausto do *United States Holocaust Memorial Museum*
<http://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005145>

essencialmente distante, mas acredita ser próximo de tudo. E a partir do momento em que se afastam as pessoas dos acontecimentos reais, por mais que alguns possam discordar, eles estão distantes demais para mudar alguma coisa. Cria-se “críticos de sofá”, na melhor das hipóteses. É evidente que havia cidadãos alemães que, sabendo o que de fato acontecia nos campos de concentração e no *front* de batalha, eram contra as ações do regime. Mas estavam distantes demais para poder interferir no processo.

Um público rigidamente mantido só tem senso crítico a partir das limitadas opções que lhe são apresentadas. Melhor do que manter uma massa acéfala, é manter um público que se perde na ilusão de ser crítico. Um público que digere toda a informação distorcida e as opiniões manipuladas dos meios de comunicação.

Em terceiro lugar, ao transformar uma sociedade de massas em uma “sociedade plateia”, adapta-se cada vez mais a realidade política a realidade moderna. É mais fácil controlar as massas decompondo-as, atomizando-as e mantendo os indivíduos distantes entre si. A modernidade por si mesma, ao mesmo tempo em que massifica, individualiza. E transformar a massa em público, é uma forma de orientar o processo de individualização e controle. E é inclusive mais prático estabelecer políticas de público do que de massa: é mais fácil transmitir um discurso do líder para todas as casas através dos meios de comunicação, do que conseguir atrair a atenção da massa por meio de um comício.

E por último, pensando o público como um estágio intermediário entre a massa e os grupos, pode-se controlar a sociedade não somente organizando as massas e tornando-as público, mas também dissolvendo os grupos e transformando-os em plateia. E para Mannheim, esse é o centro da estratégia nazista, e desenvolveremos esse aspecto em detalhes no próximo tópico.

A liberdade de pensamento significa, sociologicamente, que o indivíduo pode pensar, não apenas em termos dos padrões do seu grupo organizado, mas também em termos das reações flexíveis as integrações mais fluídas dos diversos públicos abstratos. A abolição da liberdade de pensamento na moderna sociedade ditatorial, consiste não somente na proibição de pensar, mas na organização rígida do público, que é, em essência, uma entidade não organizada que só pode funcionar adequadamente, permanecendo não organizada e fluída. (MANNHEIM, 1962, p.168)

Uma sociedade que se transforma em público é aquela que, por mais que ria ou chore, vaie ou aplauda, não consegue romper com a condição de ser mera espectadora da própria realidade.

1.3 – Massificação sistemática: a Estratégia Nazista

O termo “massa” é muito corrente na imensa maioria dos trabalhos tradicionais que dissertam sobre o nazismo. Mas são raros aqueles que de fato se ocupam em definir o conceito com precisão. Muitos trabalhos frankfurtianos são muito precisos em avaliar a relação entre massas e o nazismo, como os trabalhos de Adorno, Horkheimer e Kracauer. Por outro lado, em trabalhos de historiadores como Ian Kershaw, Willian L. Shirer, Joachim Fest, Richard J. Evans e Timothy Ryback, podemos observar uma identificação muito acurada dos grupos que compunham a complexa estratificação da sociedade alemã e a sua cena política, e fala-se muito pouco em massa. Dessa forma, surge um problema conceitual na medida em que se busca fazer uma análise comparativa do nazismo.

No tópico anterior, trouxemos em uma análise comparativa entre três diferentes perspectivas que mantêm como elo entre si o reconhecimento de que o período que abarca das últimas décadas do século XIX até as primeiras do século XX caracteriza-se justamente pelo problema da existência do protagonismo das massas. De maneira geral, de tudo que vimos até aqui, podemos considerar as massas como um elemento social marcado por certa acefalia, uma incapacidade de determinar a si mesma. Não possuem valores, normas, tradições, ou qualquer outra coisa que caracteriza organização e continuidade. As massas não possuem uma consciência histórica, nem uma definição muito clara dos seus interesses. Pois bem, dada essa definição, como poderemos então entender as massas como tendo real protagonismo?

Em primeiro lugar, podemos pensar que muito do que se chama de massa é na verdade a nomeação de novos atores sociais, muitos deles diferentes entre si, que os antigos atores sociais ainda têm dificuldade de entender. São frutos de um momento de transição histórica. Esse raciocínio fica mais claro na medida em que muitos atores enquadrados na categoria “massa” são na verdade os novos atores urbanos, que surgem nessa nova etapa da modernidade com as transformações estruturais decorrentes das revoluções industriais. E como grupo neófito em uma ordem tradicional que começa a se dissolver, é evidente que os seus valores e os seus interesses ainda não sejam claros, o que não significa que sejam inexistentes.

Nesse sentido, em segundo lugar, é válido também pensarmos que a concretização ideológica desse novo proletariado urbano e dessa nova pequena burguesia seja justamente o marxismo e anarquismo do início do século XX, os movimentos neoconservadores vindos de correntes religiosas e o nazi-fascismo. A dificuldade dos grupos tradicionais de entender essas novas ideologias é parte de uma dificuldade maior de compreender o turbilhão de transformações sociais trazidos pela modernidade.

Em terceiro lugar, é importante distinguir massa enquanto processo social, de massa enquanto “sobras” da estratificação social. Massa enquanto processo social seria o resultado de processos de massificação, vindos através das novas tecnologias de poder e das novas realidades do mercado: a organização para a produção em massa destinada ao consumo em massa.

Já o que poderíamos chamar de “sobras” seriam aqueles indivíduos que não se enquadrariam em nenhuma categoria tradicional de estratificação, aqueles que não têm um “lugar” definido, como o que é chamado genericamente de novas classes urbanas, que compõe na prática um aglomerado muito heterogêneo. Também podemos enquadrar nessa categoria indivíduos que podemos chamar de ideologicamente “híbridos”. Esses indivíduos são resultado direto das contradições da modernidade, das múltiplas identidades contraditórias que passam a compor os mesmos indivíduos. Um mesmo indivíduo pode possuir uma consciência de classe enquanto trabalhador, que o iguala aos seus companheiros de trabalho e o opõe aos interesses dos proprietários. Mas ele também pode possuir a mesma ética religiosa que o seu patrão, esta sendo oposta a de seus companheiros de trabalho. A sobreposição de identidades na modernidade gera cada vez mais indivíduos “híbridos”, e que, portanto, não tem referenciais ideológicos claramente determinados.

Para entendermos a relação entre o nazismo e as massas, e também estabelecer uma correlação clara entre massas e grupos, é fundamental compreendermos que existem duas etapas distintas do processo de massificação da sociedade alemã. As massas enquanto processo social são em grande medida as massas a que Le Bon se referia, assim como as aglomerações de Gasset. Já as massas que nós chamamos de “sobras” da estratificação social, assim como os “híbridos”, é o que Enzo Traverso no seu livro *A Sangue y Fuego* (2007) considera como substratos, resíduos de uma

estratificação social em dissolução através da crise da modernidade. É com essas massas que Hitler e o partido nazista vão lidar para chegar ao poder. São aquelas que convivem com os grupos tradicionais, mas que veem seu volume aumentar progressivamente.

Mas dada a natureza inconsistente e contraditória dessas massas, seria impossível qualquer regime estabelecer-se com solidez sobre uma sociedade estratificada dessa forma. Portanto, a partir do momento em que assumem o poder, os nazistas desenvolvem uma série de tecnologias e estruturam o discurso e o aparelho de Estado para que ele opere uma segunda etapa do processo de massificação da sociedade alemã, tornando-a a mais homogênea e coesa possível. Dessa forma, a primeira etapa do processo de massificação da sociedade alemã – que abarca do final do século XIX até a década de 1920 – refere-se a um processo *estrutural e subjetivo*, resultado direto da modernidade. E a partir do momento em que os nazistas assumem o controle do Estado – na década de 1930 – inicia-se uma segunda etapa do processo de massificação, esta sendo *objetiva e sistemática*.

O objetivo dessa segunda etapa é romper definitivamente com a estrutura de classes, inserindo através do discurso da raça uma homogeneização da sociedade que se submeteria ao controle de um Estado, este tendo como função a preservação da raça. Elimina-se toda forma de diversidade e organização social, e introjetam novas categorias identitárias. Não é só um processo de eliminação das oposições políticas, mas uma submissão total da sociedade a um mesmo modelo de organização e a reorganização total da cultura, seus valores e suas normas.

Karl Mannheim identifica com precisão esse processo de massificação da sociedade alemã operado pelos nazistas. No livro *Diagnóstico do Nosso Tempo* (1967), ele identifica esse processo como *estratégia nazista*.

Hitler inventou um novo método a que se pode dar o nome de estratégia do grupo nazista. O ponto capital da estratégia psicológico de Hitler é jamais encerrar o indivíduo como pessoa, mas sempre como membro de um grupo social. O que Hitler faz por instinto está acorde com os descobrimentos da moderna Sociologia, ou seja, de que o homem é mais facilmente influenciado através dos vínculos do grupo; o que é mais importante ainda, as reações dele variam conforme o grupo particular a que pertence. O homem porta-se diferentemente na família, no clube, no exército, em seus negócios, ou como um cidadão em geral. O grande Duque de Marlborough era comandante do

exército e, no entanto, em casa vivia controlado pela esposa. Cada grupo aparentemente possui suas próprias tradições, proibições e formas de expressão peculiares e enquanto se conserva intacto apoia e orienta o comportamento de seus membros. (MANNHEIM, p.120, 1967)

Mannheim refere-se abertamente a um processo de desorganização sistemática da sociedade. Para ele, Hitler sabia que enquanto as pessoas se sentiam abrigadas em seus próprios grupos sociais, ficavam imunes à influência do seu discurso. O artifício oculto da estratégia nazista consistia em romper os laços de solidariedade e as referências identitárias por meio da desorganização sistemática dos grupos aos quais esses indivíduos pertenciam. Para Mannheim, essa desorganização tinha de ser rápida e violenta simultaneamente, e seu efeito só era duradouro se ele conseguisse formar imediatamente novos grupos que fomentem o gênero de comportamento aprovado pelo seu partido.

Assim, há duas fases principais na estratégia do grupo de Hitler: a decomposição dos grupos tradicionais da sociedade civilizada e uma rápida reconstrução baseada em um padrão de grupos inteiramente novo. No trabalho de desintegração inicial ele pode, está claro, confiar em grande parte na ausência de planificação de nossa vida econômica. Por exemplo, essa ausência é responsável pela condição mais desmoralizante de todas, o desemprego crônico. Porém, quando essa desintegração espontânea não avançou o suficiente para atender aos fins de Hitler, ele aplica seus próprios métodos. São diversos os métodos de que dispõe para lidar com a família, a Igreja, os partidos políticos e as nações. Os elementos dessa técnica ele os aprendeu com os comunistas, mas os pormenores foram por ele elaborados durante sua própria luta na selva política da Alemanha da década de 1920. Aprendeu como dissolver comícios de massa, como desmoralizar adeptos de outros partidos, como fingir que cooperava com grupos rivais para, a seguir, quando o momento era julgado oportuno, provocar sua queda. Tudo o que ele fez ultimamente foi transferir essa tragédia do grupo para o campo da política exterior. (MANNHEIM, p.121, 1967)

Para Mannheim, era fundamental para essa estratégia nunca atacar diretamente. Tantos grupos quanto nações inteiras tendem a se tornar mais coesos na medida em que reagem a um ataque direto. Por isso, são utilizadas técnicas que buscam minar previamente os laços de solidariedade do grupo, para que num segundo momento aplica-se o principal elemento da estratégia: a ação conjunta que mistura ameaças e promessas. A junção entre o terrorismo e a diplomacia.

Quando ele consegue encontrar Quislings dentro dos grupos, recorre a técnica de penetração no grupo. Manda emissários como turistas e sob outros disfarces para conquistar para seu lado os adversários do regime existente e os desajustados e fracassados sociais. Tendo organizado os agentes de massa dum movimento subterrâneo, procura isolar a nação do mundo exterior. Flanqueamento, envolvimento e isolamento total são as principais etapas desse processo. A essa altura, a vítima acha-se inteiramente a sua mercê, Hitler, contudo, ainda evita o ataque direto e prefere o sistema de desmoralização total vinda de dentro. Na tensão que então impera, são difundidos boatos, insuflados temores, jogados grupos rivais uns contra os outros e afinal é ministrada a assaz conhecida mistura nazista de ameaças e promessas. Tais são os métodos que ele empregou na Austrália, Tchecoslováquia, Romênia, Bulgária e outros países. Os documentos secretos apreendidos na incursão de Loften, na Noruega, mostram claramente como são sistemáticos esses métodos, as instruções do exército previam toda fonte possível de resistência e indicavam as contramedidas. (MANNHEIM, p.122, 1967)

É importante nesse momento pensarmos na duplicidade desse processo. Na medida em que o nazismo desenvolve uma tecnologia de poder baseando-se em mecanismos de controle social, aplica simultaneamente os dois extremos da mesma estratégia: da mesma forma que destrutura e elimina a existência de determinados grupos sociais, opera a ação política que homogeneíza a sociedade alemã, criando uma nova cosmologia composta por inimigos internos e externos que estariam agindo em pleno ataque aos valores e ideais da sociedade alemã. Em primeiro momento, surgem os judeus, que sintetizariam em si no plano do discurso nazista a figura ideal dos outros, dos inimigos, que deveriam ser combatidos, como os comunistas, os ciganos, os homossexuais. E, por outro lado, efetua a afirmação da ideologia da guerra. Além da busca pelo espaço vital, e de tudo que isso significava economicamente, a guerra também foi o elemento definitivo da estratégia nazista para unir a Alemanha em um só bloco definitivo. A coesão e homogeneização interna que a guerra não perpetrasse por si só seria conseguida pela força pelos inúmeros e imensos tentáculos do Estado e Partido nazistas voltados para o controle da ordem em toda a sociedade, o que implicava na manutenção do estado de guerra como permanente e plenamente justificado.

Tem sido bastante ressaltado o papel desempenhado pelo medo, pelo ódio, pela insegurança e pela desconfiança no regime nazista. De minha parte, quero acrescentar a este rol o elemento de desespero. No fundo de todas as reações nazistas, encontra-se desespero. O mundo

deles é um em que todos se sentem traídos, isolados e não mais confiam no próximo. (MANNHEIM, p.123, 1967)

Para Mannheim, a estratégia nazista baseia-se na manipulação emocional dos indivíduos que sofrem os impactos do isolamento e da desintegração dos seus grupos primários. A este desnorteamento sistemático soma-se o próprio contexto dos anos 1920 na Alemanha, com uma profunda crise econômica, política e social vinda com as consequências da Primeira Guerra Mundial. E a Crise de 1929 consolidou a criação de todas as condições que facilitaram o desenvolvimento dessa estratégia em larga escala. A propaganda criava um clima de caos total em meio a uma sociedade em crise, e Mannheim coloca que tendo reduzido a sociedade alemã ao pânico e ao desespero, os nazistas iniciaram então o segundo movimento de sua estratégia:

Procuram reconstruir uma nova ordem seguindo duas linhas distintas. Uma destina-se a escravizar as massas, a outra a entrincheirar sua liderança e o terrorismo de seu Partido. Para aquela, adota uma organização militar baseada no modelo prussiano: aplica-a a tudo, á organização da juventude, da indústria, dos trabalhadores e da opinião. Uma vez mais, explora o medo, o ódio e o terrorismo, pois é muito mais fácil encontrar um escoadouro para o sentido de hostilidade dos grupos do que mobilizar suas energias construtivas. (MANNHEIM, p.123, 1967)

Mannheim coloca que é nesse momento em que se torna pertinente o uso de “raças” e de indivíduos como bodes expiatórios. A partir do momento em que se instaura um clima de pânico e desespero, encontrar uma via que dê vazão a esses sentimentos pressionados faz com o ciclo se feche. A partir do momento em que se legitima um “alvo”, a comunidade se liberta do sentimento de culpa. E da mesma forma, evita que esse ódio se volte para os líderes em caso de insucesso.

Assim, as tropas de assalto, a propaganda e a liderança, compõe os elementos de uma mesma estratégia que desintegra os grupos, instaura o pânico, e em seguida forma blocos rigidamente guiados pelas novas lideranças. O ódio é direcionado para que essa massa em ebulição se mantenha sob controle. Dessa forma, podemos dizer que todos os “inimigos” eleitos e combatidos pelo nazismo são uma condição *sine qua non* para que o regime se estabeleça de fato, não importando especificamente quais inimigos sejam esses, contanto que eles existam, e possam ser facilmente identificados pela massa.

Capítulo 2 – Raça e Modernidade

2.1 – O Antissemitismo Moderno

O antissemitismo é um conceito chave para o entendimento do nazismo. Aspecto que sobressalta aos olhos em uma leitura preliminar do *Mein Kampf*, o nazismo tornou-se um imenso tabu ao tornar-se praticamente um sinônimo de antissemitismo. Neste capítulo analisaremos o surgimento do antissemitismo da forma como ele foi entendido e utilizado no nazismo, e para isso utilizaremos uma perspectiva genealógica, em que buscaremos os elementos antissemitas dentro dos discursos econômico e religioso que melhor repercutiram no mundo germânico do século XIX, e através deles remontar as origens do discurso antissemita moderno que se desenvolveu no início do século XX.

O termo *Antisemitismus* surgiu pela primeira vez justamente em alemão, no século XIX. O próprio termo foi utilizado pela primeira vez já com o sentido de aversão aos judeus, pelo jornalista alemão Wilhelm Marr, em 1873, por soar mais "científico" do que *Judenhass* ("ódio aos judeus"), o termo popular da época. Marr foi um membro bastante ativo de todo processo político alemão no século XIX, tendo dedicado sua carreira jornalística a propaganda germanista e antissemita. Já na metade do século XIX, em publicações como o panfleto de 1879 *Der Weg zum Siege des Germanenthums über das Judenthum* (O Caminho da Vitória do Germanismo sobre o Judaísmo) ele expunha suas teorias de que um dos principais obstáculos para unificação alemã seria a presença dos judeus, estes que não seriam assimiláveis por nenhum meio. Segundo Marr, o liberalismo estaria trazendo a emancipação dos judeus na Alemanha, e que assim eles estariam assumindo o controle da indústria e das finanças. Ele buscava basear seus argumentos numa diferenciação no plano racial, apesar de não haver consistência científica (em relação aos estudiosos da questão racial em seu tempo) suficiente em sua panfletagem política.

A análise de Hannah Arendt sobre as origens do antissemitismo moderno, feita, sobretudo no seu *Origens do Totalitarismo*, busca abarcar não somente os elementos europeus do processo histórico, mas é um dos poucos estudos que considera também aspectos endógenos da comunidade judaica. Essa perspectiva para nós é fundamental pela capacidade que tem de nos aproximar ainda mais das relações sociais que se constituíram historicamente.

Entre o anti-semitismo como ideologia leiga do século XIX (que de nome, embora não de conteúdo, era desconhecida antes da década de 1870) e o anti-semitismo como ódio religioso aos judeus, inspirado no antagonismo de duas crenças em conflito, obviamente há profunda diferença. Pode-se discutir até que ponto o primeiro deve ao segundo os seus argumentos e a sua atração emocional. A noção de que foram ininterruptamente contínuas as perseguições, expulsões e massacres dos judeus desde o fim do Império Romano até a Idade Média, e, depois, sem parar, até o nosso tempo, freqüentemente conjugada com a idéia de que o anti-semitismo moderno nada mais é senão uma versão secularizada de populares superstições medievais, não é menos preconceituosa (embora seja, naturalmente, menos nociva) que a noção antissemita de uma secreta sociedade judaica, que dominou ou procurou dominar o mundo desde a Antiguidade. Historicamente, o hiato entre os fins da Idade Média e a época moderna, no que se refere à questão judaica, é ainda mais marcante do que a brecha entre a Antiguidade romana e a Idade Média, ou o abismo — freqüentemente considerado o ponto decisivo e o mais importante da história judaica — que separou os massacres perpetrados pelas primeiras Cruzadas e os primeiros séculos medievais. Esse hiato durou quase duzentos anos, do início do século XV até o fim do século XVI, quando as relações entre judeus e gentios estiveram mais frágeis do que nunca, quando a "indiferença [judaica] às condições e eventos do mundo exterior" foi mais profunda do que antes, e o judaísmo se tornou "um sistema fechado de pensamento". Foi por essa época que os judeus, sem qualquer interferência externa, começaram a pensar que "a diferença entre o povo judeu e as nações era, fundamentalmente, não de credo, mas de natureza interior", e que a antiga dicotomia entre judeus e gentios "provinha mais provavelmente de origem étnica do que de discordância doutrinária". Essa mudança na avaliação do caráter diferente do povo judeu — que só surgiu entre os não-judeus muito mais tarde, na Era do Esclarecimento — constituiu certamente a condição *sine qua non* do nascimento do anti-semitismo, e é de certa importância observar que ela ocorreu primeiro no ato da auto-interpretação judaica, surgido na época da fragmentação da cristandade européia em grupos étnicos, os quais depois alcançariam a autonomia política, formando o sistema de Estados-Nações. (ARENDR, 2009, p. 17-18)

Arendt coloca uma serie de questões pontuais: a primeira é a distinção do diferentes formas de antissemitismo, assumindo este manifestações, e se assentando em bases completamente diferentes ao longo do tempo. É fundamental para romper qualquer forma de continuísmo histórico, que obscurece a temática, e impede que possamos compreender justamente as especificidades da forma moderna de antissemitismo.

Em segundo lugar, é interessante notar a origem da dicotomia entre os judeus e os outros povos como um processo também endógeno da sociedade judaica. A distinção entre judeus e “gentios” é uma das mais duradouras durante a história das relações

raciais, mas assim como a aversão aos judeus deriva de contextos diferentes durante a história, a aversão dos judeus aos ditos gentios também varia suas bases.

Cornelia Essner e Édouard Conte em sua obra *A Demanda da Raça* (1995), colocam que o antissemitismo moderno surge na Alemanha pouco depois da criação do Estado-Nacional em 1871. Com a *kulturkampf* de Bismarck inicia-se um processo de construção de uma nova sociedade alemã. Resgatam-se as tradições, os mitos, e sobretudo, tenta-se definir um projeto de uma nova sociedade. Nesse sentido, intensificam-se as relações de poder em que diferentes grupos buscam definir sua identidade e impô-la a sociedade que está em processo de construção.

Nesse processo de autoafirmação, a criação de um “outro” emerge como elemento fundamental. A construção de uma identidade – a afirmação do que eu sou – passa também pela definição do que eu não sou. Nesse sentido, assim como a minha identidade se sobrepõe artificialmente a sujeitos concretos até que eles assumam essa identidade como natural, é recorrente que a identidade antagônica também seja projetada sobre um grupo concreto, e querer que ele assumam essa identidade. Se eu pretendo me afirmar como “honrado e honesto”, o outro que se opõe a mim supõe-se que deva ser “desonrado e faceiro”. No *Mein Kampf* isso é algo perfeitamente identificável. Fala-se muito mais no judeu do que propriamente do “ariano”, com seus predicados sempre postos em oposição. A definição de um sempre acaba sendo em contrapartida a definição também do outro. Dessa forma, o *Mein Kampf* empenha-se em criar uma nova identidade através do estabelecimento de uma alteridade discursiva.

Dirigindo-se inicialmente contra o catolicismo, visto como “internacional” e antinacionalista, a *kulturkampf* de Bismarck entrou numa série de conflitos muito desgastantes com os representantes do Vaticano. Aos poucos, a figura do judeu se torna um inimigo mais fácil de identificar como a antítese do novo alemão, e também um inimigo mais frágil de ser combatido. Como ressalta Pierre Sorlin em *O Antissemitismo Alemão* (1969) o judeu sempre foi visto como um estrangeiro no solo germânico, e eram comuns as desavenças, sobretudo em períodos de crise e guerras. Mas mesmo em tempos de paz, com os judeus da corte, por exemplo, sendo considerados elementos úteis, eles ainda eram considerados elementos externos as comunidades europeias. Por mais que sua presença no continente europeu seja tão antiga a ponto de não conseguir se

estabelecer um período próximo para sua chegada, o judeu sempre foi visto como um estrangeiro em terras europeias.

A partir de meados do século XIX, período de prosperidade e euforia com a unificação, inicia-se um projeto político e um discurso oficial contra o judeu de uma forma sem precedentes. Diversos grupos buscam projeções política através do antissemitismo. Pertencendo a diferentes classes e defendendo diferentes interesses, passam a ter em comum o antagonismo ao judeu. Na Áustria, berço de Adolf Hitler, é onde esse processo vai desenvolver com mais intensidade, tendo como figuras de proa Schoenerer e Lueger. Hitler dedicou o terceiro capítulo do primeiro volume (*Reflexões gerais sobre a política da época de minha estadia em Viena*) justamente a análise das ações políticas desses dois indivíduos, a quem ele se refere como duas de suas maiores influências. Schoenerer, Lueger na Áustria, e o Pastor Stoecker na Alemanha, esquerda e direita, católicos e protestantes, vão lançar as bases de uma intensa correlação de forças, que definitivamente vai politizar o antissemitismo.

E, da mesma forma como, em toda parte, toda classe que entrava em conflito aberto com o Estado virava anti-semita, assim, na Áustria, toda nacionalidade que entrava em conflito aberto com a monarquia iniciava seu combate atacando os judeus. Mas houve uma diferença marcante entre esses conflitos na Áustria e os que ocorriam na Alemanha e na França. Na Áustria, eles eram mais agudos e, ao romper a Primeira Grande Guerra, todas as nacionalidades — e isto significa: todas as camadas sociais — estavam em forte oposição ao Estado, de modo que, mais do que em qualquer outro país da Europa ocidental ou central, a população do império austro-húngaro estava impregnada de anti-semitismo ativo. (ARENDDT, 2009, p.63)

Arendt destaca que entre esses conflitos, destaca-se a crescente hostilidade antiestatal da população germânica, acelerada após a fundação do *Reich* alemão em 1870, quando foi descoberta a utilidade dos *slogans* antissemitas, principalmente depois da crise financeira de 1873. Nesse aspecto, é importante notarmos que é indissociável a propaganda antissemita do antissemitismo político moderno. A situação social na Áustria era praticamente a mesma que na Alemanha, mas a propaganda dos partidos — que na Áustria multinacional operavam em bases nacionais — destinava-se a angariar os votos da classe média, pregando abertamente a deslealdade para com o Estado. O Partido Liberal Alemão, por exemplo, sob a direção de Schoenerer, foi no início um partido da baixa classe média, sem conexões ou restrições por parte da nobreza, e com

uma imagem definitivamente esquerdista. Nunca obteve uma real base de massa, mas foi notavelmente bem-sucedido nas universidades nos anos 80, constituindo a primeira organização estudantil eficientemente 'estruturada' no antissemitismo declarado.

O anti-semitismo de Schoenerer, de início dirigido quase que exclusivamente contra os Rothschild, conquistou as simpatias do movimento trabalhista, que via nele um verdadeiro radical desgarrado. Sua principal vantagem era poder basear sua propaganda anti-semita sobre fatos demonstráveis: como membro do Reichsrat [Parlamento] austríaco, Schoenerer havia lutado pela nacionalização das estradas de ferro da Áustria, das quais a maior parte estava, desde 1836, nas mãos dos Rothschild, em virtude de uma licença estatal que expirava em 1886. Schoenerer conseguiu reunir 40 mil assinaturas contra a renovação da licença e colocar a questão judaica no picadeiro do interesse público. As íntimas ligações entre os Rothschild e os interesses financeiros da monarquia tornaram-se óbvias, quando o governo tentou prorrogar a licença em condições que eram patentemente desvantajosas para o Estado. A agitação comandada por Schoenerer desencadeou na Áustria um movimento anti-semita politicamente articulado. O problema é que esse movimento, em contraste com a agitação de Stoecker na Alemanha, foi iniciado e dirigido por um homem cuja sinceridade estava fora de dúvida, e por isso não se limitaria a usar o anti-semitismo como arma de propaganda, mas desenvolveria rapidamente aquela ideologia pangermânica que iria influenciar o nazismo mais do que outro ramo do anti-semitismo alemão. Embora viesse a ser vitorioso a longo prazo, o movimento de Schoenerer foi temporariamente derrotado por um outro partido anti-semita, o dos social-cristãos, sob a liderança de Lueger. Enquanto Schoenerer atacava a Igreja Católica e a sua considerável influência na política austríaca quase tanto quanto atacava os judeus, os social-cristãos eram um partido católico que sempre procurou aliar-se àquelas forças conservadoras reacionárias que se haviam demonstrado tão prestimosas na Alemanha e na França. (ARENDR, 2009, p. 64-65)

Dessa forma, o antissemitismo adquire sua nova face na modernidade na medida em que diferentes grupos irão levar seus sentimentos antissemitas para a esfera política. Tanto a esquerda como a direita utilizam o antissemitismo como instrumento de projeção política, e a reinserção dos grupos religiosos no Estado laico se dá também por essa via. Logo, o antissemitismo moderno, ou antissemitismo político, torna-se o *modus operandi* da esfera política germânica. O antissemitismo se torna roteiro obrigatório da demagogia. E esse antissemitismo político se fortalece na medida em que os grupos políticos se apropriam dos sentimentos antissemitas da sociedade, para através deles terem poder sobre ela, reforçando esses sentimentos e os estabelecendo em novas bases.

Essas relações sociais remontam a formação da Alemanha moderna. Os mesmos exércitos revolucionários que trouxeram o laicismo também trouxeram o império de Napoleão Bonaparte, que despertou o nacionalismo romântico. Johann Gottlieb Fichte, professor na Universidade de Berlim e um dos mais destacados filósofos da época, publicava em 1808 os *Discursos a Nação Alemã* invocando a união do povo para lutar contra a potência ocupante.

O discurso de Fichte apelava a uma comunidade política diferente daquela tradicional, ligada à aristocracia. Ele falava do povo, a comunidade formada por pessoas unidas por laços com a terra, a língua e a raça, esta última entendida como cultura (*kultur*). Fichte remontava a nação alemã aos povos germânicos que resistiram à conquista do Império Romano conservando seus laços com a terra ancestral e a cultura original. Era, portanto, na condição de representante dessa pureza original que o povo (*völk*) alemão deveria se unir para defender sua língua e sua raça, combatendo o inimigo estrangeiro. Nesse contexto ele insere também o judeu, visto por ele também como “estrangeiro” em razão de sua religião e cultura específicas.

Magnoli e Barbosa referem-se a Fichte como o pai do antissemitismo alemão contemporâneo. Para Fichte, a presença dos judeus se tornara uma ameaça à pureza do *völk*. Ainda em 1793, em um texto de análise sobre a Revolução Francesa, Fichte chamou os judeus de “Estado dentro do Estado” e disse que a única chance de se conceder algum direito aos judeus seria “cortar todas as suas cabeças em uma noite, e colocar novas sobre seus ombros, as quais não conteriam uma única ideia judia” (Apud MAGNOLI e BARBOSA, 2011, p.268).

Na segunda metade do século XIX, sob a influência das teorias raciais que se desenvolviam, o sangue, até então símbolo de cultura e descendência, se tornou o veículo físico para a transmissão de características biológicas, sociais e intelectuais. Sob o novo paradigma, a própria cultura passou a ser considerada geneticamente determinada. Foi nessa época que “semita” se tornou sinônimo de judeu e a “questão judaica” racializou-se. Assim, podia-se explicar como judeus e europeus eram brancos, mas de raças diferentes. Além disso, no contexto nacionalista, a ausência de um Estado judaico e o traço “nômade” dos semitas foi atribuída à incapacidade racial destes de se organizar politicamente e criar raízes, o que os transformava em verdadeiros parasitas de outros povos ou raças.

A utilização do antissemitismo pelo nazismo não teve nada de acidental. Numa reunião em Munique, uma década antes de chegar ao poder, Hitler explicava: “Para a libertação do povo é necessário mais que uma política econômica, mais que uma indústria: para que se torne livre, o povo precisa de orgulho e força de vontade, capacidade de desafiar, ódio, ódio e, mais uma vez, ódio” (Apud MAGNOLI e BARBOSA, 2011, p.271). Os judeus se tornaram a representação de tudo que existia para ser odiado.

A explicação antissemita da derrota humilhante elaborada por Hitler eximia o exercito alemão de responsabilidade. A culpa recaía na liderança política, incapaz de enfrentar o “inimigo interno”, e especificamente na insurreição operária provocada pelos ditos judeus bolcheviques da Alemanha, em suposto conluio com os judeus dos países inimigos. Hitler também alegou que as “injustas” reparações impostas pelo Tratado de Versalhes também seriam resultado do ódio judeu contra os alemães. Uma luta de vida e morte opunha o *völk* alemão aos judeus, e todo o futuro da nação dependia do desenlace final da “questão judaica”.

Evans (2010) afirma que a estratégia inicial do Terceiro Reich foi pressionar os judeus e deixar a Alemanha. A tática era cassar os direitos civis dos judeus e submetê-los à coerção física cotidiana. Goebbels, o poderoso ministro da Propaganda, transformou atos de discriminação contra os judeus em verdadeiros espetáculos, plenos de “som e fúria”, capazes de empolgar a massa. Atos de fé, fogo purificador, gigantescas fogueiras de livros “semitas” – símbolos da eliminação da face da terra daquelas ideias degeneradas. Em seguida, restrições no serviço público, reservado aos “arianos”.

Fest (1976) coloca que o ciclo antijudaico original se completou em 1935, com as Leis de Nuremberg, que proibiram os casamentos e uniões entre alemães e judeus. No quadro da estratégia de promover a emigração judaica, Himmler estabeleceu uma cooperação com a Agência Judaica, que organizava as transferências para a Palestina. Naqueles anos, os judeus alemães não podiam usar as cores do Reich, mas foram estimulados a aprender o hebraico e a adotar a bandeira sionista.

A ideia de uma “solução final” para a “questão judaica” adquiriu significados diferentes ao longo do tempo. De olho na posição estratégica da Alemanha, Shirer

(1975) lembra que Hitler muitas vezes contrariou as lideranças nazistas fanaticamente antissemitas para conservar sua aliança com o grande empresariado e a direita tradicional. Nos anos imediatamente anteriores à eclosão da guerra, o *Führer* oscilou entre os projetos contraditórios de criação de uma reserva territorial para os judeus no Leste Europeu ou fora da Europa e de conservação de uma população judaica refém na Alemanha, que funcionaria como espécie de garantia contra a conspiração internacional.

Kershaw (2010) considera que a exacerbação do ódio figurou como eixo político permanente, imune as oscilações táticas. Iniciados os preparativos para a guerra, afrouxaram-se as rédeas que continham os fanáticos antissemitas, e a violência antijudaica se converteu em traço da normalidade cotidiana. Em novembro de 1938, o assassinato de um membro do Partido Nazista em Paris por um jovem judeu serviu de pretexto para a conclamação à vingança coletiva. Na Noite dos Cristais, sinagogas e lojas de judeus foram atacadas, incendiadas ou depredadas. Dezenas morreram sob as botas da Gestapo e centenas foram levados para os campos de concentração.

Kershaw lembra que a política de deportação dos judeus foi deflagrada no momento da anexação da Áustria. Com a eclosão da guerra, o “inimigo interno” passou a ser identificado pelo uso compulsório da estrela de seis pontas. Hitler inclinava-se decisivamente pela solução da reserva territorial judaica. Os campos de concentração na Polônia ocupada serviram como estágio intermediário do projeto, que se concluiria pela remoção de todos os judeus para uma reserva na Rússia. A ideia prosperou especialmente com o início da invasão da URSS, em junho de 1941.

A “solução final” só ganhou o sentido de genocídio alguns meses mais tarde, quando se diluíram as esperanças de uma campanha rápida, triunfante, contra a URSS. Sob o novo cenário, o espectro da reprodução do fracasso militar redefiniu os cálculos estratégicos de Hitler. A guerra total se tornara uma realidade incontornável. O Reich venceria ou pereceria, mas os judeus deveriam ser exterminados de modo definitivo. A Conferência de Wannsee, em janeiro de 1942, definiu as armas de sacrifício: as câmaras de gás e os fornos crematórios.

2.2 – Origens econômicas do antissemitismo moderno

A matriz econômica do antissemitismo tem dois momentos distintos. O primeiro é composto por sentimentos dispersos, inconsistentes como construção ideológica, mas muito presentes no cotidiano das relações sociais. No plano teórico, a princípio, é o de identificação mais complexa, mas sua presença mais incisiva na vida social presta a formação do antissemitismo moderno um elemento fundamental: a sua íntima relação entre a estrutura social e os interesses econômicos envolvidos no antissemitismo.

Em *Raça e Judaísmo*, publicado em 1911, o socialista Karl Kautsky descreve a relação complexa entre o desenvolvimento econômico e o sentimento anti-judaico nestes termos: “a luta contra o capitalismo em geral parece votada ao fracasso. A luta contra o judaísmo parece oferecer uma melhor perspectiva contra o capital judeu que surgiu de maneira tão súbita e cuja a concorrência é sentida com desagradável por alguns capitalistas não-judeus. Já em 1890, Friedrich Engels observava que a “imagem do capitalista judeu se afastava cada vez mais da realidade. Pois inúmeros proletários judeus da Europa Oriental fugindo dos pogroms na Rússia afluíam em direção da Alemanha. Deste modo, a presença de judeus alimenta tanto a inveja perante o êxito social de alguns, como o medo de fracasso social entre os outros. (ESSNER, CONTE, 1995, p. 188)

Pierre Sorlin demonstra como os judeus foram proibidos durante séculos nas regiões germânicas de exercerem certas práticas econômicas, como a proibição de possuírem terras e de exercerem profissões liberais. Como resultado, passaram a se acumular em funções até então inéditas, que as elites econômicas germânicas ainda tinham receio de investir. As estatísticas levantadas por Sorlin mostram o envolvimento majoritário dos judeus com os negócios, após serem proibidos de exercer outras profissões.

Com as transformações econômicas do final do século XIX, a Alemanha se abre definitivamente para o capitalismo internacional. Mesmo em uma época de euforia e prosperidade, as tensões entre as elites econômicas se intensificam na medida em que as elites tradicionais entram em contradição com as novas elites capitalistas. Da mesma forma, os efeitos civilizatórios do sistema capitalista começam a serem sentidos, numa sociedade que sofre as contradições estruturais da passagem dos modelos tradicionais para a modernidade capitalista ocidental.

O acontecimento mostra que os judeus são envolvidos pelos debates; por terem colaborado efetivamente no desenvolvimento industrial, tornaram-se símbolo do capitalismo apátrida e egoísta. Daí ao fato de responsabilizá-los pela decepção que se seguiu a Unificação, o caminho é curto e a população tira rapidamente as suas conclusões. O ano de 1873 desencadeia uma campanha antissemita, cuja violência só pode ser compreendida por quem está a par da atmosfera que reina entre a população. Os conservadores, os Junker sentem-se ultrapassados pela época; tem a impressão de que seus dias estão contados. E por quê? Para onde quer que olhem, vêem judeus. O Pastor Adolf Stöcker recebe uma salva de aplausos ao dizer em público que é vergonhoso que um grupo que representa apenas 5% da população ocupe um terço (?) dos bancos universitários. O historiador Treitschke faz malabarismo com os números (*Ein Wort über unser Judentum*, 1880) para demonstrar a gravidade da invasão dos judeus: legiões de judeus na estrangeiros penetram na Alemanha; os israelitas dominam a Bolsa, servem-se da imprensa, tomam conta dos estabelecimentos de ensino e são as pessoas mais ricas do país. Em Berlin e em Viena, os jornalistas difamadores vêm por detrás de todos os escândalos a presença de um judeu. Em 1875, o *Kreuzzeitung* esforça-se para demonstrar que, sob a proteção de Bismarck e de sua camarilha, os judeus monopolizavam os empreendimentos financeiros mais rentáveis. Otto Glagau, um jornalista de segunda classe, alimenta por todo um ano o jornal *Die Gartenlaube* com suas revelações sobre a agiotagem israelita. Dois outros polemistas, Konstantin Franz e Rudolf Meyer, atacam os Rothschild e alguns banqueiros menos importantes. (SORLIN, 1969, p. 60)

O choque da modernidade capitalista com a sociedade alemã é sentido de maneira profunda. As promessas e a euforia da unificação se esvaíram na medida em que a população se depara com o outro lado dessa realidade. Além das antigas elites que perdem espaço, as classes médias sentem-se frustradas ao não verem realizada sua utopia pequeno burguesa. A população que se amontoa na periferia das grandes cidades com o êxodo rural agora tem que conviver com a realidade de exclusão, da privação e da incerteza que são paralelas as novas formas de exploração.

O mal estar econômico é somado ao sentimento de frustração e de identidade perdida. Como já discutimos no início de texto, há uma dissolução do cosmos tradicional. As antigas estruturas sociais e suas decorrentes formas de sociabilidade são substituídas por novas formas de experimentação do espaço e do tempo. A tradição e os seus sentidos entram em descompasso com as novas realidades. Há um desenraizamento das populações que veem suas comunidades antigas desaparecerem, e passam a ser absorvidas pela vida racionalizada de um mundo burocratizado e monetarizado, onde tudo se torna mercadoria, inclusive eles mesmos. É um sistema que gera necessidades em um ritmo muito maior que as condições de vida para satisfazê-las.

O desemprego e a pobreza, a fome e a miséria, a insegurança e o medo, compõem um sentimento geral de mal-estar que é justamente a outra face da modernidade. O judeu é escolhido como a figura tangível de um processo tão complexo e abstrato. Ele se torna o culpado pelo fim do cosmos tradicional e pela implantação do novo sistema e seu fracasso. Com a corrosão da tradição pela modernidade, o judeu se torna o culpado pelo envenenamento do espírito nacional.

Os polemistas não se atem as questões econômicas. Acusam os judeus de haverem envenenado o espírito nacional. Os judeus, explica Paul de Lagarde, não tem sentimentos; estes homens “metidos em todos os negócios e em tudo que cheira a negócio”, transformaram a mentalidade alemã em mentalidade de barraca de feira (Deutsche Schriften, 1875). Konstatin Franz acrescenta: os judeus não tem passado, nem história, nem ponto algum de referência; são incapazes de compreender a originalidade de um outro povo; e no entanto estão a testa da nação (*Der Nationalliberalismus und die Judenherrschaft*, 1874) Treitschke passa as injúrias: essencialmente incapazes de integrar-se na sociedade, inimigos do patriotismo, os judeus são altamente insuportáveis. (SORLIN, 1969, p. 61)

As tensões econômicas – que perpassam por todas as classes sociais, que experimentam superficialmente as transformações do capitalismo de diferentes formas – e que desembocam em um discurso antissemita, são bem representadas nas palavras de Wilhelm Marr:

De uma parte, estes “negociantes de dinheiro” (referindo-se aos judeus) são importantes agentes secretos dos capitalistas; de outra, seduzem os pequenos capitalistas, que pretendem, pela exploração da pobreza e da miséria, elevar-se a categoria de empreendedores particulares. Essa situação é muito mais grave do que a simples trapaça, que explora somente a ignorância, porque a usura arrasta, com habilidade diabólica, outras pessoas a participarem desta mesma usura e causa a infelicidade e o desânimo. O dogmatismo de nossa sociedade judaizada permite que se contornem os escolhos da usura e as pessoas humildes de antiga linhagem continuam sendo vítimas dos usurários judeus e de seus comparsas germânicos, que, com a ajuda dos judeus, ganham de 20 a 30%, graças à miséria e a fraqueza dos pobres. (Apud SORLIN, 1969, p. 106)

As tensões das relações econômicas são muitas vezes a força motriz que transforma as diferenças identitárias e as tensões sociais em ações discriminatórias, permeadas muitas vezes por severa violência. Um exemplo disso são os *pogroms*. Pogrom (do russo погром) é um ataque violento maciço a pessoas, com a destruição simultânea do seu ambiente (casas, negócios, centros religiosos). Historicamente, o

termo tem sido usado para denominar atos em massa de violência, espontânea ou premeditada, contra judeus e outras minorias étnicas da Europa, porém é aplicável a outros casos, envolvendo países e povos do mundo inteiro. A palavra tornou-se internacional após a onda de pogroms que varreu o sul da Rússia entre 1881 e 1884, causando o protesto internacional e levando à emigração maciça dos judeus. Os pogroms eram frequentes em muitos casos onde a população, que vivia em tensão constante com os judeus, atribuía crimes ou problemas locais a eles, e executavam justiça com as próprias mãos⁵.

Sobre os pogroms, Wilhelm Marr escreve:

A exasperação profunda dos sentimentos “contra os judeus” agrava-se de hora em hora (exatamente como na Idade Média, em circunstâncias idênticas, embora não tão exaltadas) e será difícil evitar uma explosão. O Estado alemão está se decompondo numa velocidade acelerada. Se se verificar a explosão por nós prevista, o Estado não deverá, sob pretexto algum, proteger os judeus contra o *ardor civium*. Como já aconteceram inúmeras vezes, o brutal “Hepp-Hepp” tornar-se-á para o Estado uma garantia de segurança. Talvez não esteja longe o tempo em que NÓS, os “devoradores de judeus” por excelência, deveremos esforçar-nos para proteger contra o furor das paixões populares os semitas estrangeiros que nos venceram. (Apud SORLIN, 1969, p. 106)

Porém na década de 1920, o antissemitismo econômico ganha o até então ausente referencial teórico dotado de maior sistematização. É traduzido para o alemão *The International Jew: The World's Problema* (O judeu internacional: o Problema do Mundo), de Henry Ford. O magnata americano do setor automobilístico, através de uma série de artigos, se empenhou em escrever uma obra sobre o impacto negativo que os judeus exercem na construção de uma nova sociedade.

Amparado nos *Protocolos dos Sábios de Sião*, Ford escreveu e publicou uma obra em que deu certa complexidade ao discurso antissemita econômico. Nessa obra, Ford se preocupa em demonstrar a influência negativa dos judeus em todos os setores da sociedade contemporânea, com destaque para a ênfase em que ele dá há uma suposta conspiração judaica para o domínio mundial, e o estabelecimento de uma nova ordem mundial.

⁵ Outras vítimas constantes de pogroms eram os ciganos, povo que apesar de ter seu nome frequentemente ausente nos discursos teóricos, sofria com as mesmas categorizações e ações discriminatórias e violentas que os judeus.

Os Protocolos dos Sábios de Sião são um elemento importantíssimo para o antissemitismo político moderno. É um texto surgido na Rússia do Czar Nicolau II no final do século XIX, e desde que alcançou repercussão mundial, sempre foi utilizado como prova da periculosidade dos judeus nas mais diversas regiões do mundo. O texto é uma espécie de ata de uma reunião entre sábios judeus e maçons e sua grande conspiração para colocar todo o mundo sob seu domínio. Já foi provada por uma série de estudos diferentes a sua falsidade (destaque para os artigos investigativos do *The Times of London* e do *The New York Times*, todos de 1921), e que a farsa teria propósitos políticos. Esses objetivos não tiveram sucesso para o Czar, mas foram bem sucedidos em diversas outras partes do mundo. Nos EUA foram publicados por Henri Ford no seu jornal *Dearborn Independent*. Os protocolos são em si outro objeto de estudo de pesquisadores contemporâneos não pela especificidade do seu conteúdo, mas pela ampla leitura e divulgação mesmo com diversas provas de sua falsidade. É uma das leituras obrigatórias de grupos de extrema-direita contemporâneos até hoje.

Sobre a importância dos Protocolos, Hannah Arendt vai colocar que:

O que melhor exemplifica tanto a diferença quanto a relação entre o anti-semitismo pré-totalitário e o totalitário é talvez a história dos “Protocolos dos Sábios de Sião”. O emprego dessa falsificação pelos nazistas, que a usaram como livro-texto, certamente não pertence à história do antissemitismo, mas só a história do antissemitismo pode explicar porque era viável o uso da mentira com fins de propaganda antijudaíca. Mas essa história não explica por que se transformou em fenômeno político a alegação, obviamente totalitária, do suposto domínio global a ser exercido com métodos exóticos pelos membros de uma sociedade secreta. A atração política decorrente do uso dos “Protocolos” é importante, na medida em que suas origens estão no imperialismo em geral, como foi elaborado em versão europeia continental, altamente explosiva, a partir dos movimentos nacionalmente, ou melhor, etnicamente unificadores, principalmente pangermânicos e pan-eslavos. (ARENDR, 2009, p.22)

É impossível conceber o *Mein Kampf* sem os Protocolos. A sua essência serviu justamente para tentar sanar uma lacuna lógica na argumentação do livro: se os judeus são tão inferiores, por que então eles são tão perigosos? A partir do momento em que os judeus são colocados como grandes conspirados, e que todos os males da modernidade na realidade seriam partes de um plano obscuro de dominação do mundo, o judeu se consolida como o maior inimigo de todos. A extensa argumentação da sua inferioridade poderia levar até a sua subestima, mas nada é capaz de inquietar tanto as massas quanto

a ideia de que existe um grupo que trama o seu fim, e é responsável por todos os seus problemas. A eliminação dos judeus se torna uma prioridade, posto o perigo iminente que eles representam.

Os "Protocolos dos Sábios de Sião", tão detestados pelos judeus, mostram, de uma maneira incomparável, a que ponto a existência desse povo é baseada em uma mentira ininterrupta. "Tudo isto é falsificado", geme sempre de novo o "Frankfurter Zeitung", o que constitui mais uma prova de que tudo é verdade. Tudo o que muitos judeus talvez façam inconscientemente, acha-se aqui claramente desvendado. Mas o ponto capital é que não importa absolutamente saber que do cérebro judeu provêm tais revelações. O ponto decisivo é a maneira pela qual essas revelações tornam patentes, com uma segurança impressionante, a natureza e a atividade do povo judeu nas suas relações íntimas, assim como nas suas finalidades. A melhor crítica desses escritos é fornecida, entretanto pela realidade. Quem examinar a evolução histórica do último século sob o prisma deste livro, logo compreenderá também o clamor da imprensa judaica, pois no dia em que o mesmo for conhecido de todo o povo, nesse dia estará evitado o perigo do judaísmo. (HITLER, 1983, p.199)

Coube ao magnata americano Henry Ford adaptar os Protocolos da Rússia czarista para a realidade da modernidade ocidental. Contextualiza o grande plano com novos elementos que não existiam em seu contexto original, como por exemplo, a indústria cultural (grande parte do livro é dedicada a apontar a suposta manipulação judaica da cultura ocidental através do domínio da indústria cultural). Ryback (2009) afirma que será essa leitura mais moderna dos Protocolos que será utilizada por Hitler, tendo através dessa mediação uma autoridade agregada: além da autoridade pessoal do próprio Ford, há a legitimação vinda através da fala de alguém que, falando de um país altamente industrializado e desenvolvido como os EUA, corrobora as afirmações vindas de uma Rússia agrária: diferentes vozes de diferentes contextos falando sobre uma mesma suposta ameaça global.

Outra influência importante sobre o conteúdo intelectual do *Mein Kampf* foi uma tradição alemã de *O Judeu Internacional*, de Henry Ford. Embora não dispúnhamos mais do exemplar pessoal de Hitler da tradução em dois volumes do execrável tratado racista, sabemos que Hitler possuía um, assim como um retrato do autor, ao menos um ano antes de começar a redigir o *Mein Kampf*. "A parede junto à escrivaninha no escritório particular de Hitler está decorada com um grande retrato de Henry Ford" informou o *New York Times* em Dezembro de 1922. "Na antecâmara, uma mesa grande está coberta de livros, quase todos sendo uma tradução de um livro escrito e publicado por Henry Ford". O livro havia sido publicado aquele ano em alemão sob o título de *Der Internationale Jude: Ein Weltproblem*,

e foi uma sensação imediata. “Li-o e me tornei antissemita” recordou Baldur Von Schirach, o futuro líder da Juventude Nazista, que era adolescente quando surgiu o livro de Ford. “Naquela época aquele livro causou uma impressão tão profunda nos meus amigos e em mim porque víamos em Henry Ford a imagem do sucesso, bem como o expoente de uma política social progressista”. (RYBACK, 2009, p. 97-98)

As idéias de Ford iam muito além da idealização de um novo sistema fabril. Como bem coloca Gramsci, citado por David Harvey:

O (Fordismo) equivalia a um “maior esforço coletivo até para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem”. Os novos métodos de trabalho “são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida. Questões de sexualidade, de família, de formas de coerção moral, de consumismo e de ação do Estado, estavam vinculadas ao ver de Gramsci, ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador, “adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo”. (HARVEY, 2009, p. 121-122).

Dessa forma, o discurso econômico do antissemitismo moderno se encontra com um projeto de construção de uma nova sociedade. Essa alternativa ao capitalismo contemporâneo ia de encontro com os interesses nazistas. Não se trata de um novo sistema de produção, mas de uma forma de controle total da sociedade. Pela primeira vez, o sistema de produção se ocupa controle do corpo do trabalhador tanto dentro da fábrica como fora dela. O fordismo pode ser entendido como um sistema de domínio total da sociedade e do estabelecimento da ordem plena.

Ryback acrescenta que:

Para Hitler, Ford representava o *self-made man* por seus pontos de vista esclarecidos sobre o operário comum. Ford ficou famoso por dobrar o salário dos seus trabalhadores quando seus lucros aumentaram. Igualmente conhecido era o odioso antissemitismo público de Ford, a que deu vazão numa série de 92 artigos publicados no *Dearborn Independent* entre 1920 e 1922. Mais particularmente, Hitler via em Ford um baluarte contra a suposta ameaça judaico-bolchevique nos Estados Unidos, onde, Hitler alegou, os judeus eram os “regentes”. “Cada ano os vê surgindo como os administradores de uma população de 120 milhões de pessoas”, Hitler observou. “Um único e grande homem, Ford, mantém até hoje sua independência, despertando a raiva deles”. (RYBACK, 2009, p. 99)

E em um ótimo artigo Michael Löwy e Eleni Varikas investigam um pouco além do aspecto teórico a influência de Ford no nazismo:

Menos conhecido, o caso de Ford é mais importante. Como demonstra muito bem Max Wallace — é um dos pontos fortes do seu livro — a obra *The International Jew* (O judeu internacional), de Ford, inspirado pelo mais brutal antissemitismo, teve um impacto considerável na Alemanha. Traduzida a partir de 1921 para o alemão, ela foi uma das principais fontes do anti-semitismo nacional-socialista e das idéias de Adolf Hitler. Em dezembro de 1922, um jornalista do *New York Times*, em visita à Alemanha, contou que “a parede situada atrás da mesa de Hitler, no seu escritório particular, é decorada com um grande quadro representando Henry Ford”. Na ante-sala, uma mesa estava coberta por exemplares de *Der Internationale Jude*. Um outro artigo do mesmo jornal norte-americano publicou, em fevereiro de 1923, as declarações de Erhard Auer, vice-presidente da Dieta bávara, acusando Ford de financiar Hitler, por ser favorável ao seu programa que previa “o extermínio dos judeus na Alemanha”. Wallace observa que tal artigo é uma das primeiras referências conhecidas aos projetos exterminadores do dirigente nazista. Em 8 de março de 1923, em uma entrevista para o *Chicago Tribune*, Hitler declarou: “Nós consideramos Heinrich Ford como o líder do movimento fascista crescente na América. Admiramos, particularmente, sua política anti-judia, que é a mesma da plataforma dos fascistas bávaros”. Em *Mein Kampf*, publicado dois anos mais tarde, o autor presta homenagem a Ford, o único indivíduo que resiste aos judeus na América (mas sua dívida para com o industrial é bem maior). As idéias do *International Jew* estão onipresentes no livro, e certas passagens são extraídas quase que literalmente — em particular no que se refere ao papel dos conspiradores judeus nas revoluções ocorridas na Alemanha e na Rússia. (LÖWY, M. VARIKAS, E. 2007).

Como citam Löwy e Varikas, podemos constatar a grande influência do *International Jew* em toda obra.

Não são mais os príncipes e amantes de príncipes que mercadejam e negociam as fronteiras do Estado e sim o implacável judeu internacional que luta pelo domínio sobre os povos. Não há povo que consiga afastar esse punho de sua garganta, a não ser pela espada. Somente a força unida e concentrada de uma paixão nacional em ebulição consegue fazer frente à escravização internacional dos povos. Uma tal solução é e terá de ser sempre por meio da violência. (HITLER, 1983, p. 405)

Dessa forma, o nazismo importa do fordismo tanto o antissemitismo político moderno, mais adaptado as questões ocidentais, como também o projeto de uma nova ordem social. Apesar de o fordismo ter influenciado a economia moderna como um todo, no nazismo ele se fundiu com outros elementos para se desenvolver de forma peculiar. Essa estruturação foi fundamental para a indústria armamentista, que ao mesmo tempo em que absorveu e controlou a massa, alcançou um nível de produção necessário para uma guerra das proporções da Segunda Guerra Mundial.

2.3 – Origens religiosas do antissemitismo moderno

As origens religiosas do antissemitismo moderno têm suas bases no disperso universo sincrético germânico do século XIX. Com diferenças significativas entre si, que variam desde as crenças até as formas de culto, existia um elemento nesse contexto que dava unidade a todas essas correntes: a repulsa ao judaísmo. O catolicismo, o protestantismo e o neopaganismo *völkisch* são conjugáveis através de um antissemitismo cada vez mais inflamado em uma época de transformações em que a religiosidade perdia cada vez mais espaço na sociedade. Desde o avanço do Estado laico, até o processo tão bem identificado por Weber de “desencantamento do mundo”⁶ (que discutimos no capítulo 1), a religião precisava reagir, reformular seu discurso e se readaptar as novas problemáticas, paralelamente ao refortalecimento dos vínculos com aqueles que ainda permanecem fiéis as suas fileiras.

Nesse processo é de suma importância a repolitização da religião. Na medida em que a política se transforma, as relações de poder entre religião e política também devem se adaptar as mudanças. Surgem as bancadas religiosas nos parlamentos, e os líderes religiosos se tornam intelectuais públicos, que conjugam o discurso religioso com uma constante releitura da realidade atual; ao invés do discurso tradicional de salvação, santificação e arrependimento, sempre dirigido aqueles que estão sentados dentro das congregações, surge um discurso politizado, elegem-se “inimigos da fé”, e usa-se os textos tradicionais como legitimação da perseguição religiosa.

Um símbolo desses novos líderes religiosos é o Pastor Adolf Stoecker (1835-1909). Capelão da corte de Guilherme II, Stoecker foi um fundador do ultraconservador Partido Social Cristão. Tanto o discurso público de Stoecker como a própria bandeira ideológica do partido estavam baseadas no antissemitismo. Homem proeminente da Era Guilhermina, Stoecker não foi somente um daqueles que transpuseram o antissemitismo religioso para novas bases, mas foi uma figura de proa no processo que permitiu que o antissemitismo permanecesse vivo e atuante nas leis, mesmo com o advento do Estado laico.

⁶ Análise que para nós ainda ganha ainda mais importância, já que a perspectiva de Weber parte justamente da mesma Alemanha que estamos discutindo.

O discurso do luterano Stoecker, assim como de todas as variáveis do protestantismo alemão, tem uma base pródiga para o antissemitismo: o próprio Martinho Lutero. Apesar de ser considerado um dos maiores símbolos e ruptura de tradições da história ocidental, no que tange ao antissemitismo, Lutero deu continuidade ao espírito de seu tempo. Tocando na temática judaica na maioria dos seus escritos, Lutero inclusive dedicou alguns deles especificamente a esse assunto. *Von den Jüden und jren Lügen* (Os Judeus e suas Mentiras, traduzindo do alemão arcaico), de 1543 é o principal deles. Escrito somente três anos antes de sua morte, nele Lutero operou uma síntese dos seus escritos sobre os judeus.

Para ele, ao contrário de serem o “povo escolhido”, os judeus eram o legítimo “povo do diabo”; as suas sinagogas e suas escolas deveriam ser incendiadas, seus livros destruídos, suas casas demolidas, os rabinos proibidos de pregar, e suas propriedades e dinheiro deveriam ser confiscados. Eles não poderiam ter proteção legal, e foi bem claro sobre a necessidade de serem massacrados, ou postos em regime de trabalhos forçados.

Nessa carta a sua esposa datada em 1º de fevereiro 1546, Lutero diz:

Fui acometido por uma fraqueza geral um pouco antes de chegar a Eisleben. A culpa foi minha. Se você estivesse junto comigo teria dito que a culpa foi dos judeus ou do seu Deus. Pois antes de chegar a Eisleben, tivemos que passar por uma aldeia em que moram muitos judeus; pode muito bem ser que tenham eles sopraram contra mim. Atualmente habitam em Eisleben mais de cinquenta judeus. O que aconteceu foi o seguinte: quando passei de coche perto da aldeia em que moram, um vento frio entrou no coche por detrás e soprou minha cabeça, através do gorro, como que para transformar meu cérebro num bloco de gelo. Isso talvez tenha ajudado a provocar a tontura que me acometeu... Depois de resolver os problemas do príncipe, deverei ocupar-me com a expulsão dos judeus. O Conde Albert já os pôs fora da lei, mas ninguém está fazendo nada. Se Deus quiser, ajudarei o Conde Albert e, de minha parte, também os porei fora da lei. (Apud SORLIN, 1969, p.101)

O centro da crítica e Lutero e os protestantes aos judeus – o assassinato de Cristo – é um argumento tão antigo quanto o próprio catolicismo. Com a Inquisição, os judeus e as mulheres foram as principais vítimas, sendo dedicadas várias páginas do *Malleus Maleficarum* (O Martelo das Feiticeiras) a identificação e “purificação” dos judeus através da tortura. Alias, é importante lembrar que o Martelo das Feiticeiras foi

depois adotado pelos protestantes, que operaram sua própria inquisição, sobretudo no mundo germânico, nas regiões onde hoje correspondem a Alemanha e a Suíça.

Com a *kulturkampf*, as relações entre catolicismo e as autoridades germânicas se conturbaram. O desprezo aos judeus pelos católicos se intensificou na medida em que perseguição ao catolicismo aumentava. Esse tencionamento com o catolicismo reduziu-se durante o final do século XIX e teve fim com o *Reichskonkordat* de 1933, que encerrou os antagonismos entre o Vaticano e o Estado alemão. Essa concordata culminou em um controverso silêncio do Papa Pio XII – justamente o signatário católico do *Reichskonkordat* – durante os anos de regime nazista. Por mais que haja uma intensa discussão sobre o apoio da Igreja Católica ao nazismo, fica evidente a inexistência de uma oposição clara a perseguição aos judeus, assim como o apoio de diversas autoridades católicas ao nazismo.

Muito do que é alegado como oposição católica ao nazismo, pode ser encarado muito mais como resistência a *Igreja Nacional do Reich*, do que ao regime nazista propriamente dito. A Igreja Nacional do Reich surge com a proposta de primeiramente unificar toda a fragmentada esfera protestante da Alemanha, reunindo teologicamente todas as igrejas, e submetendo todas a mesma autoridade. Seu Bispo seria o líder dos Cristãos Alemães, Ludwig Müller, este muito próximo de Hitler. Defensor do “cristianismo positivo” que veremos a seguir, Müller era um ardoroso antisemita, e buscava através desse componente a unificação religiosa alemã.

A maior resistência a Igreja Nacional do Reich se deve ao progressivo incremento teológico com uma matriz neopagã. O neopaganismo é uma corrente religiosa alemã que remete a religiosidade germânica antiga. Identificado enquanto movimento *Völkisch*, é uma miscelânea de crenças populares em que reúne manifestações folclóricas e crenças religiosas. É um movimento de fé patriótica, que ganhou intensidade nos anos de Bismarck. Esse movimento que assumiu várias formas é caracterizado pelo forte apelo popular, e pelo laço espiritual que pretende unificar os alemães em um conjunto de crenças que tem relação com as suas origens.

Entre as dezenas de associações religiosas ou seitas que aspiram à “germanidade pura”, desenha-se uma clivagem que iria manter-se até a época nazi. Por um lado, distinguem-se os “moderados”, adeptos de um Cristo germanizado, ditos *Deutsch-Christen* (Cristãos Alemães),

designação introduzida em 1913. Por outro lado, os radicais ou Deutschreligiosen, adeptos da “religião alemã”, ou “crentes-alemães” que tendem para um neo-paganismo panteísta; esperarão o mês de Julho de 1933 para fundarem a Deutsche Glaubensbewegung (Movimento da Fé Alemã). (ESSNER, CONTE, 1995, p. 188)

O movimento völkisch pode ser caracterizado como uma reação popular conservadora a modernidade, representada por acontecimentos do século XIX como as Guerras de Libertação (1813-1815), a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e a expansão do capitalismo. Ele assume uma característica ruralista, anticapitalista e antimaterialista. Diferente de outros estratos que sofriam o processo de proletarização na Europa, o völkisch negava comunismo e anarquismo por seu caráter internacionalista, ateu e desierarquizado.

Dessa forma, podemos compreender o völkisch como algo que negue qualquer movimento que intente uma integração internacional, tendo consigo o germen do nacionalismo pela forma como entendem suas tradições como circunscritas a um território, muitas vezes sacralizado. Repudiam o parlamentarismo, sendo favoráveis a um sistema que possua um líder forte e centralizado, um Führer, em alemão, o "condutor", "guia", "líder" ou "chefe". Deriva do verbo *führen* “conduzir”. Essa idéia de líder remonta as tradições tribais germânicas, sobretudo os grupos nômades, onde a figura do “condutor” era o centro de toda organização social.

O ideal völkisch afirmara-se progressivamente, durante o período Guilhermino, como ponto de referência central de diversas Bunde (ligas, associações). A mais antiga era a Liga para a Germanidade Pura, fundada em 1894. Muito próxima da União Pangermanista, preconiza reatar a tradição ancestral pela instituição de um culto germânico baseado no reconhecimento de uma relação direta – poderia dizer quase filiação – entre cada individuo e o Criador. Nos Dez Mandamentos do Germano, difundidos em 1906, afirma-se: “No teu próprio sangue encontras aquilo que te capacita para a perfeição”. “Esta vida é uma vida perante Deus (...) só a Ele serves! Pensa tantas vezes quanto possível na eternidade! Tudo que é de bom vem de Deus, tudo que é mau vem de ti”. O diabo não passa de uma ficção. O destino do homem alemão inscreve-se na luta entre a procura da perfeição divina e a imperfeição que lhe é própria. (ESSNER, CONTE, 1995, p.31)

Na esteira da *kulturkampf*, o movimento völkisch negava o catolicismo. Porém, com o passar do tempo, o catolicismo como inimigo foi sendo abandonado, e se identifica uma nova figura como sendo a antítese do alemão: o judeu. As crenças

antimaterialistas do *völkisch* veem no judeu a representação do materialismo e do egoísmo típicos do capitalismo.

Mas nesse contexto surge uma problemática fundamental: a figura de Jesus Cristo. O movimento *völkisch* mantinha Cristo como uma representação dos ideais de virtude compatíveis com os ideais arianos. Mas como ter como Deus um judeu? A resposta a essa questão foi um processo chamado de *Arianização de Cristo*, que resultou no *Cristianismo Positivo*.

Assim esta vontade de conciliação do cristianismo e da germanidade exige, na falta de uma desorientação, uma desjudeização prévia do primeiro cristão. Leitor da Bíblia e consciente do fato de que qualquer falsidade genealógica se deve, a fim de atingir uma plena eficácia, aplicar no ponto apical da linhagem considerada, Houston Stewart Chamberlain empenha-se na construção de um Cristo ariano na obra de grande difusão *Os Fundamentos do Século XIX*, publicada em 1899. Este britânico naturalizado alemão, próximo de Guilherme II e genro de Richard Wagner, declara o Messias não judeu, ao mesmo tempo, pela raça e pela alma. Jesus, ariano entre os semitas, não era um convertido. Admitido isto, como reconhecer a mensagem cristã na versão falsificada das revelações do filho encarnado do eterno consignada nos Evangelhos, textos deformados por gerações de tradicionais judeu-cristãos? A autêntica palavra do Messias não se confundirá com a *Weltanschauung* ariana primordial, verdade fonte do cristianismo e anterior ao judaísmo? Importa, doravante, fazer ressurgir uma revelação purificada na consciência popular alemã. (ESSNER, CONTE, 1995, p.32)

É importante ressaltar também a obra de Arthur Dinter, *O Pecado Contra o Sangue*, como uma obra fundamental para o movimento *völkisch* e o cristianismo positivo. Nesse romance, o herói loiro Hermann Kampf (literalmente: o guerreiro combatente) se apaixona pela filha do seu rico patrão judeu. Hermann resgata a jovem – de mãe ariana – das garras do judaísmo materialista e egoísta e mostra-lhe os verdadeiros valores altruístas arianos. Recheado de monólogos que discursam sobre a arianidade de Cristo, este livro se torna um dos ícones do antissemitismo moderno. Dessa forma, cria-se a imagem de um Cristo ariano que lutava contra os judeus e seus valores, e que foi covardemente morto por eles.

A reunião de todas as Igrejas e teologias sob o mesmo discurso na Igreja Nacional do Reich não foi um processo tão bem sucedido, sendo necessário a prisão de uma série de líderes religiosos resistentes pela Gestapo e SS. Mas podemos até dizer

que fui bem longe uma empreitada que tinha a difícil missão de conciliar protestantismo, catolicismo e neopaganismo sob uma mesma organização. Por outro lado, a institucionalização da unificação religiosa era só um aspecto de um processo muito mais amplo.

A doutrina Judaica é, em primeiro lugar, um guia para aconselhar a conservação da pureza do sangue, assim como o regulamento das relações dos judeus entre si, mas ainda com os não judeus, isto é, com o resto do inundo. Não se trata, em absoluto, de problemas morais, e sim de questões econômicas, muito elementares. Existem hoje e já existiram em todos os tempos estudos bastante aprofundados sobre o valor ético do ensino da doutrina Judaica, espécie de religião, que, aos olhos arianos, parece, por assim dizer, escabrosa (tais estudos naturalmente não provêm de iniciativa dos judeus, ao contrário, seriam habilmente adaptados ao fim visado). O produto dessa educação religiosa - o próprio judeu é o seu melhor expoente. Sua vida só se limita a esta terra, e seu espírito conservou-se tão estranho ao verdadeiro Cristianismo quanto a sua mentalidade o foi, há dois mil anos, ao grande fundador da nova doutrina. Verdade é que este não ocultava seus sentimentos relativos ao povo judeu; em certa emergência pegou até no chicote para enxotar do templo de Deus este adversário de todo espírito de humanidade que, outrora, como sempre, na religião, só discernia um veículo para facilitar sua própria existência financeira. Por isso mesmo, aliás, é que Cristo foi crucificado, enquanto nosso atual cristianismo partidário se rebaixa a mendigar votos judeus nas eleições, procurando ajeitar combinações políticas com partidos de judeus ateístas e tudo isso em detrimento do próprio caráter nacional. (HITLER, 1983, p.198-199)

Se o discurso da Igreja do Reich não convenceu a todos, as inserções religiosas de Hitler no *Mein Kampf* tiveram uma precisão cirúrgica, entrando nessa delicada problemática sem causar problemas. A maior prova disso é a dificuldade que se teve – e até hoje se tem – de situar o Führer religiosamente. Alias, podemos considerar que em todo o *Mein Kampf*, o campo religioso é o que Hitler articula com maior habilidade, não só pela construção silogística dos argumentos, mas por toda efervescência religiosa da Alemanha a que ele se dirigia. Berço do paganismo antigo, do Sacro Império Romano Germânico e da Reforma Protestante, a questão religiosa se revelava um campo minado para qualquer líder que almejasse se colocar a frente de toda nação.

Com uma rapidez incrível, lançava ele próprio (o judeu) no seio das massas o brandão da rixa e semeava a discórdia. No início da questão ultramontana e da resultante luta do catolicismo contra o protestantismo, como os fatos o provaram, estava a única probabilidade de entreter a atenção pública com outros problemas, a fim de evitar o assalto concentrado ao judaísmo. Os erros cometidos

por aqueles que lançavam o nosso povo nessa luta nunca mais poderão ser remediados, o judeu alcançou o fim almejado: o catolicismo e o protestantismo mantêm entre si uma guerra inofensiva, enquanto o inimigo cruel da humanidade ariana e de toda a cristandade ri-se consigo mesmo. (HITLER, 1983, p.351)

As confissões cristãs, todas duas, estão presenciando indiferentes a essa profanação e destruição de um nobre e incomparável ser apresentado à nossa terra pela graça de Deus. Para o futuro da humanidade, não importa saber se os protestantes vencem os católicos ou os católicos os protestantes, mas sim, se o homem ariano é conservado no mundo ou se desaparece. Apesar disso, essas duas confissões, longe de combaterem o destruidor da espécie, tratam apenas de se aniquilarem mutuamente. Justamente o homem de sentimentos nacionalistas devia ter a sagrada obrigação, cada um dentro do seu próprio credo, de cuidar, não só de falar sempre da vontade de Deus, mas também de cumpri-la, não permitindo que a obra de Deus seja desonrada. A vontade de Deus foi que deu aos homens sua forma exterior, sua natureza e suas faculdades. Aquele que destruiu a obra de Deus está desta forma combatendo a obra divina, a vontade divina. Por isso cada um se esforce por agir com eficiência no campo da sua confissão e reconheça como seu primeiro e mais sagrado dever fazer frente contra aqueles que, por palavra, atos ou omissões, saem do terreno da sua religião e tentam imiscuir-se com as outras confissões. Pois o combate aos detalhes de uma determinada religião tem, devido à divergência religiosa existente na Alemanha, forçosamente como resultado uma guerra de efeitos destruidores para os dois credos. (HITLER, 1983, p.352)

Não hesito em declarar que julgo os homens que arrastam o movimento de hoje na crise de divergências religiosas piores inimigos da pátria que qualquer comunista com tendências internacionais, pois converter o comunista é a tarefa do movimento nacional-socialista. Quem trata de remover o nacional-socialista das suas próprias fileiras, de removê-lo da sua verdadeira missão, está agindo da maneira mais condenável. E, consciente ou inconscientemente, um combatente em favor dos interesses dos judeus. O interesse do judeu é hoje este: esgotar as forças do movimento nacional-socialista por uma guerra religiosa, justamente na ocasião em que este movimento começa a oferecer-lhe perigo. Estou acentuando de propósito a palavra esgotamento, pois só um homem absolutamente ignorante da história mundial pode imaginar ser possível solucionar assim um problema em que soçobraram esforços seculares e estadistas de vulto. (HITLER, 1983, p.353)

Uma doutrina universal é sempre intolerante e não se contenta em representar o papel de um "partido ao lado dos outros", mas insiste em ser por todos reconhecida e em impor uma nova maneira de encarar a vida pública, de acordo com os seus pontos de vista. Por esse motivo, não pode tolerar a continuação de uma força representando a situação anterior, o mesmo acontece com as religiões. O cristianismo não se satisfaz em erigir os seus altares, mas viu-se na contingência de proceder à destruição dos altares dos pagãos. Só essa fanática intolerância tornou possível construir aquela fé adamantina que é a

condição essencial de sua existência. Pode-se fazer a objeção de que, na história da humanidade, esse fato é característico do modo de pensar dos judeus e que a intolerância e o fanatismo são a sua razão de ser. Essa objeção pode ser muito justa e pode-se até lamentar essa realidade e constatar-la com tristeza na história humana. Isso, porém, não impede que ainda hoje se verifique o mesmo fenômeno. (HITLER, 1983, p.282)

O antissemitismo foi o elemento comum capaz de articular um apoio das diferentes correntes religiosas; ou pelo menos, gerar sua indiferença em relação a aspectos primordiais para a consolidação do III Reich. A Doutrina nazista encontrou uma forte base no conservador e politizado *ethos* religioso alemão a partir do momento em que, não uniu simplesmente as igrejas e correntes religiosas de forma externa e impositiva, mas quando consolidou diante delas um “inimigo comum”. E nesse sentido, foi necessária somente habilidade política para articular um antagonismo contra os judeus e o judaísmo que já existia *a priori*.

2.4 – A Eugenia e as Origens Científicas do Antissemitismo Moderno

No paradigma positivista do século XIX, surgiu uma série de estudos que aplicavam os métodos das ciências naturais às sociedades humanas. Esses ensaios tinham por objetivo legitimar a dominação das elites europeias que viam seu poder entrar em contradição com as reivindicações intra-europa e nas colônias, e na medida em que o discurso tradicional que legitimava a dominação deixava de fazer sentido. Dessa forma, a ciência erudita das elites buscava novas bases teóricas para a dominação.

É nesse contexto intelectual que surgem teóricos que buscavam encontrar princípios gerais que regessem a vida - humana e natural. Nesse período que surgem duas teorias que foram de influência monumental para os acontecimentos posteriores da história europeia e mundial: a luta de classes e a luta de raças. Explicando a história como sendo um campo de luta, essas teorias consagram a estratificação dentro das sociedades e dão sentido teórico aos antagonismos recorrentes na vida prática.

Quando em *The origin of species*, de 1859, Darwin propôs que a seleção natural fosse o processo de sobrevivência a governar a maioria dos seres vivos, importantes pensadores passaram a destilar suas idéias num conceito novo – o darwinismo social.

Devemos suportar o efeito, indubitavelmente mau, do fato de que os fracos sobrevivem e propagam o próprio gênero, mas pelo menos se deveria deter a sua ação constante, impedindo os membros mais débeis e inferiores de se casarem livremente com os sadios. (Apud, BLACK, 2003, p. 36)

Darwin acreditava que os criminosos, por sua vida mais breve e a dificuldade de se casarem, naturalmente livrariam as raças superiores de sua má influencia. Além disso, com o predomínio dos casamentos entre os mais fortes, sábios e moralmente superiores – e evitando a miscigenação com as "raças inferiores" – Darwin acreditava na evolução física, moral e intelectual das "raças superiores" pela seleção natural.

Leon Poliakov relata que no início do século XX, quando as teorias de Darwin eram amplamente aceitas na Inglaterra, havia grande preocupação quanto à “degeneração biológica” do país, pois o declínio na taxa de nascimentos era muito maior nas classes alta e média do que na classe baixa. Para muitos parecia lógico que a

qualidade da população pudesse ser aprimorada por proibição de uniões indesejáveis e promoção da união de parceiros bem-nascidos. Foi necessário apenas que alguns pensadores como Spencer e Darwin popularizassem essas ideias e justificassem suas conclusões com argumentos científicos e aparentemente sólidos.

Richard Hofstadter diz no livro “*Social Darwinism in American Thought*” (1965) que o surgimento do darwinismo social é praticamente simultâneo ao imperialismo, e que a legitimação da dominação era muito mais importante para o discurso intra-continental do que propriamente para orientar os exploradores e mercenários que efetivamente efetuavam massacres nas novas colônias. E Hofstadter ainda destaca que o uso no discurso político do darwinismo social não necessariamente correspondia às teorias como elas de fato eram postuladas.

Dessa forma, podemos colocar que o darwinismo social era um paradigma científico datado, que era reflexo do contexto político reacionário e expansionista do século XIX. Mas que, apesar de surgir na política, o darwinismo social efetivamente presente do discurso político era uma espécie de “darwinismo social vulgar”.

Símbolo dessa era, Gobineau foi um dos principais teóricos da ciência racial do século XIX, que deixou forte herança por todo o século XX. Em nome de supostas “Leis Universais”, Gobineau justificou o racismo e o autoritarismo, sendo adaptado de diferentes maneiras pelas aristocracias brancas ao redor do mundo. Com a nova roupagem científica, a nova justificativa da dominação veio despida das ressalvas morais que revestiam as antigas doutrinas de justificação da dominação, e isso teve consequências em uma proporção de que os trágicos números da história podem contar.

Hofstadter coloca que o *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines* (1853–1855) de Gobineau é a obra inaugural do arianismo moderno. E seguem também nessa linha Arendt e Poliakov. Hofstadter lembra que, apesar de ser enquadrado no paradigma do darwinismo social, Gobineau desenvolveu seu ensaio sem a ideia de uma seleção natural.

Hannah Arendt destaca que Gobineau era membro de uma nobreza francesa decadente, e que representava o pessimismo das elites guilhotinadas. Arendt chega a dizer que Gobineau criou o racismo moderno quase que por acaso, sendo sua obra um

lamurio, sem as pretensões de assumir as dimensões práticas que assumiu no final do século XIX e começo do XX. Arendt também ressalta que o lugar em que a obra de Gobineau teve menor repercussão foi justamente na França.

Para Gobineau, a nobreza francesa é de origem distinta do povo francês, este sendo de origem celta, e que havia sido dominado há tempos pela raça germânica, supostamente superior. Dessa forma, Arendt destaca que a primeira teoria sobre a superioridade germânica – curiosamente – veio da França. E coloca que a origem do discurso científico racial que ocupou o núcleo ideológico das ideologias totalitárias do século XX, surge enquanto discurso periférico no século XIX, uma ressonância reacionária pós-revolucionária.

Teorizando a decadência dos povos, Gobineau atribuía à miscigenação o fator de deterioração das civilizações. Mas, como bem lembram Arendt e Poliakov, Gobineau é muito claro em dizer que todos os povos contemporâneos são resultados de miscigenações, e que, portanto, a humanidade como um todo está fadada ao colapso.

Essa concepção de degenerência através da miscigenação vai ser desenvolvida melhor no contexto alemão por outro erudito: o germanista inglês Houston Stewart Chamberlain. Fest, Shirer e Poliakov colocam que ele teve uma influência muito maior na cultura erudita alemã, chegando as ideias Gobineau na Alemanha moderna através da sua adaptação. Chamberlain em seu livro *Os Fundamentos do Século XIX*, reforçou as teorizações de Gobineau com uma interpretação minuciosa e, utilizando-se de ampla documentação, buscou reescrever a história europeia como sendo desde os remotos tempos, fundamentalmente, uma luta racial. Chamberlain via na queda do Império Romano o exemplo clássico de um fenômeno de decadência histórica provocado por misturas de sangue. Nesse contexto, Chamberlain alertava sobre os perigos da miscigenação no Império Alemão que se reafirmava. Diferentemente de Gobineau, Chamberlain afirmava que os povos germânicos haviam preservado a “pureza ariana” original, e que era fundamental que assim se mantivesse.

Um fato curioso trazido por Poliakov é que na escala geral das raças humanas de Gobineau, os judeus eram visto como povos brancos com um baixo grau de miscigenação. Portanto, apesar de não fazerem parte do topo ariano da pirâmide, ainda estavam bem acima de outros povos, como os asiáticos, indígenas, e sobretudo, os

negros. Mas na obra da Chamberlain os judeus descem a base da pirâmide, sendo nivelados aos outros povos “inferiores”.

O inglês Chamberlain se tornou uma importante figura política na Alemanha. Fest e Evans relatam que ele se tornou genro de Richard Wagner, tão proeminente quanto antissemita quanto era como músico, tendo escrito inclusive inúmeros artigos sobre o assunto. No principal deles, *Das Judentum in der Musik*, de 1850, partindo de aspectos referentes à música, Wagner atacou a influência judaica na cultura alemã, dizendo que era portadora do “espírito da decadência”, e enfatizou a importância da preservação da “pureza cultural” germânica.

Hitler tinha o costume de frisar com deleite a importância capital de Wagner para o ‘desenvolvimento do homem alemão’, admirava também a coragem, a energia que introduzira no plano político e afirmava por vezes que a descoberta de sua afinidade muito íntima com o grande homem produzira nele, Hitler, uma excitação quase histórica. Em numerosas obras de Richard Wagner há a presença da antítese clássica do rebelde obedecendo unicamente à sua lei pessoal e da ordem rígida da sociedade. (FEST, 1976, p. 87)

Richard Wagner é fundamental para o antissemitismo moderno nazista, sendo reinserido no discurso político do início do século XX por Chamberlain e pelo próprio Hitler. Wagner era estandardizado como uma das grandes representações da superioridade do “gênio ariano”.

Quanto maiores forem as obras de um homem pelo futuro, tanto menos serão elas compreendidas pelo presente; tanto mais pesada é a luta tanto mais raro é o sucesso. Se em séculos esse sorri a um, é possível que em seus últimos dias o circunde um leve halo da glória vindoura. É verdade que esses grandes homens são os corredores da Maratona da História. A coroa de louros do presente toca mais comumente às têmporas do herói moribundo. Entre eles se contam os grandes lutadores que, incompreendidos pelo presente, estão decididos a lutar por suas idéias e seus ideais. São eles que, mais tarde, mais de perto, tocarão o coração do povo. Parece até que cada um sente o dever de no passado redimir o pecado cometido pelo presente. Sua vida e sua ação são acompanhadas de perto com admiração comovidamente grata, e conseguem, sobretudo nos dias de tristeza, levantar corações quebrados e almas desesperadas. Pertencem a essa classe não só os grandes estadistas, como também todos os grandes reformadores. Ao lado de Frederico, o Grande, figura aqui Martinho Lutero, bem como Richard Wagner. (HITLER, 1983, p. 375)

Evans e Ryback relatam que Chamberlain e Hitler tiveram contato pessoal justamente no grupo de nacionalistas que serviu de embrião para a fundação do Partido

Nazista. Ambos citam que Chamberlain, já em idade avançada, via no jovem Hitler com o potencial para se tornar um futuro grande líder da Alemanha moderna.

Será somente com outro membro desse grupo de fundadores do Partido Nazista, Alfred Rosenberg, em seu livro *O mito do Século XX*, que os judeus assumirão o grau último da escala das raças. Defensor de uma religião de sangue, fortemente neopagã, em substituição ao judaico-cristianismo, Rosenberg coloca os judeus como portadores em seu sangue da essência decadente que contaminaria o sangue ariano. Rosenberg faz uma síntese vulgar e demagógica dos conceitos eruditos anteriores, transformando complexas teorias em doutrinas e propaganda, contextualizando diretamente com a situação política do começo do século XX. Indo além de outros pensadores, Rosenberg propõe o extermínio e a esterilização dos judeus.

É nesse momento, em que as teorias raciais antisemitas se unem com a política, que surge a lacuna para a entrada na política alemã para um novo elemento: a engenharia social. A partir do momento em que o judeu era “identificado” como problema social, como elemento “contaminante e infeccioso”, seria necessário tomar providências para que se “higienize” a sociedade. Assim, o nazismo inaugura no contexto alemão a passagem da questão racial para a esfera da saúde pública: o judeu seria um antígeno malicioso para o corpo da sociedade alemã.

Dentro do paradigma do darwinismo social, de que na luta pela sobrevivência muitos seres humanos eram não só menos valiosos, mas destinados a desaparecer, surgiu uma nova ideologia que propunha a melhoria da raça humana por meio da intervenção científica. Por trás dessa ideologia estava sir Francis J. Galton, que era parente de Darwin, que no livro *Inquiries into human faculty and its development*, de 1883, criou um termo para designar essa nova ciência: eugenia (bem nascer), que nada mais seria do que a ciência que estudaria as possibilidades de apurar a espécie humana sob o ângulo genético. Convencido de que era a natureza, não o ambiente, quem determinava as habilidades humanas, Galton dedicou sua carreira científica à melhoria da humanidade por meio de casamentos seletivos. Poliakov destaca que Galton fez fortuna analisando linhagens de pretendentes ao casamento, e emitindo certificados atestando a melhoria da descendência através dos cruzamentos.

As propostas de Galton ficaram conhecidas como “eugenia positiva”, já que preconiza uma evolução gradual, em que os “melhores” continuariam cruzando entre si até que a humanidade evoluísse como um todo. Nos EUA, porém, elas foram modificadas, na direção da chamada “eugenia negativa”, de eliminação das futuras gerações de “geneticamente incapazes” – enfermos, racialmente indesejados e economicamente empobrecidos –, por meio de proibição marital, esterilização compulsória, eutanásia passiva e, em última instância, extermínio. Ou seja, a chamada eugenia negativa propunha a eliminação imediata dos elementos “inferiores” da sociedade.

A eugenia pode ser dividida em: eugenia positiva, que busca o aprimoramento da raça humana através da seleção individual por meio de casamentos convenientes, para se produzir indivíduos “melhores” geneticamente; e eugenia negativa, que prega que a melhoria da raça só pode acontecer eliminando-se os indivíduos geneticamente “inferiores” ou impedindo-os que se reproduzam. Tendo a eugenia positiva se mostrado impraticável, a maioria dos eugenistas ao redor do mundo acabou por adotar a eugenia negativa. (BLACK, 2001, p.41)

Marius Turda, no livro “*Modernism e Eugenics*” (2010), coloca que líder do movimento eugenista dos EUA foi Charles Davenport, que dirigia o laboratório de biologia do *Brooklin Institute of Arts and Science*, em Long Island, instalado em Cold Spring Harbor. Em 1903, obteve da *Carnegie Institution* o estabelecimento de uma Estação Biológica Experimental no local, onde a eugenia seria abordada como ciência genuína.

Em 28 de janeiro de 1902 foi criada a *Carnegie Institution*, dedicada ao estudo de tal ‘ciência’, com um fundo de caixa inicial de dez milhões de dólares doado por Andrew Carnegie, ao qual logo se somariam diversas outras contribuições, que totalizariam outros mais dez milhões. Entre os vinte e quatro curadores, estavam nomes da mais alta ‘estirpe’ financeira, científica e governamental do país, como John Billings, co-fundador da *National Library of Medicine*, o Secretário da Guerra, Elihu Root, o filantropo Cleveland Dodge; e nomeado como o primeiro presidente da instituição, o paleontólogo John C. Merrian. (TURDA, 2010, p.78)

Turda coloca que o próximo passo de Davenport foi identificar os que deveriam ser impedidos de se reproduzir. Turda cita como exemplo a criação do “Teste de QI” como parâmetro para mensurar a capacidade intelectual dos indivíduos com finalidades eugênicas. Em 1909 Davenport criou o *Eugenics Record Office* para

registrar os antecedentes genéticos dos norte-americanos e pressionar através do lobby por legislação que permitisse a prevenção obrigatória de linhagens indesejáveis. Para isso, o grupo concluiu que o melhor método seria a esterilização, e Turda e Edwin Black colocam que o estado americano de Indiana foi a primeira jurisdição do mundo a introduzir lei de esterilização coercitiva, logo seguido por vários outros estados. Desde o início, porém, o uso de câmaras de gás estava entre as estratégias discutidas para eliminação daqueles considerados indignos de viver.

Black enfatiza que a grande vitória do movimento eugenista dos Estados Unidos foi conseguir aprovar leis estaduais que permitiam a médicos esterilizar seus pacientes. No livro *“War Against the Weak”* (2003) coloca que o movimento eugenista cativou tanto a elite americana da época que, a partir de 1924, leis que impunham a esterilização compulsória foram promulgadas em 27 Estados americanos, para impedir que determinados grupos tivessem descendentes. O modo de ação preferido da eugenia estadunidense foi a esterilização compulsória. As ações geralmente eram travestidas de campanhas de saúde pública ou como procedimentos médicos de urgência. Black relata que houve também isolamentos para que os “débeis mentais” – conceito que nunca foi explicitado com clareza – não se reproduzissem, assim como a restrição a casamentos (alguns que não eram legalmente impedidos, eram juridicamente desfeitos), principalmente entre brancos e negros.

Mesmo contrariando princípios básicos da Constituição americana, Black demonstra que a Suprema Corte deu amplo apoio para que, em vez de esperar para executar “descendentes degenerados” por crimes, a sociedade se “prevenisse contra aqueles que são manifestadamente incapazes de procriar sua espécie”, citando uma passagem do juiz Oliver Wendell. Provando com farta documentação, Black demonstra que entre os anos 1920 e 1960, pelo menos 70 mil americanos foram esterilizados compulsoriamente – a maioria mulheres. E Black ressalta que muitas dessas leis continuaram vigentes em certos estados dos Estados Unidos até a década de 1970.

Black prova também através de documentos que a eugenia negativa americana foi apoiada diretamente por magnatas como Rockefeller ou Andrew Carnegie, que sustentaram financeiramente estas pesquisas por décadas, através da criação de instituições espalhadas pelo país, publicações de revistas, livros, relatórios estatísticos

constantemente atualizados que provavam a inferioridade racial, genética e humana da maior parte da população. O autor também mostra como eram comuns publicações revisionistas, que intentavam provar a inferioridade grupos específicos, sobretudo os negros. Ele cita, dentre vários exemplos, uma pesquisa curiosa em que buscavam provar a inferioridade intelectual dos negros através da tonalidade das músicas dos escravos. Centenas de campanhas de esterilização foram implementadas, em que milhares de norte-americanos – sobretudo negros, mulheres e imigrantes – foram esterilizados em movimentos de “prevenção da varíola” ou “contra a cegueira hereditária”.

Tudo isso, é óbvio, justificava o corte de verbas para a educação de classes mais baixas, controle sistemático de natalidade, proibição de casamento inter-racial, a ‘eliminação’ das raças impuras, com extensas camadas da população servindo como ‘cobaias’ humanas. Os eugenistas procuraram exterminar, metodicamente, todos os grupos sociais de que não gostavam ou que temiam. Foi uma campanha legalizada nos Estados Unidos para criar uma raça superior – não uma super-raça qualquer. Os eugenistas queriam criar uma super-raça puramente germânica ou nórdica, que tivesse o domínio biológico sobre todas as outras. (BLACK, 2003, p.575)

Black se deparou com a eugenia quando estava fazendo pesquisas para o livro *“IBM and the Holocaust: The strategic alliance between Nazi Germans e the America`s most powerfull corporation”* (2001), onde provou a enorme acolhida que cientistas nazistas obtiveram na instituição norte-americana logo após a Segunda Guerra Mundial. Retrocedendo no tempo, percebeu que esta ligação era muito maior, envolvia muito mais pessoas, recursos humanos e financeiros do que se poderia pensar. Black chegou ao fato de que os primeiros contatos entre os eugenistas americanos e alemães começou nos anos 1920, e permaneceu mesmo durante o conflito.

O início da eugenia nazista foi simplesmente a importação de ideias, técnicas, instituições e leis que já estavam em ampla difusão nos Estados Unidos. Já na década de 1930 há o início da liderança alemã, que contava com ampla estrutura, sobretudo na área da medicina. A afinidade entre os eugenistas americanos e alemães era natural, já que toda a teoria e propaganda eugênicas faziam um grande elogio aos “nórdicos”, ao povo de olhos azuis e cabelos louros. Além do que, Black e Turda mostram que vários países do norte da Europa já demonstravam ampla simpatia pelos ideais eugênicos, e mostravam algum desenvolvimento local, inclusive com algumas leis eugênicas.

Em nenhum outro país houve um solo tão fértil para o desenvolvimento da eugenia no começo do século XX quanto na Alemanha. Com uma sociedade em crise, as instituições eugênicas forneceram os recursos que estavam escassos na década de 1920. E havia uma lacuna entre os ensaios de Gobineau e o Chamberlain e as novas descobertas e tecnologias do início do século XX que a eugenia parecia capaz de suprir.

Com assombrosa clareza ela (a Natureza) demonstra, que, em toda mistura de sangue entre o ariano e povos inferiores, o resultado foi sempre a extinção do elemento civilizador. A América do Norte, cuja população, decididamente, na sua maior parte, se compõe de elementos germânicos, que só muito pouco se misturaram com povos inferiores e de cor, apresenta outra humanidade e cultura do que a América Central e do Sul, onde os imigrantes, quase todos latinos, se fundiram, em grande número, com os habitantes indígenas. Bastaria esse exemplo para fazer reconhecer clara e distintamente, o efeito da fusão de raças. O germano do continente americano elevou-se até a dominação deste, por se ter conservado mais puro e sem mistura; ali continuará a imperar, enquanto não se deixar vitimar pelo pecado da mistura do sangue. (HITLER, 1983, p.187)

A eugenia foi o elo entre a alta sociedade alemã e o nazismo pequeno burguês que surgia meteoricamente. Os livros propagandistas não eram capazes de justificar o nazismo suficientemente para uma camada altamente intelectualizada. Ryback, Fest e Evans são muito enfáticos sobre o baixo conhecimento de Hitler sobre a ciência racial de seu tempo.

Hitler assumiu de maneira crescente os preconceitos, os lemas, as angústias, e as reivindicações da boa sociedade burguesa. Nesse contexto configuravam tanto o anti-semitismo como as teorias a respeito da raça pura, nas quais se refletiam as preocupações do germanismo ameaçado e o ódio aos socialistas, e igualmente refletiam as idéias da ciência de seu tempo, como o darwinismo social. Essas doutrinas racistas se baseavam num nacionalismo exacerbado e a ele se referiam. Tais eram estas as idéias dominantes pelas quais ele (Hitler) tentava se acercar dos homens que detinham o poder. (FEST, 1976, p.78)

Seu conhecimento baseado em almanaques e livros introdutórios colocava a ciência racial como o “calcanhar de Aquiles” de Hitler e sua baixa formação acadêmica. No *Mein Kampf*, ele dedica somente o capítulo XI “Povo e Raça” a falar de forma um pouco mais técnica da questão racial, não ousando fugir muito do senso comum de seu tempo.

E assim os homens erram pelo Jardim da Natureza, convencidos de quase tudo conhecer e saber, e, no entanto, com raras exceções,

deixam de enxergar um dos princípios básicos de maior importância na sua organização, a saber: o isolamento de todos os seres vivos desta terra dentro das suas espécies. Já a observação mais superficial nos mostra, como lei mais ou menos implacável e fundamental, presidindo a todas as inúmeras manifestações expressivas da vontade de viver na Natureza, o processo em si mesmo limitado, pelo qual esta se continua e se multiplica. Cada animal só se associa a um companheiro da mesma espécie. O abelheiro cai com o abelheiro, o tentilhão com o tentilhão, a cegonha com a cegonha, o rato campestre com o rato campestre, o rato caseiro com o rato caseiro, o lobo com a loba etc. Só circunstâncias extraordinárias conseguem alterar essa ordem, entre as quais figura, em primeiro lugar a coerção exercida por prisão do animal ou qualquer outra impossibilidade de união dentro da mesma espécie. Ai, porém, a Natureza começa a defender-se por todos os meios, e seu protesto mais evidente consiste, ou em privar futuramente os bastardos da capacidade de procriação ou em limitar a fecundidade dos descendentes futuros. Na maior parte dos casos, ela priva-os da faculdade de resistência contra moléstias ou ataques hostis. Isso é um fenômeno perfeitamente natural: todo cruzamento entre dois seres de situação um pouco desigual na escala biológica dá, como produto, um intermediário entre os dois pontos ocupados pelos pais. Significa isto que o filho chegará provavelmente a uma situação mais alta do que a de um de seus pais, o inferior, mas não atingirá entretanto à altura do superior em raça. Mais tarde será, por conseguinte, derrotado na luta com os superiores. Semelhante união está porém em franco desacordo com a vontade da Natureza, que, de um modo geral, visa o aperfeiçoamento da vida na procriação. Essa hipótese não se apoia na ligação de elementos superiores com inferiores mas na vitória incondicional dos primeiros. O papel do mais forte é dominar. Não se deve misturar com o mais fraco, sacrificando assim a grandeza própria. Somente um débil de nascença poderá ver nisso uma crueldade, o que se explica pela sua compleição fraca e limitada. Certo é que, se tal lei não prevalecesse, seria escusado cogitar de todo e qualquer aperfeiçoamento no desenvolvimento dos seres vivos em geral. (HITLER, 1983, p.189-190)

Nesse capítulo, Hitler dá um pouco de ênfase na questão da miscigenação, seguindo a linha de pensamento de Gobineau e Chamberlain. Mas assim como seu companheiro de Partido, Alfred Rosenberg, coloca os judeus no último grau da escala natural. É importante lembrar que, diferentemente dos ensaios eruditos que buscavam se apoiar sobre uma imensa quantidade de fatos e na ampla diversidade humana, a escala racial de Hitler é grosseiramente simplista, falando basicamente dos arianos e dos judeus. Em raras passagens ele cita os negros, por exemplo, mas dessa simples forma, diferente dos estudos eruditos que mesmo preconizando a inferioridade, consideravam a vasta diversidade étnica.

Em poucas palavras, o resultado do cruzamento de raças é, portanto, sempre o seguinte: A) Rebaixamento do número 1 da raça mais forte; B) Regresso físico e intelectual e, com isso, o começo de uma

enfermidade, que progride devagar, mas seguramente. Provocar semelhante coisa não passa então de um atentado à vontade do Criador, o castigo também corresponde ao pecado. Procurando rebelar-se contra a lógica férrea da Natureza, o homem entra em conflito com os princípios fundamentais, aos quais ele mesmo deve exclusivamente a sua existência no seio da humanidade - Desse modo, esse procedimento de encontro às leis da Natureza só pode conduzir à sua própria perda. (HITLER, 1983, p.192)

Mas é justamente na inconsistência dos argumentos raciais do *Mein Kampf* que se encontra a sua maior força. É um discurso que rasteja pelos limites do consenso. Observe que Hitler fala em um “Criador”, dentro de um discurso que remete as questões científicas do seu tempo, marcadas por um forte ateísmo e agnosticismo. E da mesma forma, ao falar em uma entidade divina criadora de forma alusiva, ele se mantém no limite tênue entre as fortes tensões religiosas da Alemanha do começo do século XX, em que além das tradicionais disputadas entre católicos e protestantes, ressurgia com grande força o neopaganismo.

Hitler não precisava convencer a elite intelectual do seu tempo sobre a questão racial, o que ele precisava – e nisso ele foi extremamente efetivo – era mostrar que havia total abertura e simpatia para com ela, e que no seu projeto de *Reich*, o lugar dela estaria garantido. A história nos mostra que muitas atrocidades cometidas pelo nazismo foram feitas no contexto do desenvolvimento de projetos pessoais de grupos de intelectuais que não necessariamente tinham uma militância política dentro do Partido. O que o Partido fez enquanto esteve no poder foi dar abertura e recursos ilimitados. E Black prova que milhares desses intelectuais migraram para os Estados Unidos atraídos pelos mesmos elementos.

Para Black, somente após racionalizar cientificamente o racismo e o ódio grupal a humanidade foi capaz as ações destrutivas contra os indesejados e os desprezados. Isso é uma tragédia que vai muito além de bandeiras partidárias ou sistemas políticos. A intenção nesse sentido, não é reduzir o papel dos nazistas, mas mostrar os perigos de uma mentalidade – e junto com ela, um conjunto de práticas – que é global.

Analisando o discurso de Hitler do Partido, temos grande dificuldade para entender o que exatamente eles qualificavam como “raça”. Os discursos são muito discrepantes entre si. O que estamos colocando aqui é que, não só não havia um

consenso do que era raça, como também é justamente através disso que o nazismo conseguiu o consenso político. Para alguns grupos, raça era uma questão biológica; para outros, uma questão espiritual; e ainda outros em que falavam em raça como forma de racionalizar tensões de outras ordens, como a econômica. A questão central é que o discurso oficial se posicionava de uma forma em que todos se sentiam contemplados, e o Partido e o Estado criavam instituições que buscavam dar conta dessa multiplicidade de concepções e interesses. Dentro das inúmeras divisões do Estado Nazista, podemos encontrar tanto centros de pesquisa racial, baseados na frenologia e na biometria, operados por intelectuais como Josef Mengele e a maioria dos médicos julgados em Nuremberg (muitos deles ateus e agnósticos), como também órgãos como a obscura *Ahnenerbe*, um centro de pesquisas dedicado as origens espirituais do arianismo. Taha, Essner e Conte relatam que a *Ahnenerbe* era dedicada fundamentalmente ao “culto a raça”, marcada pela relação com o ocultismo e o esoterismo.

Dessa forma, a questão racial no nazismo assumiu as dimensões que o marcaram tão fortemente não somente por aspectos endógenos a sua doutrina e formação, mas justamente por conseguir convergir e dar espaço para as mais diversas correntes racistas que surgiram na modernidade. O nazismo politizou o racismo, mas não como imposição ao conquistar ao poder, mas como condição para que chegasse lá. A força política do racismo no nazismo se dá justamente pela força social que o racismo possuía na Alemanha. Alias, não só na Alemanha, mas no mundo todo. E ao estigmatizar o vulgarmente nazismo como um fenômeno racial, perde-se a noção tanto da sua complexidade política, como também da extensão do mesmo racismo em outras partes do mundo, em outros discursos políticos e outras formas de governo.

Capítulo 3 – Mein Kampf: a República de Weimar e o surgimento do Terceiro Reich

3.1 – A República de Weimar e surgimento do Terceiro Reich

O Terceiro Reich chegou ao poder na Alemanha em 1933, sobre os entulhos da tentativa democrática da República de Weimar. Até julho desse ano, os nazistas haviam estabelecido todas as bases institucionais e ideológicas que governariam o país até a derrocada em 1945. Havia eliminado a oposição em todos os níveis, seja através do conflito ou da cooptação. Instituíram uma ditadura de um partido único, em um Estado totalitário que controlava todas as principais instituições da sociedade alemã.

É um fenômeno que intriga até os dias de hoje foi o estabelecimento de um controle tão amplo e rígido sobre uma sociedade tão complexa, heterogênea e multi-polarizada como a alemã do início do século XX. Alguns autores apontam a tradição autoritária alemã, e a dificuldade em lidar com uma ordem democrática como viés explicativa para o totalitarismo nazista. Não podemos descartar a formação tardia do Estado-Nação alemão como um elemento importante para a consolidação de um Estado Democrático de Direito, mas ao examinarmos o século XIX em escala global, veremos que os movimentos liberais e democráticos não eram mais incipientes na Alemanha do que em muitos outros países. Esses discursos políticos eram contraditórios com o exercício concreto da política por esses grupos. Podemos citar o próprio Brasil, assim como outros países, em que políticos de discurso liberal e democrático defendiam no cotidiano um regime escravagista.

O historiador americano Arno Meyer, no livro *A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime* (1987), foi muito feliz em apontar essas contradições do discurso moderno e mostrar a solidez do antigo regime na sociedade ocidental até o início do século XX.

A Grande Guerra de 1914, ou a fase primeira e protogênica dessa crise geral, foi uma consequência da remobilização contemporânea dos *anciens régimes* da Europa. Embora perdendo terreno para as forças do capitalismo industrial, as forças da antiga ordem estavam suficientemente dispostas e poderosas para resistir e retardar o curso da história, se necessário recorrendo a violência. A Grande Guerra foi antes a expressão da decadência e queda da antiga ordem, lutando para prolongar sua vida, que do explosivo crescimento do capitalismo industrial, resolvido a impor sua primazia. Por toda a Europa, a partir de 1917, as pressões de uma guerra prolongada afinal abalaram e romperam os alicerces da velha ordem entrincheirada, que havia sido sua incubadora. Mesmo assim, à exceção da Rússia, onde se desmoronou o antigo regime mais obstinado e tradicional, após 1918-

1919 as forças de permanência se recobram o suficiente para agravar a crise geral da Europa, promover o fascismo e contribuir para a retomada da guerra total em 1939. (MAYER, 1987, p.14)

Dessa forma, devemos pensar a virada do século XIX para o XX, como um período intenso e complexo, não somente pelas transformações vertiginosas que a civilização ocidental sofreu com uma sucessão de revoluções econômicas e políticas, mas pelo choque que essas novas forças travaram com a tradição, esta ainda sendo o establishment, e dotada de poderes econômicos e políticos para manter a sua posição. E através dessa perspectiva, Mayer dá outro significado as duas Guerras Mundiais, inclusive colocando-as dentro de um mesmo processo. Enzo Traverso, no livro *A Sangue y Fuego* segue uma perspectiva parecida, considerando as duas Grandes Guerras como uma “Guerra Civil Europeia” de 30 anos.

A antiga ordem europeia foi totalmente pré-industrial e pré-burguesa. Durante muito tempo, os historiadores enfocaram com demasiada insistência o avanço da ciência e da tecnologia, do capitalismo industrial e mundial, da burguesia e das classes médias, da sociedade civil liberal, da sociedade política democrática e do modernismo cultural. Estiveram muito mais preocupadas com essas forças inovadoras e a formação da nova sociedade do que com as forças de inércia e resistência que retardaram o declínio da antiga ordem. Embora num certo nível os historiadores e cientistas sociais ocidentais tenham repudiado a ideia de progresso, num nível diferente continuaram a acreditar nela, ainda que em termos determinados. Essa crença tácita e duradoura no progresso vem acompanhada por uma intensa aversão à paralisia e à regressão históricas. Houve, assim, uma tendência marcante a negligenciar, subestimar e desvalorizar a resistência das velhas forças e ideias e o seu astucioso talento para assimilar, retardar, neutralizar e subjugar a modernização capitalista, incluindo até mesmo a industrialização. O resultado é uma visão parcial e distorcida do século XIX e do início do século XX. Para obter uma perspectiva mais equilibrada, os historiadores terão de considerar não só o grande drama da transformação progressiva, mas também a implacável tragédia da permanência histórica, e investigar a interação dialética entre ambas. (MAYER, 1987, p.15)

Considerar a solidez da tradição se torna um elemento indispensável quando consideramos especificamente o caso alemão. A Alemanha não teve uma revolução política vinda das bases da sociedade, tendo prevalecido um modelo de transformação em que as elites anteciparam as revoluções, sem radicalismos, para que assim se mantivessem no poder. É o que se consolidou na *via prussiana* de Bismarck, que Gramsci chamou de *revolução passiva*. E as revoluções industriais só foram ocorrer de

fato na Alemanha no começo do século XX nas principais cidades, permanecendo o interior essencialmente agrário.

Dessa forma, podemos pensar na Alemanha como um país de revoluções burguesas tardias. Depois do fim em 1806 do Sacro Império Romano criado por Carlos Magno – o Primeiro Reich e famoso Reich de mil anos tão aclamado por Hitler – a Alemanha permaneceu fragmentada e tomada por antagonismos regionais. Com as guerras orquestradas por Bismarck entre 1864 e 1871, formou-se o Segundo Reich, o Império Alemão regido pelo *Kaiser*.

Aquele foi um Estado moderno em vários aspectos: possuía um Parlamento nacional, que ao contrário do seu congêneres britânico, por exemplo, era eleito por sufrágio masculino universal; as eleições atraíam mais de 80% dos votantes; e os partidos políticos eram bem organizados e uma parte reconhecida do sistema político. O maior deles em 1914, o Partido Social-Democrata, tinha mais de um milhão de membros e era comprometido com a democracia, a igualdade, a emancipação das mulheres e o fim da discriminação e o preconceito racial, inclusive do antissemitismo. A economia da Alemanha era a mais dinâmica do mundo, alcançando rapidamente a britânica na virada do século XIX para o XX, e nos setores mais avançados, como indústrias químicas e elétricas, rivalizava até mesmo com a americana. Os valores, a cultura e o comportamento da classe média eram dominantes na Alemanha na virada do século. (EVANS, 2011, p.20-21)

Mas o Segundo Reich de Bismarck ainda era comprometido em muitos aspectos com o Antigo Regime. O privilégio aristocrático era uma tradição de raízes muito profundas na sociedade alemã. E apesar do lugar conquistado no sistema político alemão citado por Evans, os partidos e o Parlamento ainda tinham poderes muito restritos. A indústria que se enrobustecia tinha na base das relações sociais de trabalho elementos do capitalismo primitivo e das relações personalistas de dominação tipicamente rurais, havendo imensa hostilidade à organização dos trabalhadores.

O Segundo Reich inaugurou uma categoria política que se revelou uma herança fundamental enquanto *modus operandi* político alemão. Com a *kulturkampf* na década de 1870 – uma guerra cultural empreendida primeiramente contra os católicos – e a perseguição aos social-democratas na década de 1880, foi instituído como cultura política na Alemanha a idéia de declaração de categorias inteiras enquanto “inimigas do Reich”. A restrição das liberdades políticas e civis era uma tecnologia de poder

legitimidade na luta contra esses inimigos do Estado, justamente o garantidor dessas liberdades.

Outro elemento que será crucial posteriormente e que surge no Segundo Reich são os partidos e movimentos extremistas. A polarização política começa a tomar corpo institucional num momento complexo de transição histórica, em que os partidos e movimentos de posições moderadas não conseguem representação sobre muitos grupos periféricos. A modernidade cria esses grupos periféricos em um movimento duplo: por um lado, grupos tradicionais perdem representação política, e por outro, novos atores sociais passam a buscar espaço na sociedade pelo viés político.

Esses movimentos se cristalizam nos extremos políticos, seja na esquerda ou na direita. No caso específico da Alemanha, há uma multi-polarização desses grupos decorrente da intensificação do tencionamento existente também entre os grupos religiosos, e os tradicionais setores rurais com os novos atores urbanos. Passam a existir católicos e protestantes de esquerda e direita, por exemplo.

As problemáticas da crise da modernidade pautam os discursos políticos desses grupos, que são em si seu subproduto. A pressão sobre a Alemanha feita pelo grande capitalismo internacional; os bancos e o capital especulativo como nova realidade da economia; a burocratização da vida cotidiana; a entrada crescente das mulheres no mercado de trabalho e sua decorrente reestruturação do conceito de família, e sobretudo, a expressão de uma desorientação decorrente da crise dos valores, sejam da moral religiosa, seja da racionalidade burguesa. A sensação de assimetria entre os valores e a realidade pauta um discurso político moralista que intenta impor uma nova ordem a realidade. O que esses grupos extremistas buscam na política é justamente a reorganização do cosmos social; a política seria um via para a reorganização da cultura e da sociedade.

Esses grupos, mesmo no período em que ocupavam uma posição periférica na política alemã, contribuíram fundamentalmente para a concepção e prática de que é através do controle do Estado que se controla a vida. A partir do momento que esses grupos enxergavam na via institucional a possibilidade de controle da vida pública e privada, traziam consigo o gérmen do totalitarismo. A grande maioria dos grupos políticos que se apoderaram do Estado e implementaram um regime totalitário no início

do século XX, eram grupos extremistas periféricos nos seus respectivos sistemas políticos até antes da Primeira Guerra Mundial.

Com a crise da modernidade e as incertezas decorrentes das vertiginosas transformações, o Estado emergia no centro da sociedade como o que havia de mais sólido. Numa era de polarizações e fragmentações, o Estado permanecia como única instituição co-extensiva a todos. Dessa forma, quanto intensa e profunda eram as crises, fossem através de conflitos culturais, guerras ou crises econômicas, maior era o apego ao Estado enquanto instituição capaz de arbitrar e solucionar os litígios. Na sedimentação das relações de poder atribuídas ao Estado, com o tempo ele adquiriu um instrumental, que habilmente controlado por certos grupos, permitiu que se instituisse o controle total da sociedade.

Em um contexto político caótico, com uma multiplicidade de polos em conflito, era necessário algo que desse uma referência política mais concreta. Para o discurso dos partidos extremistas que se perdia em uma completa oposição a quase tudo que existia, era necessário encontrar um vetor que fosse capaz de catalisar o discurso, e em certo sentido, torná-lo inteligível e assimilável. Também era necessário tornar o discurso “positivo” em meio a tanta negação da realidade. Nesse sentido, nada seria mais pertinente do que a ideia política de um *inimigo comum*. Um inimigo facilmente identificável, que trouxesse consigo antipatia – ou pelo menos, indiferença – e que tivesse poder o suficiente para ser reconhecido como perigoso, mas não tanto a ponto de ser temido. O medo é um fator crucial na era moderna. Está presente nas incertezas das mudanças vertiginosas, e na insegurança própria dos novos tempos em que muito pouco é sólido. Esse inimigo não poderia ser mais um elemento aterrorizante, mas justamente algo que pudesse dar vazão a esse medo, canalizando-o em algo que pudesse ser vencido. Em algo “digno” de ódio, ao mesmo tempo em que seria possível dar vazão a esses sentimentos.

Tais grupos encontram um alvo fácil na minúscula minoria de judeus da Alemanha, meros 1% da população, que em sua maior parte havia sido bem-sucedidos na sociedade e cultura alemãs desde sua emancipação de restrições legais ao longo do século XIX. Para os antissemitas, os judeus eram a fonte de todos os seus problemas. Argumentavam que as liberdades civis dos judeus tinham que ser restritas, e que as liberdades econômicas, coibidas. Em pouco tempo, partidos como o de Centro e o Conservador estavam perdendo votos

para os partidos periféricos de antissemitas. Eles reagiram incorporando a seus programas a promessa de reduzir o que descreveram como influência subversiva dos judeus na sociedade e cultura alemãs. (EVANS, 2011, p. 21-22)

Não é possível fazer uma discussão historicamente contextualizada sobre o nazismo sem se deparar com o fato que o antissemitismo, longe de ser uma invenção ideológica nazista, pelo que já vimos no capítulo 2, e como muito bem expõe Pierre Sorlin no livro *O Antissemitismo Alemão*, era parte do *modus operandi* político germânico há pelo menos meio século. Ou seja, há pelo menos cinco décadas o antissemitismo já havia entrado na política alemã, após estar presente durante séculos na sociedade alemã.

Como enfatizam Georg Simmel e Pierre Sorlin, o judeu historicamente era visto como um elemento externo a sociedade alemã. Por mais que a sua presença seja antiga a ponto de ser praticamente impossível determinar o momento da chegada dos povos semitas na região germânica, ele sempre foi como concebido como um eterno *estrangeiro*.

Simmel entende a condição de estrangeiro da seguinte forma:

O estrangeiro por sua natureza não é proprietário do solo, e o solo não é somente compreendido no sentido físico, neste caso, mas, também, como uma substância delongada da vida, que não se fixa em um espaço específico, ou em um lugar ideal do perímetro social. Nas relações mais íntimas de pessoa a pessoa, também, todas as atrações e significâncias possíveis no cotidiano das experiências simbolizadas podem revelar o estrangeiro. O estrangeiro é sentido, então, precisamente, como um estranho, isto é, como outro não "proprietário do solo". O estrangeiro é visto e sentido, então, de um lado, como alguém absolutamente móvel. Como um sujeito que surge de vez em quando através de cada contato específico e, entretanto, singularmente, não se encontra vinculado organicamente a nada e a ninguém, nomeadamente, em relação aos estabelecidos parentais, locais e profissionais. Na relação com um "estrangeiro" ou "estranho", em um sentido positivo, porém, o que existe é um não-relacionamento. Nos contatos possíveis ele, o estranho, é sempre considerado como alguém de fora, como um não membro do grupo, portanto, as relações se dão a partir de certo parâmetro de distanciamento objetivo, mas partindo das características essenciais de que também ele é um membro de um outro determinado grupo. Como tal, os contatos com ele são, ao mesmo tempo, estreitos e remotos, na fragmentação das relações por onde uma abstrata igualdade humana em geral se encontra. (SIMMEL, 2005, p.4)

Falando especificamente da condição de estrangeiros dos judeus na Alemanha, Simmel coloca que:

Nos assuntos fiscais, cada cidadão era um proprietário de certa fortuna, e o seu imposto podia seguir as mudanças desta. O judeu, contudo, aparecia, principalmente, como um contribuinte judeu e, então, a sua posição fiscal recebia um elemento invariável. Isto, mesmo, quando tais disposições individuais, cuja individualidade era limitada pela irreversibilidade invariavelmente rígida, saltavam aos olhos, os estrangeiros continuamente continuavam a pagar impostos dispendiosos em relação aos cidadãos. O estrangeiro, o estranho ao grupo, é considerado e visto, enfim, como um não pertencente, mesmo que este indivíduo seja um membro orgânico do grupo, cuja vida uniforme compreenda todos os condicionamentos particulares deste social. O que não se parecia saber, até agora, apenas, era designar diferentemente a unidade estranha desta posição, de modo que se acumulava em certas massas de uma proximidade e certamente de uma distância que caracteriza quantidades em cada relação, mesmo que em porções específicas. Onde cada relação caracterizada induziria a uma tensão mútua nas relações específicas, solidificando mais e mais as relações formais com respeito ao considerado "estrangeiro", que dela resultam. (SIMMEL, 2005, p.7)

O antissemitismo tomou diferentes formas em diferentes contextos históricos. E na segunda metade do século XX, com a chegada tardia e tumultuada da modernidade a Alemanha, o antissemitismo migrou para a esfera de um caótico sistema político-ideológico fragmentado em diversos partidos com imensa dificuldade de estabelecer qualquer forma de hegemonia. O único elemento político hegemônico no contexto alemão é um Estado sólido, que assumiu para si o papel de demiurgo desde o início da era moderna, consagrando-se dessa forma nos áureos tempos de Bismarck.

Com a multiplicidade ideológica característica da modernidade, o antissemitismo emerge enquanto um elemento de convergência. Seja na religião, ciência, filosofia ou economia – esferas que nesse momento se assumem muitas vezes como antagonicas entre si – o antissemitismo aparece enquanto elemento comum a todas elas. Independente dos seus contextos, o judeu surge como antagonista onipresente em todas elas. Nesse momento histórico há uma politização dessas quatro esferas, e dessa forma, a política passa a fazer ressonância de discursos que começam a se adensar no seio da sociedade alemã. O antissemitismo passa a ganhar um corpo ideológico na medida em que começam a se fundir ideias aos interesses, e ambos levados para a esfera política. O antissemitismo se confunde com a trajetória da ideologização moderna da política alemã. Mesmo que a principio tenha sido um

elemento periférico, ele sempre esteve presente, e gradualmente foi trazido ao centro do debate.

Essas ainda eram correntes minoritárias de pensamento antes de 1914; ninguém ainda as havia fundido em algum tipo de síntese efetiva. O antissemitismo estava disseminado pela sociedade alemã, mas ainda era raro qualquer ato de violência aberta contra os judeus. O que mudou essa situação foi a Primeira Guerra Mundial. Em agosto de 1914, multidões entusiasmadas saudaram a deflagração da guerra nas principais praças da Alemanha, a exemplo do que aconteceu também em outros países. O Kaiser declarou que não reconhecia partidos, apenas alemães. O espírito de 1914 tornou-se um símbolo mítico da unidade nacional, assim como a imagem de Bismarck evocou uma nostalgia mítica por um líder político forte e decisivo. (EVANS, 2011, p. 22)

O *nacionalismo*, com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, surge como o elemento que vai trazer a tão cara unidade espiritual alemã. A unificação política alemã foi complexa, e a política, a religião e a economia refletiam traços de que esse processo ainda não havia sido totalmente completado. Mas com a Primeira Guerra e seus inimigos externos, veio uma ufanista identidade nacional que suplantou as identidades regionais que ainda permaneciam como antagônicas entre si.

Com o nacionalismo e a amenização dos conflitos internos, caíram também as barreiras identitárias que se colocavam como obstáculos entre as diferentes ideologias. Com isso, o antissemitismo disperso entre diferentes correntes encontra um caldo cultural favorável a sua síntese. E com um *ethos* que se estruturou em torno de uma unidade nacional baseada no antagonismo a inimigos externos, com o fim da guerra, havia total organicidade para que a Alemanha juntasse os seus cacos baseada na ideia de um inimigo interno. Assim, com o pós-guerra o antissemitismo é restaurado através de novas bases políticas revanchistas, e em um momento em que a crise da modernidade se encontra com crises econômicas, sociais e políticas advindas de uma derrota militar de características inéditas na era moderna. A complexa sociedade moderna se viu diante de condições até então desconhecidas dentro do novo modelo de civilização que se criara.

O nacionalismo foi o elemento catalisador do antissemitismo, e reciprocamente, o antissemitismo consubstanciou o nacionalismo. Na prática, existiu na Alemanha uma dialética tão íntima entre o nacionalismo e o antissemitismo – sobretudo

após a Primeira Guerra – que é difícil separar no âmbito do discurso e da propaganda até onde começa um, e até onde termina o outro.

Com as dificuldades militares que se chegou em 1916, o comando militar alemão foi posto nas mãos de dois generais que haviam conquistado importantes vitórias no front ocidental, Paul Von Hindenburg e Erich Ludendorff. Mas apesar dos esforços, a Alemanha não teve condições de resistir à decisiva entrada dos americanos na guerra em 1917, mesmo com as vitórias no front oriental. No início novembro de 1918 a guerra estava perdida.

A derrota na Primeira Guerra Mundial foi catastrófica para a Alemanha. Os termos de paz humilhantes rasgaram uma ferida no orgulho nacional que já havia sido aberta com a derrota em si. Os termos incluíam uma imensa reparação financeira pelos danos causados pela invasão alemã a Bélgica e do norte da França, a destruição das forças naval e aérea alemãs, a diminuição do Exército alemão a cem mil homens (que trará consequências trágicas, com o surgimento dos braços armados dos partidos, fundamental para a ascensão do partido nazista), a proibição de armas modernas, e a perda de território para a França e a Polônia.

A economia alemã entra em total colapso após a guerra. Uma soma entre imensos custos a pagar com a desestruturação total da economia, deram a Alemanha a sensação de que não havia solução possível para a sua economia, que antes da guerra era uma das mais sólidas do mundo. Agora a fome, o desemprego e a falta de perspectivas eram a cruel realidade cotidiana da sociedade alemã. Como descreve Evans:

A Alemanha em particular havia pagado a guerra imprimindo dinheiro com a esperança de respaldá-lo mediante a anexação de áreas industriais da França e da Bélgica. A economia alemã não podia saldar a conta das reparações sem aumentar os impostos, e nenhum governo alemão estava disposto a fazer isso, porque, se o fizesse, a oposição teria condições de acusá-lo de taxar os alemães para pagar os franceses. O resultado foi uma inflação. Em 1913, o dólar valia quatro marcos de papel-moeda; no final de 1919 valia 47; em julho de 1922, 493; em dezembro de 1922, sete mil. As reparações tinham que ser pagas em ouro e mercadorias, e com esse índice, os alemães não tinham nem vontade nem condições de tratar dos pagamentos. Em janeiro de 1923, franceses e belgas ocuparam o vale do Ruhr e começaram a se apoderar de bens e produtos industriais. O governo

alemão anunciou uma política de não cooperação. Isso fez o valor do marco diante do dólar despencar em uma escala sem precedentes. Um dólar americano custava cerca de 353 mil marcos em julho de 1923; em agosto, 4,5 milhões; em outubro, 25.260 milhões; em dezembro, 4 trilhões, ou um 4 seguidos de 12 zeros. O colapso da Alemanha era iminente. (EVANS, 2011, p. 23)

A introdução de uma nova moeda começou a deter a inflação. As tropas estrangeiras começaram a ser retiradas, e o pagamento das reparações foi retomado. Mas os efeitos da inflação na sociedade ainda eram profundos. As elites e as classes médias passaram a se fragmentar, com os grupos de interesse sendo lançados uns contra os outros. Nenhum partido político conseguia uma grande representação para além de um grupo de interesse. A estabilização, a retração e racionalização pós-inflação significou perdas de empregos maciças, fosse na indústria ou no serviço público. Havia milhões de desempregados, e o desespero para manter a subsistência das famílias dificultava qualquer organização de classe mais coesa em meio ao proletariado e campesinato. Por outro lado, os empresários e grandes proprietários sentiam desamparados pelo governo.

A inflação representava a desintegração de uma era, e mais do que uma crise econômica, representava a desorientação moral e cultural. A arte moderna representa a dissolução da moral e da racionalidade modernas. Esse senso de desorientação da cultura também estava presente na política, com o colapso do Segundo Reich e a fuga do Kaiser.

Com a revolução de novembro de 1918 é instaurada a República de Weimar. A República de Weimar tinha uma Constituição moderna, com elementos novos para a sociedade alemã, como o voto feminino. Mas seu fracasso não se deu pela introdução repentina de novos elementos democráticos, mas sobretudo pela forma confusa como o Presidente era eleito de maneira indireta, e pela forma como ele detinha plenos poderes através do artigo 48 da Constituição, que lhe permitia governar por decreto. Esse poder foi já utilizado pelo primeiro Presidente da República de Weimar, o social-democrata Friedrich Ebert. O Marechal de Campo Paul Von Hindenburg o sucedeu após sua morte em 1925. Hindenburg era um ferrenho monarquista que não demonstrava muito respeito pelo espírito democrático da Constituição de Weimar, e fez do artigo 48 praticamente o único guia legal do seu governo.

Como destacam Kershaw e Evans, um dos legados da Primeira Guerra Mundial foi o culto à violência. A guerra corroborou internamente para um processo que já era global de polarização da política, com revolucionários comunistas à esquerda, e vários grupos radicais emergindo à direita.

Dentre os radicais armados de direita, os mais notórios foram as Brigadas Livres, que foram usados pelo governo para derrubar levantes revolucionários comunistas e de extrema esquerda em Berlim e Munique no inverno de 1918-19. As Brigadas Livres tentaram um golpe de Estado violento em Berlim no começo da primavera de 1920, o que gerou um levante armado de esquerda no Ruhr, e houve mais levantes de esquerda e de direita em 1923. Mesmo nos anos relativamente estáveis de 1924 a 1929, pelos menos 170 membros de vários esquadrões políticos paramilitares foram mortos em combates de rua; no início da década de 1930, as mortes e lesões registraram uma escalada dramática, com 300 mortos nas ruas e em confrontos em locais de reunião apenas no período de março de 1930 a março de 1931. A tolerância política deu lugar ao extremismo violento. (FEST, 1976, p. 478)

As tensões internas logo se deflagraram em vasta violência civil. Não só veteranos, como os Capacetes de Aço da direita radical, mas as gerações mais jovens que ainda não tinham idade para lutar na guerra agora também queriam igualar os feitos heroicos da guerra no front doméstico. Esses jovens se uniam a grupos extremistas, onde canalizam sua crise de identidade e seus descontentamentos em constantes conflitos que irrompiam por todas as partes. A guerra havia polarizado a política, e o começo do século XX já esgarçava e ressignificava a dicotomia política moderna entre direita e esquerda. Na Alemanha, surgem grupos radicais de esquerda e direita, que levam a política para as ruas através dos braços armados dos partidos. Com as forças armadas retraídas e a polícia aos cacos como parte de um Estado falido, esses grupos passam a ter total liberdade de ação na República de Weimar.

Dando continuidade ao processo de polarização e radicalização, os partidos de centro liberal a esquerda moderada sofreram grandes perdas eleitorais na metade da década de 1920, na medida em que o espectro da revolução comunista recuava e as classes médias votavam em partidos mais à direita. Os partidos que apoiaram ativamente a República de Weimar, em sua grande maioria de centro, jamais obtiveram maioria parlamentar depois de 1920.

Evans destaca que a legitimidade da República foi ainda mais solapada pela predisposição do Judiciário em favor de assassinos e insurgentes de direita que alegavam patriotismo como motivo, e pela posição neutra adotada pelo Exército, que ficou cada vez mais ressentido com o fracasso da República em persuadir a comunidade internacional a suspender as restrições impostas a seu efetivo e equipamento pelo tratado de Versalhes. É importante lembrar que o próprio Hitler com seu fracassado Putsch da Cervejaria em 1923, que o levou a prisão, e onde começou a surgir o *Mein Kampf*, recebeu a condescendência do judiciário, com uma pena relativamente branda de cinco anos, e que em meio a privilégios na prisão, converteu-se em apenas nove meses de cárcere. A democracia alemã, improvisada às pressas na esteira da derrota militar, não estava de modo algum fadada ao fracasso desde o início, mas os eventos da conturbada década de 1920 fizeram com que ela jamais tivesse muita chance de se estabelecer sobre uma fundação estável.

Willian L. Shirer e Ian Kershaw destacam que havia uma enorme variedade de grupos extremistas e antissemitas de ultradireita em 1919, especialmente em Munique. Mas, em 1923, um grupo em especial se sobressaía a todos os outros: o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, dirigido por um jovem Adolf Hitler. Apesar de tudo aquilo que consta sobre o poder e o impacto de Hitler e dos nazistas, é importante darmos amplo destaque ao fato de que o Partido situava-se na periferia distante da política alemã até o final da década de 1920.

Os fatos mostram que Hitler não era um simples gênio político que angariou sozinho o apoio em massa para si e seu partido. As obras de Kershaw e Fest se ocupam bastante em demonstrar esse aspecto dentro de um detalhado relato da trajetória do *führer*. Nascido na Áustria em 1889, Hitler era um artista fracassado, apaixonado pela música e arquitetura e que sonhava se tornar um grande pintor. Com um estilo de vida boêmio, sobretudo na sua passagem pela capital austríaca, o jovem Hitler revelava em que seu grande talento estava justamente na retórica, sendo mesmo seus poucos feitos pessoais conseguidos antes da enorme projeção política conseguidos através dela.

Os historiadores relatam que seu partido, fundado em 1919, era mais dinâmico, mais implacável e mais violento que outros grupos periféricos da extrema direita. Em 1923, o Partido sentiu-se confiante o bastante para tentar um golpe de Estado violento em Munique como prelúdio para uma marcha sobre Berlim, na linha da bem-sucedida

Marcha sobre Roma de Mussolini no ano anterior. Mas o Partido fracassou em conquistar o Exército ou as forças políticas conservadoras da Baviera, e o teatral golpe foi dissipado com uma saraivada de tiros.

Na prisão de Landsberg, como já dissemos no capítulo anterior, Hitler começa a proclamar o *Mein Kampf* para seus subordinados. Os historiadores divergem sobre a dimensão que o próprio Hitler deu ao livro na época em que escrevia a obra. Kershaw destaca que Hitler durante muito tempo se via como um arauto, não como um futuro líder, e que o *Mein Kampf* fazia parte dessa autodesignação. Fest e Evans destacam o caráter compilatório do *Mein Kampf*, sendo uma grande síntese de uma vasta quantidade de ideias já amplamente conhecidas no seu tempo. Já Willian L. Shirer acreditou que o *Mein Kampf* surgiu pretensioso desde o começo, e que apesar das ideias que o compunham já serem de amplo conhecimento, a originalidade da obra está justamente na forma como ele as reuniu e as traduziu para as massas.

Mas é consenso entre os historiadores que Hitler havia montado a ideologia do nazismo a partir de elementos dispare de antissemitismo, nacionalismo-pangermânico, darwinismo social, eugenia, expansionismo geopolítico, hostilidade à democracia e a hostilidade ao modernismo cultural, que circulavam há algum tempo, mas até então não haviam sido integrados em um conjunto coerente. Ele reuniu a sua volta uma equipe de subordinados imediatos – o talentoso propagandista Joseph Goebbels, o decidido homem de ação Hermann Göring, o frio e calculista Heinrich Himmler, dentre outros – que construíram sua imagem de líder e reforçaram seu senso de destino. Mas, apesar de tudo isso e não obstante o ativismo violento de seus paramilitares camisas-pardas na rua, Hitler não chegou a lugar nenhum na política institucional até o final da década de 1920.

Em maio de 1928, os nazistas obtiveram apenas 2,6% dos votos, e uma “Grande Coalizão” de partidos de centro e de esquerda liderada pelos social-democratas assumiu o gabinete em Berlim. Entretanto, em outubro de 1929, a quebra de Wall Street fez a economia alemã desmoronar com ela. Os bancos americanos retiraram os empréstimos que haviam financiado a recuperação econômica alemã desde 1924. Como reação, os bancos alemães tiveram que resgatar seus empréstimos de empresas alemãs, e as empresas não tiveram outra opção além de dispensar trabalhadores ou ir à falência, o que de fato aconteceu com muitas. Dentro de pouco mais de dois anos, um em cada três trabalhadores alemães estava desempregado, e milhões

tinham apenas trabalho de curto prazo ou ordenados reduzidos. O sistema de seguro-desemprego quebrou por completo, deixando um numero crescente de pessoas na miséria. A agricultura já em apuros devido à queda da demanda mundial, também entrou em colapso. (KERSHAW, 2010, p. 328)

Os efeitos da quebra da Bolsa em 1929 e a consequente Depressão vieram como um tsunami sobre um país em que ainda estava instalado o caos do pós-guerra. A política foi tão abalada quanto à economia. A Grande Coalizão desintegrou-se em desordem; as divisões entre os partidos a respeito de como lidar com a crise eram tão profundas que não se conseguia mais chegar a uma maioria parlamentar para nenhum tipo de ação decisiva.

Hindenburg, o presidente do Reich, nomeou um gabinete de técnicos liberado pelo político católico Heinrich Brüning, um monarquista confesso. O gabinete tratou de impor severos cortes deflacionários, o que só piorou ainda mais a situação. E fez isso usando o poder presidencial de governar por decreto sob o artigo 48 da Constituição, ignorando o Reichstag por completo.

O poder político foi desviado para cima e para baixo do parlamento, para o círculo em torno de Hindenburg e para as ruas, onde a violência aumentou em escala exponencial, impulsionada por grupos extremistas como as tropas de assalto dos camisas-pardas de Hitler, que agora somavam centenas de milhares. Segundo Evans, para os milhares de jovens que se filiaram aos camisas-pardas, a violência tornou-se rapidamente um estilo de vida, quase uma droga, enquanto desencadeavam contra os comunistas e social-democratas a fúria recalcada desde o final da Primeira Guerra.

Evans destaca que muitos camisas-pardas estavam sem emprego no início da década de 1930. Mas segundo ele, não foi o desemprego, porém, que motivou as pessoas a apoiar os nazistas. Os desempregados afluíram, sobretudo para o Partido Comunista, cuja votação cresceu de modo constante até chegar a 17%, dando aos comunistas cem assentos no Reichstag em novembro de 1932. A violência da retórica revolucionária dos comunistas, prometendo a destruição do capitalismo e a criação de uma Alemanha soviética, aterrorizou as elites e as classes médias do país, que sabiam muito bem o que havia acontecido com suas contrapartes na Rússia depois de 1917. Consternadas pelo fracasso do governo em resolver a crise, e apavoradas com a ascensão dos comunistas, começaram a abandonar as pequenas facções da direita

política convencional e a gravitar na direção dos nazistas, que surgiam como o grupo mais sólido.

Logo, outros grupos da sociedade alemã começaram a apoiar os nazistas, inclusive muitos pequenos agricultores protestantes e operários manuais de zonas onde a cultura e as tradições dos social-democratas eram fracas. Todos os partidos de classe média colapsaram por completo, ao passo que os social-democratas e o Partido de Centro conseguiram restringir suas perdas, mas perdendo espaço significativo em um contexto geral de polarização. Em 1932, eles eram tudo que restava do centro moderado, espremidos e impotentes entre 100 comunistas uniformizados e 196 deputados de camisas-pardas no Reichstag. A polarização da política dificilmente poderia ser mais dramática. (EVANS, 2011, p. 479)

Assim, conforme mostraram as eleições de setembro de 1930 e julho de 1932, os nazistas eram um partido de protesto, com apoio particularmente forte da classe média e respaldo relativamente fraco, ainda que muito significativo, da classe operária nas urnas. Haviam irrompido de seu núcleo de eleitorado protestantes das classes médias baixas e da comunidade agrícola. Outros partidos menores passavam a reproduzir o discurso e o modo nazista de fazer política, o que só reforçava entre o eleitorado a força do partido “original”. Difundiou-se o discurso de que era preciso livrar-se da odiada e calamitosa República de Weimar e unir o povo outra vez em uma comunidade nacional que não conhecesse partidos ou classes, a exemplo do que acontecera em 1914; a Alemanha tinha que se reafirmar no cenário internacional e se tornar um poder líder de novo; que de maneira geral era o programa dos nazistas. Os nazistas modificavam suas políticas específicas de acordo com a plateia, o que permitia que conseguissem cada vez mais apoio de setores da sociedade alemã que historicamente possuíam interesses divergentes entre si.

Além dos nazistas e comunistas em batalha nas ruas e nas urnas, e daqueles que gravitavam em torno de Hindenburg, um quarto *player* entrou no jogo político a essa altura: o Exército. Norbert Elias no livro *Os Alemães* dá bastante ênfase a forte representação que o Exército possuía historicamente na sociedade alemã. Cada vez mais alarmado com a ascensão do comunismo e os crescentes atos violentos nas ruas, o Exército também viu a nova situação política como uma oportunidade de se livrar da democracia de Weimar e impor uma ditadura militar autoritária que repudiaria o Tratado de Versalhes e rearmaria o país nos preparativos para uma guerra de

reconquista dos territórios perdidos da Alemanha, e talvez algo mais. O Exército traz definitivamente o elemento revanchista para o jogo político do final dos anos 1920 e começo dos anos 1930.

Kershaw, Evans e Elias pensam de forma semelhante que o poder do Exército jazia no fato de ser a única força que efetivamente podia restabelecer a ordem no país despedaçado. Quando a reeleição do presidente Hindenburg em 1932 foi obtida apenas com o auxílio dos social-democratas, que o respaldaram como uma opção menos inaceitável que o principal adversário, Hitler, os dias do chanceler Brüning estavam contados. Ele fracassara em quase tudo que havia empreendido, da solução da crise econômica à restauração da ordem nas aldeias e cidades da Alemanha, e agora ofendera Hindenburg ao falhar em garantir a reeleição sem oposição e ao propor a repartição do tipo de propriedade agrária que o próprio Hindenburg possuía no leste da Alemanha para ajudar os camponeses na miséria.

O Exército estava ansioso para se livrar de Brüning porque suas políticas deflacionárias impediram o rearmamento. Como muitos grupos conservadores, o Exército tinha a esperança de cooptar os nazistas, agora o maior partido político, na legitimação e apoio à destruição da democracia de Weimar. Em maio de 1932, Brüning foi forçado a renunciar, sendo substituído pelo aristocrata rural católico Franz Von Papen, amigo pessoal de Hindenburg.

A chegada de Papen ao poder soou o toque fúnebre da democracia de Weimar. Ele usou o Exército para depor o governo estadual social-democrata da Prússia e preparou a reforma da Constituição de Weimar restringindo o direito ao voto e reduzindo drasticamente os poderes legislativos do Reichstag. Começou a banir temas críticos dos jornais diários e a restringir as liberdades civis. Mas as eleições que convocou em julho de 1932 apenas registraram aumento adicional da votação nazista, que então atingiu 37,4% nas urnas. A tentativa de Papen de arregimentar Hitler e os nazistas em apoio a seu governo fracassou quando Hitler insistiu que ele, e não Papen, tinha que chefiar o governo. Carecendo de quase qualquer apoio no país Papen foi forçado a renunciar quando o Exército perdeu a paciência com ele e colocou um dos seus homens no gabinete. (SHIRER, 1975, p. 557)

O novo chefe do governo, o general Kurt Von Schleicher, não se saiu melhor na restauração da ordem ou na cooptação dos nazistas para dar um ar de respaldo popular à sua política de criação de um Estado autoritário. Mas a ascensão dos nazistas

também não foi linear. Depois de os nazistas perderem dois milhões de votos nas eleições de novembro de 1932 para o Reichstag, seu declínio evidente e a falta de fundos causaram sérias divisões nas fileiras do Partido. O organizador do Partido e segundo homem efetivo de Hitler, Gregor Strasser, renunciou, frustrado pela recusa de Hitler em negociar com Hindenburg e Papen.

Kershaw entende que Hindenburg e Papen viram esse momento como uma oportunidade de dar um golpe nos nazistas. Em 30 de janeiro de 1933, com a concordância do Exército, Hindenburg nomeou Hitler chefe do novo governo no qual todos os demais cargos, exceto dois, eram de conservadores, com Papen à frente como vice-chanceler. Com a divisão interna do partido e a perda de cadeiras, eles pensaram que o Partido se dividiria definitivamente, ao passo que controlariam sua principal liderança dando-lhe poder dentro de um cargo engessado institucionalmente.

Essa subestima de Hitler e da parte que estava ao seu lado no partido custaram muito caro a Hindenburg e Papen. Na realidade, 30 de janeiro de 1933 marcou o início da tomada nazista do poder, e não de uma contrarrevolução conservadora. Alias, é importante nos atentarmos para a correlação de forças político-ideológicas, que nesse momento se concentravam numa intensa disputa entre conservadores e reacionários. Ou seja, a polarização entre direita e esquerda na política alemã cedeu no contexto do jogo de forças a uma polarização dentro da própria direita.

Hitler, já amadurecido politicamente, chegou ao cargo sem destruir formalmente a Constituição, e com o apoio dos conservadores e do Exército. E nesse momento é importante que fique bem claro: Hitler, o partido nazista e sua doutrina chegaram às portas do poder total por vias legais e democráticas. O discurso nazista, sintetizado no *Mein Kampf*, era amplamente difundido desde a metade da década de 1920, sendo o livro um sucesso estrondoso de vendas. O partido e o próprio Hitler conseguiram expressivas votações nas urnas. E assim que assumiu uma posição de grande poder, a primeira atitude de Hitler foi angariar mais apoio. Em suma: desde a sua ascensão e a tomada do poder total, o partido e suas ideias possuíam vasta organicidade na sociedade e cultura alemãs, assim como em suas instituições representativas. Dessa forma, para termos uma visão mais concreta do que representou o nazismo, não devemos olhar somente para o partido, suas ideias e suas principais figuras, mas, sobretudo para as relações que foram estabelecidas dentro desse contexto histórico.

Mas nesse momento, a questão passa a ser em como converter sua posição de mais um gabinete de coalizão de Weimar em uma ditadura de um Estado de partido único. Primeiro, tudo em que conseguiu pensar foi em intensificar a violência nas ruas. Essa política terrorista marca toda a ascensão do partido, e com a tomada do poder total, vai se converter no terrorismo de Estado. Hitler persuadiu Papen a nomear Hermann Göring para ministro do Interior da Prússia, e nessa função Göring prontamente alistou os camisas-pardas como polícia auxiliar. Enquanto Hitler e seus pares agiam politicamente no campo institucional, eles prosseguiram com a política do caos, destruindo escritórios de sindicatos, surrando comunistas e interrompendo reuniões dos social-democratas.

Em 28 de fevereiro, a roda da fortuna girou favoravelmente aos nazistas. Marinus van der Lubbe, um anarcossindicalista holandês, incendiou sozinho o prédio do Reichstag em protesto contra as injustiças do desemprego. Hitler e Göring mostraram *virtù*, e persuadiram um gabinete – já disposto a isso – a suprimir efetivamente o Partido Comunista. Quatro mil comunistas, incluindo praticamente toda a liderança do partido, foram presos na mesma hora, espancados, torturados e jogados em campo de concentração recém-criados. Alias, é importante dizer que foram os comunistas que “estreadaram” os campos de concentração, que foram criados, apesar da já presente influência nazista, pelos conservadores de Hindenburg. Os nazistas trouxeram o campo de concentração para o centro da prática política, e aplicando as mais avançadas técnicas da ciência – da engenharia e medicina, até a administração – transformaram os campos numa monstruosamente eficiente máquina de extermínio.

Não houve afrouxamento na campanha de violência e brutalidade nas semanas seguintes. No final de março, a polícia prussiana registrava 20 mil comunistas na prisão. No verão, mais de cem mil comunistas, social-democratas, sindicalistas e outros haviam sido detidos; até mesmo as estimativas oficiais fixavam em 600 o número de mortos sob custódia. Tudo isso foi sancionado por um decreto de emergência, assinado por Hindenburg na noite após o incêndio, que surpreendeu as liberdades civis e permitiu a gabinete tomar quaisquer medidas necessárias para proteger a segurança pública. O ato solitário de van der Lubbe foi retratado por Joseph Goebbels, que logo se tornaria ministro da Propaganda do Reich, como resultado de uma conspiração comunista para encenar um levante armado. Isso convenceu muitos eleitores de classe média de que o decreto era correto. (EVANS, 2010, p.563)

Mas Evans e Kershaw ressaltam que o governo não baniu os comunistas no sentido formal e legal por temer que os eleitores do partido desertassem para os social-democratas nas eleições convocadas por Hitler para 5 de março. Em meio à maciça propaganda nazista, agora largamente financiada pelos novos recursos provenientes da alta burguesia industrial, que nesse momento passava a dar vasto apoio ao partido, e a intimidação violenta, na qual a maioria das reuniões políticas dos rivais foram proibidas ou interrompidas, os nazistas ainda assim fracassaram em atingir a maioria absoluta, chegando a 44% e ultrapassando a barreira dos 50% apenas com a ajuda de sua coalização com os conservadores nacionalistas.

Os comunistas ainda conquistaram 12%, e os social-democratas 18%, com o Partido de Centro mantendo-se firme nos 11% dos votos. Isso significava que Hitler e seus colegas de gabinete ainda estavam bem longe da maioria de dois terços necessários para alterar a Constituição. Mas em 23 de março de 1933 deram jeito de obtê-la, ameaçando com uma guerra civil caso fossem frustrados, e convencendo os deputados do Partido de Centro com a promessa de uma Concordata abrangente com o papado para garantir os direitos dos católicos. A chamada Lei Plenipotenciária, aprovada pelo Reichstag nessa data, deu ao gabinete o direito de governar por decreto sem prestar contas ao Reichstag ou ao presidente. Junto com o Decreto do Incêndio do Reichstag, a lei proporcionou o pretexto legal para a criação de uma ditadura. Apenas os 94 deputados social-democratas presentes votaram contra. (EVANS, 2010, p.565)

Segundo dados de Evans e Fest, os social-democratas e os comunistas haviam conquistado um total de 221 assentos nas eleições de novembro de 1932 para o Reichstag, contra 196 dos nazistas e outros 51 do partido Nacionalista, aliado dos nazistas. Mas fracassaram por completo em armar qualquer resistência organizada a tomada nazista do poder. Estavam amargamente divididos. Os comunistas, sob as ordens de Stálin em Moscou, rotulavam os social-democratas de “social-fascistas” e argumentavam que eles eram piores que os nazistas. Magnoli e Barbosa, no livro *O Mundo em Desordem*, dão bastante ênfase a esses direcionamentos do Partido Comunista no período, que preferiu atacar os social-democratas pelos seus contornos fascistas, do que aos fascistas diretamente. Já os social-democratas viam os comunistas como golpistas e traiçoeiros, e que qualquer aliança com eles seria momentânea e perigosa, posto que o projeto político que vinha de Moscou não comportava um poder dividido. As organizações paramilitares dos social-democratas lutavam contra os

nazistas nas ruas, mas eram facilmente sobrepujadas pelo Exército, que dava amplo apoio ao governo de Hitler em 1933, e seus números também ficavam bem abaixo dos camisas-pardas, que segundo Evans, somavam mais de 750 mil em fevereiro de 1933.

Os social-democratas queriam evitar um banho de sangue, sobretudo dos seus, e permaneceram fiéis a sua ideologia legalista. Magnoli e Barbosa colocam que os comunistas acreditavam que o governo de Hitler era o último suspiro de um sistema capitalista moribundo que logo entraria em colapso por si só, abrindo o caminho para uma revolução proletária, de modo que não viram necessidade de se preparar para um levante. Por fim, uma greve geral estava fora de questão quando o desemprego situava-se em 35%; trabalhadores grevistas seriam rapidamente substituídos por desempregados desesperados para resgatar a si e suas famílias da privação. Além do que, era complexo pensar em uma consciência de classe numa sociedade tão dividida entre tensas diferenças regionais e religiosas.

Fest e Evans colocam que Goebbels conseguiu a adesão dos líderes sindicais no apoio a criação de um novo feriado nacional no 1º de Maio, uma exigência de longa data dos sindicatos, e o transformou no assim chamado Dia Nacional do Trabalho, com centenas de milhares de trabalhadores reunindo-se sob a suástica em praças públicas da Alemanha para ouvir discursos de Hitler e outros líderes nazistas transmitidos por alto-falantes. No dia seguinte, camisas-pardas de toda a Alemanha deram batidas em sindicatos e escritórios e instalações social-democratas, saqueando-os, levando suas verbas e fechando-os.

Nesse momento, ganha destaque a estratégia nazista, evidenciada por Karl Mannheim no livro *Diagnóstico do Nosso Tempo*, e que discutimos no capítulo 1. Por um lado destroem através do terrorismo físico e psicológico buscando romper os laços sociais que unem os grupos, e por outro, com muita propaganda e demagogia, introduzem políticas de massa.

Dentro de poucas semanas, a detenção em massa de funcionários dos sindicatos e de líderes social-democratas, muitos dos quais foram espancados e torturados em campos de concentração improvisados, havia prostrado o espírito do movimento trabalhista. Foi a vez de outros partidos caírem na mira. Os partidos liberais e fragmentados, reduzidos pelo desgaste eleitoral e grupinhos à margem da política, foram forçados a se dissolver. Teve início uma campanha maledicente

contra os parceiros nacionalistas da coalizão de Hitler, acoplada ao assédio e detenção de funcionários e deputados nacionalistas. O principal aliado nacionalista de Hitler, Alfred Hugenberg, foi forçado a renunciar ao gabinete, enquanto o líder da bancada do partido no Reichstag foi encontrado morto em seu escritório em circunstâncias suspeitas. Os protestos de Hugenberg depararam com um acesso histérico de Hitler, que ameaçou promover um banho de sangue caso os nacionalistas resistissem mais tempo. No final de junho, o Partido Nacionalista também havia sido dissolvido. O grande partido independente que restava, o de centro, sofreu sina semelhante. Ameaças nazistas de despedir funcionários públicos católicos e fechar organizações leigas católicas, combinadas com o pavor que o papado tinha do comunismo, levaram a um acordo concluído em Roma. O partido concordou em se dissolver em troca da finalização da Concordata já prometida por ocasião da Lei Plenipotenciária. Isso supostamente garantiria a integridade da Igreja Católica na Alemanha, bem como de todas as suas posses e organizações. O tempo haveria de mostrar que as promessas não valiam o papel em que estavam escritas. Nesse meio tempo, contudo o Partido de Centro seguiu os outros rumos ao esquecimento. No meio de julho de 1933, a Alemanha era um Estado de partido único, posição ratificada por uma lei que baniu formalmente todos os outros partidos com exceção do Nazista. (EVANS, 2010, p. 576)

O *Reichskonkordat* (concordata com o Reich) de 20 de julho de 1933 selou o fim de uma disputa entre o Estado alemão e a Igreja Católica Apostólica Romana que havia se iniciado há quase um século atrás com a *kulturkampf* de Guilherme II. Pelo Estado alemão, Papen assinou em nome de Hindenburg, e pelo Vaticano o signatário foi o Cardeal Eugênio Pacelli, que se tornaria em 2 de março de 1939 o Papa Pio XII. Pacelli foi o principal articulador do *Reichskonkordat*, e posteriormente se tornaria o Papa responsável por controversas relações com os regimes totalitários que se sucederam durante o seu papado.

Durante a estratégia nazista, Evans destaca que não foram abolidos apenas partidos e sindicatos. Seguindo o processo tão bem indicado por Mannheim, o assalto nazista às instituições existentes afetou a sociedade como um todo.

Cada governo estadual, cada assembleia estadual do sistema político federativo da Alemanha, cada aldeia, distrito e Câmara de Vereadores foi implacavelmente expurgado; o Decreto do Incêndio do Reichstag e a Lei Plenipotenciária foram usados para exonerar supostos inimigos do Estado, o que significava inimigos dos nazistas. Cada associação nacional de voluntários e cada clube local foram colocados sob

controle nazista, de grupos de pressão industriais e agrícolas a associações esportivas, clubes de futebol, corais masculinos, organizações de mulheres - em resumo, toda a trama da vida associacional foi nazificada. Clubes ou sociedades de orientações políticas rivais foram fundidos em um único organismo nazista. Os líderes em exercício das associações de voluntários foram afastados sem cerimônia ou se submeteram por conta própria. Muitas organizações expulsaram membros de visão política esquerdista ou liberal e declararam submissão ao novo Estado e a suas instituições. Esse processo (“coordenação”, no jargão nazista) foi adiante por toda a Alemanha, de março a junho de 1933. (EVANS, 2010, p.578)

Dessa forma, o nazismo aproveitou a organicidade de certos elementos na sociedade alemã para se organizar e ascender politicamente. Quando conquistou o poder institucional, utilizou-o para conseguir ainda mais apoio. E por fim, utilizou toda força que aglutinou para conseguir o poder total, destruindo todas as forças de oposição que restavam. Surge através do controle das massas, e quando toma o poder, desestruturou o restante da sociedade, massificando-a.

As únicas associações não nazistas que sobraram foram praticamente o Exército e as igrejas com suas organizações leigas. Mas o Exército apoiava irrestritamente os nazistas, e na pior das hipóteses, respeitava a cadeia de comando. E do outro lado, o partido transformou as suas organizações paramilitares como a SA e a SS em organizações de elite, altamente complexas, que a essa altura mantinha um equilíbrio de forças entre o braço armado do Partido e o braço armado do Estado. E a nazificação das igrejas é um tema controverso, possuindo muitas igrejas e suas organizações leigas vínculos ou simpatias com o nazismo, mas sobretudo, pela frustrada tentativa da *Reichskirche* (Igreja Nacional do Reich).

Segundo Shirer, a *Reichskirche* surge inicialmente com a proposta de unir dentro de uma única instituição o fragmentado universo protestante alemão. Em julho de 1933 foi operada a fusão de 28 igrejas protestantes e luteranas em uma única instituição sob o signo do cristianismo positivo. Mas por atentar contra princípios elementares do protestantismo, como a liberdade religiosa e de associação, o regime começou a enfrentar problemas, sobretudo com as principais lideranças, que nesse momento começavam a se rebelar contra a autoridade do *führer*, que com o culto a imagem, começava a se divinizar. E essas divergências se intensificaram quando o Estado nazista tentou introduzir o neopaganismo como base dogmática para a Igreja

Nacional do Reich, assim como o comando de Ludwig Müller, o conselheiro direto de Hitler em assuntos religiosos.

Shirer traz que o ponto de maior controvérsia foi justamente à tentativa de supressão da cruz e da Bíblia de todos os templos, e que em seu lugar fossem postos a suástica e o *Mein Kampf*. Tentou-se inclusive proibir a publicação e distribuição da Bíblia, para que o *Mein Kampf* fosse o único guia espiritual e moral do Terceiro Reich.

Paralelamente, o governo aprovou uma lei que lhe permitiu expurgar o serviço público. E isso é extremamente representativo se considerarmos a enorme dimensão do Estado alemão na época. Uma herança que os nazistas ampliaram, o Estado alemão já buscava desde a época de Guilherme II e Bismarck controlar o maior número possível de setores da sociedade. E o principal traço da incorporação da modernidade na sociedade alemã foi justamente a vasta burocratização da vida. Dessa forma, o Estado alemão incluía além dos burocratas e do Exército, professores de todos os níveis, todo o corpo universitário, o judiciário, e muitas outras profissões que não eram controladas pelo governo em outros países. Social-democratas, liberais e não poucos católicos e conservadores também foram afastados, como ressaltam Shirer, Fest e Sorlin.

Para salvar o emprego numa época em que o desemprego havia atingido dimensões aterrorizantes, 1,6 milhão de pessoas filiaram-se ao Partido Nazista entre 30 de janeiro e 1º de maio de 1933, quando a liderança nazista proibiu mais recrutamento, ao passo que o número de paramilitares camisas-pardas cresceu para mais de dois milhões no verão de 1933. (FEST, 1976, p.622)

Mas a proporção de funcionários públicos, juízes e outros que foram despedidos por motivos políticos na verdade foi muito pequena. Como enfatiza Pierre Sorlin, o principal motivo para demissão não foi político, mas racial. A lei do serviço público aprovada pelos nazistas em 7 de abril de 1933 permitiu a demissão de servidores judeus, embora Hindenburg tivesse conseguido inserir uma cláusula protegendo o emprego de veteranos de guerra judeus e daqueles contratados sob o regime do *Kaiser*, antes de 1914.

Os judeus, alegava Hitler, eram um elemento parasita subversivo do qual era preciso livrar-se, e retirá-los de dentro do Estado era crucial, para que não infectassem o organismo da nação em um ponto vital. Mas Sorlin e Evans colocam que a maioria dos

judeus era de classe média e tinha uma visão política liberal-conservadora, se é que tivessem alguma. Não obstante, Hitler acreditava que eles haviam minado a Alemanha de fora deliberada durante a Primeira Guerra Mundial e provocado a revolução que havia criado a República de Weimar. Uns poucos líderes socialistas e comunistas haviam sido judeus, é verdade, mas a maioria não. Mas para os nazistas e o seu discurso contido principalmente no *Mein Kampf*, isso não fazia diferença.

No dia seguinte a eleição de março, as tropas de assalto marcharam com violência pela *Kurfürstendamm*, uma elegante rua de compras de Berlim, caçando e espancando judeus. Sinagogas foram arrasadas, enquanto por toda a Alemanha gangues de camisas-pardas adentravam de modo intempestivo nos tribunais e arrastavam juízes e advogados judeus para fora, surrando-os com cassetetes de borracha e dizendo que não voltassem. Entre aqueles detidos por serem comunistas ou social-democratas, os judeus eram tratados com particular severidade. Mais de 40 judeus haviam sido assassinados pelas tropas de assalto no fim de junho de 1933. (EVANS, 2010, p.130)

Shirer e Sorlin lembram que tais incidentes eram amplamente divulgados na imprensa estrangeira. Isso serviu de pretexto para Hitler, Goebbels e a liderança nazista colocarem em ação o plano há muito cogitado de boicote as lojas e negócios judeus em âmbito nacional. Em 1º de Abril de 1933, as tropas de assalto postaram-se de maneira ameaçadora do lado de fora desses estabelecimentos, advertindo as pessoas para que não entrassem. A maioria dos alemães não judeus obedeceu, mas sem qualquer entusiasmo. Mas Shirer e Fest também lembram que as maiores empresas judaicas ficaram incólumes por contribuírem muito para a economia. Ao perceber que havia fracassado em suscitar o entusiasmo popular, Goebbels cancelou a ação depois de alguns dias.

Mas segundo Sorlin, os espancamentos, a violência e o boicote impactaram a comunidade judaica na Alemanha, da qual 37 mil membros já haviam emigrado até o fim do ano de 1933. O expurgo de judeus promovido pelo regime – que definia judeus não pelo credo religioso, mas por critérios raciais – teve efeito em particular na ciência, na cultura e nas artes. Maestros e músicos judeus como Bruno Walter e Otto Klemperer foram sumariamente demitidos ou proibidos de se apresentarem. As indústrias culturais do cinema e do rádio foram rapidamente expurgadas tanto de judeus quanto de opositores políticos dos nazistas, como os socialistas e comunistas. Jornais não nazistas foram fechados ou submetidos a controle nazista, enquanto o sindicato dos jornalistas e

a associação das editoras de jornais colocaram-se sob a liderança nazista. Escritores de esquerda e liberais, como Bertolt Brecht, Thomas Mann e muitos outros, não puderam publicar seus livros; um grande número deles deixou o país.

Evans, Magnoli e Barbosa lembram que Hitler reservou especial animosidade a artistas modernos como Paul Klee, Max Beckmann, Ernst Ludwig Kirchner e Vassily Kandinsky. Antes de 1914, ele havia sido rejeitado pela Academia de Arte de Viena porque seus meticulosos desenhos representativos de prédios foram considerados desprovidos de talento. Sob a República de Weimar, artistas abstratos e expressionistas obtiveram riqueza e reputação com o que Hitler julgava borrões feios e sem sentido. Enquanto Hitler vituperava contra a arte moderna em seus discursos, diretores de galerias e museus eram despedidos e substituídos por homens que removeram com entusiasmo as obras modernas de exposições. Os muitos artistas e compositores modernistas que detinham cargos em instituições educacionais, como Klee ou Schönberg, foram todos demitidos.

Segundo cálculos de Evans, cerca de duas mil pessoas ativas nas artes emigraram da Alemanha em 1933 e nos anos seguintes. Ou seja, quase todos os nomes de reputação internacional. O anti-intelectualismo nazista foi ainda mais ressaltado por eventos nas universidades. Ali também os professores judeus em todas as áreas foram demitidos. Muitos, incluindo Albert Einstein, Gustav Hertz, Erwin Schrödinger, Max Born e 20 ganhadores passados ou futuros do Premio Nobel, deixaram o país.

Em 1934, cerca de 1,6 mil de cinco mil professores universitários haviam sido removidos do emprego, um terço destes porque eram judeus, o resto por serem oponentes políticos dos nazistas. Dezesseis por cento dos professores e assistentes de física emigraram. Nas universidades, foram sobretudo os alunos, auxiliados por um pequeno número de professores nazistas, como o filósofo Martin Heidegger, que levaram o expurgo adiante. Eles forçaram a saída de professores judeus e esquerdistas por meio de manifestações violentas, e então, em 10 de maio de 1933, organizaram manifestações nas praças principais de 19 aldeias e cidades universitárias, nas quais empilharam e atearam fogo a enormes quantidades de livros de autores judeus e esquerdistas. (EVANS, 2010, p.135)

O que os nazistas estavam tentando efetuar era uma *revolução cultural* na qual influencias culturais externas a “naturalmente superior” cultura germânica – notadamente de judeus, mas também da cultura modernistas em termos mais gerais –

fossem eliminadas e o espírito alemão renascesse. É importante que entendamos que o sentido da *kultur* alemã é também espiritual. Há presente na ideia de cultura uma concepção de “alma” da nação. E as artes, assim como a língua e os símbolos, seriam a sua maior expressão. Nesse sentido, estabelece-se um novo significado para o *Mein Kampf* no nazismo, que é o núcleo referencial para uma revolução cultural.

O controle da cultura era entendido como uma forma de controle pleno da nação. Os nazistas não viam como possível separar sua ideia de totalitarismo do controle irrestrito da cultura, e isso passa pelo controle da educação, das artes e das ciências. A verborragia no *Mein Kampf* que busca contemplar todas essas áreas, tem como objetivo lançar as matrizes da nova *kultur* nazista.

O nazismo era em muitos sentidos um fenômeno totalmente moderno. Se por um lado recusavam a estética modernista nas artes, por outro eram grandes entusiastas da tecnologia moderna, e a sua aplicação a todos os setores da vida. Segundo as palavras de Hitler no *Mein Kampf*, a “raça” ariana é por excelência uma raça criativa. E a tecnologia seria uma expressão dessa criatividade, desse poder criador e transformador.

Raça, assim como se expressa a Doutrina nazista exposta no *Mein Kampf*, era um conceito científico, e, ao torná-la a base de todas as suas políticas, estavam assumindo a posição do que concebia como a aplicação do método científico a sociedade humana. Apesar de toda simbologia e do misticismo que compõe o nazismo como elementos fundamentais (como bem destacam Taha, Essner e Conte), nada, nem mesmo crenças religiosas, tampouco escrúpulos éticos, nem tradição há muito consagradas, ficaria no caminho dessa transformação da sociedade através do controle absoluto de um Estado de partido único, que a moldaria como um demiurgo.

Dessa forma, o nazismo chega ao poder carregando consigo sua Doutrina presente desde o surgimento do partido. E a partir do momento em que assume o controle do Estado, como se seguisse um roteiro, começa a colocar em prática a construção de uma nova sociedade, passando invariavelmente pela destruição direta em todos os aspectos da sociedade alemã como ela se constituía.

3.2 - Mein Kampf

Utilizaremos aqui o título original da obra ao invés de “Minha Luta” devido tanto ao fato do título já possuir uma grande identidade, como também porque o termo *kampf* em alemão ter um sentido um pouco mais amplo que “luta” (apesar de praticamente haver um consenso sobre essa ser a melhor tradução possível). A palavra também pode ser traduzida como "luta", "combate", até mesmo como "guerra", e pode ter consigo a idéia de uma “luta através do tempo”, de uma saga, o que numa análise mais profunda do livro, faz mais sentido.

Na Alemanha nazista, era uma exigência não oficial possuir o livro. Era comum presentear o livro a crianças recém-nascidas, ou como presente de casamento. Todos os estudantes o recebiam na sua formatura. O aspecto peculiar do texto se deve ao fato de que ele foi ditado a companheiros de Hitler na prisão. A origem oral faz com que ele seja muito criticado pela má qualidade literária, mesmo tendo passado por várias revisões até chegar ao formato final. A forma como foi concebido é comumente utilizado para criticar a capacidade intelectual de Hitler.

Segundo Joachim Fest (1976), Willian L. Shirer (1975), Richard J. Evans (2010) e, Hitler começou a ditar o primeiro volume do livro para Emil Maurice enquanto estavam presos em Landsberg, após o fracasso do Putsch da Cervejaria. Em Julho de 1924 o livro passou a ser ditado a Rudolf Heß. Maurice e Heß foram duas figuras leais a Hitler desde a fundação do partido até a Guerra, tendo ambos assumido diversos cargos de alta patente no III Reich.

Já Timothy W. Ryback (2009) e Ian Kershaw (2010) discordam dessa versão:

É errônea a suposição, disseminada na época e persistente depois, de que Hitler inicialmente ditou a prosa indigesta para seu motorista e faz-tudo Emil Maurice, depois para Rudolf Hess (ambos também presos pela participação no Putsch). Hitler datilografou ele mesmo a versão inicial do primeiro volume (mas uma parte do segundo volume foi ditada para um secretaria). Por mais mal escrita e incoerente que fosse a primeira versão publicada de *Mein Kampf*, o texto fora submetido a inúmeras “melhorias” estilísticas desde a composição original. O manuscrito foi lido por Josef Stolzinger-Cerny, crítico de cultura do *Volkischer Beobachter*, e pelo menos partes dele pela futura esposa de Rudolf Hess, Ilse Pröhl. Ambos fizeram mudanças

editoriais. Outras foram feitas pelo próprio Hitler. De acordo com Hans Frank, ele aceitava que o livro estivesse mal escrito e o descrevia como sendo não mais do que uma coletânea de editoriais para o *Völkischer Beobachter*. (KERSHAW, 2010, p.181)

O título original da obra "*Viereinhalb Jahre [des Kampfes] gegen Lüge, Dummheit und Feigheit*" ("Quatro anos e meio de luta contra mentiras, estupidez e covardia") já era uma amostra da verborragia de Hitler. Porém, Max Amann, o encarregado das publicações nazistas, decidiu que o título era muito complicado e achou melhor abreviá-lo para *Mein Kampf*.

Em maio de 1924 ele já trabalhava no que seria o primeiro volume, elaborando ideias formadas durante e imediatamente após seu julgamento. Na ocasião, deu-lhe o título nada atraente de "Quatro anos e meio de luta contra mentiras, estupidez e covardia", que veio a ser substituído pelo mais incisivo *Mein Kampf* somente na primavera de 1925. Nessa altura, o livro já sofrera mudanças estruturais importantes. A intenção inicial de um "ajuste de contas" com os traidores responsáveis por sua queda em 1923 nunca se concretizou. Em vez disso, o primeiro volume, que saiu em 18 de julho de 1925, era em larga medida autobiográfico – embora com muitas distorções e incorreções - e acabava com seu triunfo no anúncio do programa do partido na Hofbräuhaus, em 24 de fevereiro de 1920. O segundo volume, escrito após sua saída da prisão e publicado em 11 de dezembro de 1926, tratava mais extensamente das ideias sobre a natureza do Estado *völkisch*, questões de ideologia, propaganda e organização, concluído com capítulos sobre política externa. (RYBACK, 2009, p.92)

O livro foi dedicado a Dietrich Eckart, membro da Sociedade Thule. A Sociedade Thule ao lado da Sociedade Vrill eram importantes sociedades secretas neopagãs, que incluíam indivíduos da alta sociedade alemã do início do século XX, como políticos, empresários, artistas e intelectuais. De toda a nebulosa origem da suástica (*Hakenkreuz*), a tese mais aceita é a de que ela era reconhecida como um símbolo religioso dos antigos germânicos, e a Sociedade Vrill adotava a suástica como símbolo. Esse fato dá início a uma longa controvérsia, posto que já exista uma intensa discussão sobre a relação entre o nazismo e as sociedades secretas que praticavam o ocultismo e o neopaganismo, e intentavam resgatar as tradições místicas germânicas. O documentário de Ken Anderson, *Hitler e o Ocultismo* de 2000, e o documentário da Discovery *The Vrill Society* de 2008 são os de maior repercussão dentre tantos que

correlacionam através de uma pesquisa de arquivos não só uma relação entre essas sociedades secretas e o nazismo, em que além da simbologia, estabelecem uma relação entre a organização das sociedades secretas ocultistas e a hierarquia do partido. Fica como registro, que segundo esses documentários, o que justificaria a posição de Hitler – artista frustrado, sem privilégios de nascimento e de baixa patente no exército – como grande líder do partido seria a posição de grão-mestre que ocuparia dentro dessas seitas.

O primeiro volume do *Mein Kampf* inicia-se com uma espécie de autobiografia, e passa por muita retórica sobre os mais diversos assuntos. Os três últimos capítulos (X – *Causas Primárias do colapso*, XI – *Povo e Raça* e XII – *O primeiro período de desenvolvimento do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães*) representam uma cisão na obra. Neles é abandonado o uso da primeira pessoa e temáticas remissivas. A partir desses capítulos inicia-se uma análise do presente, e uma interlocução com as idéias, grupos e instituições da Alemanha do período.

O segundo volume é escrito um ano depois, com Hitler em liberdade. Ele segue a estilística dos últimos capítulos do primeiro volume, passando gradativamente de uma interlocução do presente para uma projeção do futuro. Em linhas gerais podemos dizer que Hitler disse o que iria fazer, como e o porquê, e o registro histórico da conta de que até os primeiros anos da Guerra, tudo de fato ocorreu como está expresso no livro.

Em *Os afogados e os sobreviventes*, Primo Levi termina seu último esforço de compreensão e narração do nazismo e dos campos de concentração e extermínio com um capítulo intitulado “Cartas de alemães”, onde reproduz suas correspondências pessoais que tivera com alemães que vivenciaram o nacional-socialismo. Em uma das cartas, o narrador de Auschwitz, responde com as seguintes palavras:

Respondi com uma longa carta, talvez a única raivosa que jamais escrevi. Respondi que nenhuma Igreja tem indulgência em relação a quem segue o Diabo, nem admite como justificação atribuir ao Diabo as próprias culpas. Que se deve responder em primeira pessoa pelos crimes e erros, senão, todo vestígio de civilização desapareceria da face da terra, como, de fato, havia desaparecido do Terceiro Reich (...). Que, sobretudo, em *minha* estante, ao lado de Dante e de Boccaccio, tenho o *Mein Kampf*, a Minha Luta escrita por Adolf Hitler muitos anos antes de chegar ao poder. Aquele homem funesto não era um

traidor. Era um fanático coerente, com ideias extremamente claras: nunca as trocou nem as ocultou. Quem votara nele certamente votara em suas ideias. Nada falta naquele livro: o sangue e o solo, o espaço vital, o judeu como o eterno inimigo, os alemães que personificam “a mais alta humanidade da terra”, os outros países considerados abertamente como instrumentos para o domínio alemão. Não são “belas palavras”; talvez Hitler também tenha dito outras, mas estas não as desmentiu jamais.” (LEVI, 1990, p.110)

No livro *Ascensão e queda do Terceiro Reich Triunfo e Consolidação 1933-1939* William L. Shirer fez uma relevante pesquisa sobre as tiragens do livro:

A apreensão dos extratos de conta dos direitos autorais da Eher Verlag - a editora nazista - feitas pelos Aliados em 1945, revelou que em 1925, ano de seu lançamento, *Mein Kampf* (custando 12 marcos cada volume) vendeu 9.473 exemplares, a partir de então as vendas caíram gradativamente para 6.913 em 1926, para 5.607 em 1927 e somente 3.015 em 1928. Com as vitórias nas eleições pelos nazistas, a partir de 1929 as vendas cresceram, alcançando 7.669 naquele ano, e saltando para 54.086 em 1930, ano em que surgiu uma edição popular de oito marcos. Em 1931, 50.808 exemplares foram vendidos, e 90.351 em 1932. Em 1933 quando Hitler se tornou chanceler, as vendas saltaram para um milhão de exemplares. Em 1940, seis milhões de exemplares do *Mein Kampf* foram vendidos. O Partido nazista afirmou que o livro antes disso já era um grande vendedor. Hitler possuía rendimento de 10% dos direitos autorais sobre o livro (sua principal fonte de renda a partir de 1925), 15% a partir de 1933, quando o rendimento da venda do livro superou um milhão de marcos. (SHIRER, 1964, p. 320-321)

O *Mein Kampf* proporcionou a Hitler um enorme sucesso financeiro tornando-o milionário. Mas, muito mais importante do que isso, o livro deu a Hitler respeitabilidade como um homem de ideias, e lhe deu o que sempre ambicionou: projeção política. Quanto mais o livro era lido mais crescia politicamente, e quanto mais crescia politicamente mais o livro era lido. O *Mein Kampf* consolida-se como o meio de *criação da fé* como é exposto por Le Bon como característica fundamental para o condutor da massa.

Antes de Hitler chegar ao poder, *Mein Kampf*, publicado pela editora do próprio partido, a Franz Eher Verlag, dirigida por Max Amann, não foi o best-seller que ele esperava que fosse. O conteúdo inflado, o estilo terrível e o preço mais ou menos alto de doze marcos por volume evidentemente espantaram muitos leitores potenciais. Até 1929, o primeiro volume vendera cerca de 23 mil exemplares, o segundo, apenas 13 mil. As vendas aumentaram fortemente depois dos sucessos eleitorais do NSDAP posteriores a 1930 e alcançaram 80 mil em 1932. A partir de 1933, subiram estratosféricamente. Um milhão e

meio de exemplares foram vendidos. Até mesmo os cegos podiam lê-lo – se quisessem -, pois foi publicada uma versão em braile, em 1936. E, a partir desse ano, um exemplar da edição popular dos dois volumes encadernados juntos seria dado a cada feliz casal no dia do casamento. Em torno de 10 milhões de exemplares de Mein Kampf foram vendidos até 1945, sem contar os milhões vendidos no exterior, onde foi traduzido para dezesseis línguas. Quantas pessoas realmente o leram, não sabemos. Para Hitler, isso não tinha muita importância. A partir do começo dos anos 1920 passou a se identificar como “escritor” em documentos oficiais e pode, em 1933, recusar o salário de chanceler do Reich (ao contrário de seus predecessores, fez questão de dizer): Mein Kampf fizera dele um homem muito rico. (RYBACK, 2009, p.45)

Segundo o historiador Timothy W. Ryback, na prisão Hitler leu tudo o que pôde: Nietzsche, Houston Stewart Chamberlain, Ranke, Treitschke, Marx, Gadanke und Erinnerungen (Pensamentos e memórias) de Bismarck e as memórias de guerra de generais e estadistas alemães e aliados. Além de receber visitantes e responder a cartas – duas coisas com que não teve muito que se preocupar depois que se retirou do envolvimento público com a política – os longos dias de ócio forçado eram ideais para a leitura e reflexão.

Mas as leituras e reflexão de Hitler eram tudo, menos acadêmicas. Sem dúvida, ele leu muito. Porém, a leitura para ele tinha um objetivo puramente instrumental. Não lia pelo conhecimento ou esclarecimento, mas para a confirmação de seus preconceitos. Ele encontrou o que estava procurando. Como observou a Hans Frank – o especialista com leis do partido que depois seria governador-geral da Polônia ocupada – por meio da leitura que fez em Landsberg, “reconhecia a correção de minhas concepções”. (RYBACK, 2009, p.47)

Para Kershaw, a prisão de Landsberg não foi exatamente um momento de formação, mas uma fase de consolidação e racionalização da “visão de mundo” que Hitler vinha desenvolvendo desde 1919 e que modificou, de certo modo significativo, no ato anterior ao Putsch da Cervejaria em 1923. Kershaw coloca que nesse período, ele revisou certos aspectos de sua concepção de si mesmo. Passou a pensar de forma diferente sobre o papel. Na esteira do triunfo de seu julgamento, começou a ver-se como o salvador da Alemanha, tal como seus seguidores haviam passado a retratá-lo a partir do fim de 1922. À luz do fracassado Putsch, talvez se devesse esperar que sua crença em si mesmo ficasse abalada para sempre. Ao contrário: elevou-se desmesuradamente.

Kershaw pontua que sua fé quase mística em si mesmo, de estar ao lado do destino, com a “missão” de resgatar a Alemanha, data dessa época.

Ao mesmo tempo, houve um importante ajuste em outro aspecto de sua “visão de mundo”. As ideias que vinham tomando forma em sua cabeça desde o fim de 1922, senão antes, sobre a direção da política externa futura foram então refinadas na noção de busca de “espaço vital”, a ser ganho à custa da Rússia. Misturado a seu antissemitismo obsessivo, voltado para a destruição do “bolchevismo judeu”, o conceito de uma guerra por “espaço vital” – que Hitler enfatizaria repetidamente nos anos seguintes – deu forma a seu arcabouço de ideias. É claro que haveria ajustes táticos, mas nenhuma nova alteração de substância foi feita. Landsberg foi para Hitler uma questão de acrescentar ênfases novas as poucas ideias fixas básicas já formadas, ao menos em embrião, ou que tomaram forma clara nos anos anteriores ao golpe.

Ryback coloca que as modificações na “visão de mundo” de Hitler, que já estavam em andamento naqueles anos, estão evidentes em *Mein Kampf*. Era a declaração mais clara, expansiva e próxima de uma sistematização de sua “visão de mundo” que havia apresentado até então.

Ele (Hitler) admitiu que, sem a estadia em Landsberg, o livro – que depois de 1933 (mas não antes) venderia milhões de exemplares – não teria sido escrito. Sem dúvida, ele esperava um retorno financeiro com a obra. Mas sua principal motivação era a necessidade que sentiu, durante seu julgamento, de demonstrar sua vocação especial e justificar seu programa como a única maneira de resgatar a Alemanha da catástrofe provocada pelos “criminosos de novembro”. (RYBACK, 2009, p.47)

Por mais que o livro não nos impressione hoje pelo seu teor teórico, assim como não impressionou muito um aliado como Mussolini, que se referiu ao livro como “um tomo chato que eu nunca fui capaz de ler”, e sobre as idéias disse que eram “pouco mais do que clichês comuns” (SMITH, 1983, p.172). Nesse ponto é justamente onde o livro nos interessa: em descobrir o que havia por trás desses “clichês”, e a forma como foram utilizados. Afinal, o senso comum de um tempo é um registro histórico fundamental para o entendimento de uma sociedade. Interessa-nos analisar o que o *Mein Kampf* tomou de seu tempo e o que ele trouxe de novo, e tentar estabelecer uma relação entre ideologia e sociedade para vislumbrarmos um quadro das relações de poder.

O tom do discurso do livro é wagneriano, e não por acaso, já que Richard Wagner é uma das maiores fontes de inspiração pessoal para Hitler, e seus escritos políticos e suas ideias antissemitas foram fielmente acatadas. E o livro enquanto expressão artística tem esse sentido de desenvolver uma espécie de epopeia intensa, de um herói em constante luta, que parte de todas as dificuldades até a conquista da glória. Essa raiz artística tem suas origens no *Sturm und Drang* (tempestade e ímpeto), um movimento do século XVIII que precedeu o romantismo e se caracteriza fundamentalmente para forma exacerbada como expressa os sentimentos. A emoção suplanta a razão, e a ação a reflexão. Herder foi um os grandes nomes desse movimento que se tratava de uma resposta tanto ao *ancien regime* quanto a racionalidade do iluminismo. Há um forte componente político, que remete as origens da Alemanha moderna.

Muitas leituras políticas do *Mein Kampf* têm dificuldade de captar essa dimensão literária da obra. Há até quem o considere, mas o critique como uma estética anacrônica, incompatível com o momento artístico em que se vivia. Mas ao negligenciar esse aspecto, referindo-se a ele como simples retórica demagógica, perde-se justamente um dos aspectos politicamente mais poderosos: a referência a formas artísticas, que remontam justamente as raízes espirituais da germanidade moderna, e que tem o objetivo justamente de suscitar aquele sentimento de volta a essência perdida. Ao mesmo tempo em que confere emotividade ao discurso político, emotividade e convicção tão destacadas por Le Bon como qualidades essenciais ao condutor das massas, esta emotividade preenche a necessidade de uma identidade que se quer retomar na modernidade. É uma voz que crítica a condição atual alemã com o “sotaque” da germanidade nata.

É possível dizer que o antissemitismo moderno surge como um fator político e que se configura fundamentalmente pela criação de um caráter discursivo, voltado para a afirmação da unicidade de um povo e de uma nação. O recurso político que cria a figura de um inimigo percorre o processo civilizatório e integra o imaginário das sociedades. O nazismo o utilizou para seus fins, como já o tinham usado os reis ou grandes nobres europeus. A Igreja Católica e o reformador protestante Martinho Lutero também não foram tolerantes com aqueles que não aceitaram Jesus como Messias.

Victor Klemperer, em seu célebre estudo sobre construção de uma nova linguagem no Terceiro Reich, constata que no plano discursivo, o preconceito contra os judeus foi construído ao longo de milênios. Ele está incorporado à linguagem, as relações entre símbolos e significados, que é sutil, inconsciente e demora muito a se estabelecer, mas que depois se eterniza, exatamente porque é imediata a associação entre palavra e símbolo.

Mas a língua não se contenta em poetizar e pensar por mim. Também conduz o meu sentimento, dirige a minha mente, de forma tão mais natural quanto mais eu me entrego a ela inconscientemente. O que acontece se a língua culta tiver sido constituída ou for portadora de elementos venenosos? Palavras podem ser como minúsculas doses de arsênico: são engolidas de maneira despercebida e parecem ser inofensivas; passado um tempo, o efeito se faz notar. (KLEMPERER, 2009, p.55)

Klemperer, que era casado com uma “ariana”, conseguiu sobreviver na Alemanha durante todo o período do nazismo e manteve diários nos quais analisava a linguagem no Terceiro Reich, seu uso na propaganda e o efeito sobre as pessoas. Ele consegue demonstrar como as relações sociais cristalizadas em elementos da linguagem durante anos, conseguem reproduzir e fortalecer antigos preconceitos em seus novos usos políticos através do discurso.

O *Mein Kampf* é o núcleo de onde emanam todas as referências linguísticas do discurso nazista. O *léxico nazista* é fundado por Hitler no *Mein Kampf* e usado em seus discursos, na propaganda, nos livros didáticos ou por onde mais for que essa linguagem do Terceiro Reich fosse propagada, era ao *Mein Kampf* que essa linguagem remetia. Para Klemperer, o nazismo se consolidou como regime justamente quando dominou a linguagem, e se manteve no poder através dela. Isso ficaria evidente pelo fato da linguagem nazista ter surgido no *Mein Kampf* anos antes do partido assumir total controle. O discurso nazista era o “discurso oficial” antes de o partido dominar o Estado.

Klemperer ressalta que já havia na sociedade alemã elementos que permitiam o estabelecimento do discurso nazista na forma como ele se configurou. Em passagem de agosto de 1933, ele narra uma reunião política na qual um nazista discorre sobre a grandeza do *Führer* e ao futuro da Grande Alemanha sem despertar nenhuma reação na

plateia, até que conta uma piada envolvendo os judeus e todos riem e aplaudem durante minutos. A empatia estava criada.

Klemperer nos mostra tanto questões em nível macro, a ascensão e adesão das massas ao nazismo e a formação de um regime de pretensão totalitária, quanto também em nível micro, enfocando relatos de pessoas comuns que evidenciam outras imagens que podem muitas vezes subverter esta pretensão totalizadora do nazismo.

Para Klemperer não era suficiente apagar a ação política nazista, mas fundamentalmente seria necessário extinguir a mentalidade nazista, que tem na língua o seu solo mais fértil (KLEMPERER, 2009 p. 38), pois ela conseguiu permear tanto beneficiários e vítimas, quanto o meio “intelectual” e “popular”, e que segundo Klemperer, essa herança persistiu mesmo após o fim do regime.

Klemperer mostra como ocorreu o duplo processo de empobrecimento e abundância da linguagem, que resultou naquilo que Klemplerer chama de *Linguagem do Terceiro Reich*. Evidencia-se, a partir deste processo de distorção e empobrecimento da linguagem em vocábulos e conceitos, uma série de problemáticas que não se relacionam somente ao que se constitui a ideologia nacional-socialista, mas, também, como ocorreu sua difusão e como esta se instalou. Registrou o autor que:

O efeito mais forte não foi provocado por discursos isolados, nem por artigos ou panfletos, cartazes ou bandeiras. O efeito não foi obtido por nada que se tenha sido forçado a registrar com o pensamento ou a percepção conscientes. O nazismo se embrenhou na carne e no sangue das massas por meio de palavras, expressões e frases que foram impostas pela repetição, milhares de vezes, e foram aceitas inconscientes e mecanicamente. (KLEMPERER, 2009, p.55).

Para concretizar esta imposição, o regime teve que dominar a linguagem, concretizando este ato, pelo menos em nível “oficial”, a partir do domínio e uniformização da linguagem escrita em livros, revistas e relatórios oficiais, o que explica para Klemperer a uniformidade da linguagem oral. É por esta pretensão “totalizante” do regime, que é buscada através da linguagem, que Klemperer vê na linguagem do Terceiro Reich o núcleo central do nazismo enquanto fenômeno histórico.

Um exemplo marcante de empobrecimento da linguagem são as palavras fanático (*fanatisch*) e fanatismo (*fanatismus*), pois elas têm os seus sentidos, que antes

eram pejorativos, positivados, sendo associadas pela linguagem do Terceiro Reich a virtudes como valentia, coragem, entrega apaixonada e heroísmo, como demonstra Klemperer:

Se por longo tempo, alguém emprega o termo fanático no lugar de “heroico” e “virtuoso”, ele acaba acreditando que um “fanático” é mesmo um herói virtuoso e que sem fanatismo não é possível ser herói. As palavras fanático e fanatismo não foram criadas pelo Terceiro Reich, mas seu sentido foi adulterado; em um só dia elas eram empregadas mais do que em qualquer outra época. (KLEMPERER, 2009, p.56)

O uso exagerado de superlativos é uma característica fundamental da linguagem do Terceiro Reich, pois é o melhor instrumento à disposição do orador, do condutor das massas, para distorcer os fatos. Esta prática se materializa no uso de números irrealistas da guerra, como no uso de palavras como “grande” (grande ofensiva, grande manifestação, etc) e “histórico” (todos os discursos de Hitler são de importância histórica mundial, *welthistorisch*) para se referir a qualquer ação e discursos de dirigentes, civis e militares, mesmo nos acontecimentos mais ínfimos do regime.

Outro exemplo fundamental do vocabulário da linguagem do Terceiro Reich colocado por Klemperer é o uso excessivo de conceitos técnicos, que são específicos de uma área e transpostos para se referir a seres humanos (individualmente e coletivamente), estes que terão vários usos pelo Terceiro Reich. É através desse recurso que a condição humana do outro era reduzida a condição de objeto. Em um dos usos se objetivava a reificação do “outro”, como no caso das palavras “trucidar e “liquidar”, ditas em relatórios militares, que se referem ao extermínio do inimigo, a partir dessas expressões transpostas de áreas que as usam se referindo a coisas. Como no caso do termo liquidar (*liquidiert*), originário da linguagem dos negócios, e que em um dos seus usos servia para dar a ideia de um negócio fechado, finalizado, evidenciando que a transposição desta expressão para pessoas objetivava associar que os inimigos eram eliminados como bens materiais, coisas.

No entanto, esta prática reificadora só se aplicava ao “outro”, englobando todo não ariano como um “outro”, visto como um sub-humano e por isto poderia ser tratado como coisa, em contraponto ao ariano (germânico e de sangue nórdico) que tinha supostamente a verdadeira humanidade. E como já vimos antes, esse outro era representado na maioria das vezes sob o espectro do judeu. Apesar de não reificar e

coisificar a personalidade do próprio ariano, o regime irá dar um lugar específico a esta, que pode ser representado a partir do uso das expressões técnicas para seres humanos.

Para Klemperer, a lógica da personalidade no nazismo se inseria dentro do princípio da autoridade que fazia com que as ordens não fossem feitas por um funcionário impessoal, mas por um chefe responsável e dotado autoridade, um *subführer*, que condiciona a ação dos comandados (*unterführers*) para que fosse feita cegamente (*blindlings*), sem questionamentos, o que é típico da educação militarizada. Nesse sentido, temos outra peculiaridade do nazismo, que é a junção do modo moderno de dominação racional e burocrática, tão ressaltado por Weber e os frankfurtianos, com um modelo baseado na autoridade pessoal do líder trazido do militarismo, que como já ressaltamos, era profundamente enraizado no habitus alemão. E essas formas de dominação se conjugam em uma forma moderna, inspirada no modelo hierárquico da produção e controle econômico baseado na técnica e na máquina.

É neste sentido que reside a automatização destes indivíduos, pois nas mãos dos vários representantes do *Führer* estes deveriam se transformar em engrenagens e componentes que se põem em movimento quando acionadas por “botões”, como o é um autômato. Klemperer coloca que este “botão” eram as expressões técnicas, como é o caso do verbo *gleichshalten* (sincronização da voltagem na energia elétrica) que era usado pelo Terceiro Reich com o objetivo de reproduzir o sentido de uniformização de ideias, atitudes e ações, como no caso de acertar o passo nas paradas militares. Estas expressões não são só encontradas em termos de comparação de ações e ideias com efeitos, como a sincronização da voltagem. O regime, além de impor a ordem em um modelo de Estado como máquina, também irá dizer que os indivíduos são máquinas, como vemos na frase de Goebbels, “Brevemente, em diversas regiões operaremos em rotação máxima” (KLEMPERER, 2009, p. 247), já não se compara, mas se diz textualmente que todos os alemães fazem parte de uma gigantesca máquina social, econômica e política.

O uso excessivo de abreviaturas pela linguagem do Terceiro Reich é também característico do tecnicismo e, portanto, dessa busca por organizar todas as esferas da sociedade, já que o regime pretende se apoderar de todos os meios e de todos os espaços, formando uma nova forma de cosmos. Para efetivar esta pretensão, o regime enquadra as pessoas em várias “comunidades de conjurados”, como por exemplo, HF

(Juventude Hitlerista), DAF (Frente Alemã de trabalho), SS (Schutzstaffel, Tropas de Assalto em português), que com suas respectivas abreviaturas e símbolos buscam estar presentes em todos os lugares, evidenciando a partir destas uma busca pela corporativização da sociedade.

É importante que abarquemos a totalidade do discurso, em seus aspectos verbais e não verbais, objetivos e subjetivos. E o discurso do *Mein Kampf* subjetivamente pretende dizer que não é somente a forma como Hitler enxerga a realidade, mas a forma como os alemães *devem* enxergar a realidade. Tal fator nos dirige novamente para o pensamento de Le Bon, quando ele destaca a necessidade do condutor de entender os sentimentos da massa, compartilhá-los, e falar de uma forma que ela entenda. Mas também se refere a outro aspecto da crise da modernidade: o líder que discursa com emoção busca romper com a objetividade, frieza e impessoalidade das novas formas de dominação moderna. Ele busca superar o distanciamento que existe entre os líderes e a massa, e a emoção é o elemento que vai selar essa unidade.

E é importante ressaltarmos que essa emotividade não tem tanto a função de “inflamar” a massa. Como destaca Le Bon, um dos aspectos que a define é justamente a sua dinâmica inerente. Portanto, se a emoção sempre esteve latente na massa, é na liderança que ela tem estado ausente na modernidade. Essa emotividade e combatividade que marcam o tom do discurso do *Mein Kampf* se desenvolvem numa interlocução com diversas idéias e grupos, em que os atacados com mais frequência e intensidade são o marxismo e o liberalismo. Como as origens literárias do *Mein Kampf* zelam, a batalha tem que ser entre dois polos, de forma bem maniqueísta, em que um é o guardião da virtude e outro da degenerência. Mas em uma realidade tão complexa, com tantos elementos em disputa no campo social, como aplicar essa perspectiva?

O próprio Hitler dá a resposta com todas as letras:

A arte de todos os grandes condutores de povos, em todas as épocas, consiste, em primeira linha, em não dispersar a atenção de um povo e sim em concentrá-la contra um único adversário. Quanto mais concentrada for a vontade combativa de um povo, tanto maior será a atração magnética de um movimento e mais formidável o ímpeto do golpe. Faz parte da genialidade de um grande condutor fazer parecerem pertencer a uma só categoria mesmo adversários dispersos, porquanto o reconhecimento de vários inimigos nos caracteres fracos e inseguros muito facilmente conduz a um princípio de dúvida sobre o

direito da própria causa. Logo que a massa hesitante se vê em luta contra muitos inimigos, surge imediatamente a objetividade e a pergunta de se realmente todos estão errados ou só o próprio povo ou o próprio movimento é que está com o direito. Com isso aparece também o primeiro colapso da própria força. Daí ser necessário que uma maioria de adversários internos seja sempre vista em blocos, de sorte que a massa dos próprios adeptos julgue que a luta seja dirigida contra um inimigo único. Isso fortalece a fé no próprio direito e aumenta a irritação contra o inimigo. (HITLER, 1983, p. 8)

É justamente nesse contexto que o judeu surge como a síntese perfeita. Ele se torna a representação de toda uma série de inimigos, agora sintetizados em torno de uma mesma representação. Nenhuma outra figura seria capaz de reunir em si mesma tanto o marxismo que representa o comunismo ao leste, e que agitava o campesinato e o proletariado que se organizava e se opunha a exploração das elites, com o liberalismo, ideologia oficial do capitalismo internacional, que dentre uma série de tragédias, tornava as elites descomprometidas com o nacional.

O ataque direto a um único “inimigo”, só fortaleceria ao outro, portanto era necessário combater aos dois ao mesmo tempo, e isso se tornou possível através da junção representativa na figura do judeu. Isso dava inclusive possibilidades de estender a crítica a outros setores da sociedade como a maçonaria ou a imprensa, que naquele contexto – com uma boa retórica em direção a ouvidos receptivos – também eram relacionáveis aos judeus.

Para consolidar sua posição política, tenta destruir as barreiras raciais e de cidadania, que mais do que tudo o embaraçam a cada passo. Para atingir tal fim, luta, com sua resistência típica, pela tolerância religiosa, encontrando na Maçonaria, que caiu inteiramente em seu poder, um excelente instrumento para o combate e para a realização de suas aspirações. Os círculos governamentais, assim como as camadas superiores da burguesia política e econômica, caem em suas armadilhas, guiados por fios maçônicos, mal se apercebendo disso. Só o povo propriamente dito ou, melhor, a classe que, despertando, luta pelos seus próprios direitos e sua liberdade, não pode ser conquistado por esse meio, principalmente nas suas camadas mais profundas. Essa, porém, é a conquista mais indispensável. O judeu sente que sua ascensão a uma posição dominante só se tornará possível, quando existir à sua frente um "precursor" e este pensa ele descobrir não entre a burguesia, mas nas camadas populares. Não se pode, entretanto, conquistar fabricantes de luvas e tecelões com os frágeis processos da Maçonaria, tornando-se obrigatório introduzir, nesse caso, meios mais rudes e grosseiros, porém não menos enérgicos. Como segunda arma ao serviço do judaísmo, existe, além da Maçonaria, a imprensa. Com todo o afincado e toda habilidade apossa-se ele desse órgão de

propaganda. Com a mesma principia lentamente a enlaçar toda a vida oficial, a dirigi-la e empurrá-la, tendo a facilidade de criar e superintender aquela potência, que, sob a denominação de "opinião pública", é hoje melhor conhecida do que há algumas décadas. Com isso tudo, apresenta-se sempre como animado por uma infinita sede de saber, elogia todo progresso, sobretudo aquele que acarreta a ruína dos outros, pois só julga todo saber e toda evolução na medida em que lhe facilitam a propaganda de sua raça. Quando falta esse objetivo, torna-se inimigo encarniçado de toda luz, um odiador de toda verdadeira civilização, Desse modo, utiliza todo o saber aprendido nas escolas alheias, unicamente ao serviço de sua raça. (HITLER, 1983, p. 203-204)

A crítica à maçonaria não se deve ao caráter secreto da sua organização. Como já dissemos, havia fortes sociedades secretas no período de cunho neopagão. Sociedades secretas que buscavam resgatar a simbologia tradicional germânica, e, portanto, de contornos nacionalistas. A maçonaria é uma das representações mais fortes do que é supranacional no mundo moderno devido ao seu modo de universalismo, e por isso sofreu forte oposição dos conservadores germânicos.

A imprensa, enquanto instituição social, é uma inovação burguesa. Representa uma forma de transmissão de informações tipicamente urbana, e pressupõe um público de massa. E acima disso tudo, ela representa mais uma forma de difusão de ideologia dentro da sociedade, que vai entrar em concorrência nesse jogo de forças com o Estado, os partidos, as igrejas e as universidades. E como instituição social que surge como fruto direto da sociedade moderna, toma espaço dos difusores tradicionais de ideologia por ser mais objetiva em relação ao contato com a sociedade, sobretudo a massa. É mais acessível, mais rápida e mais abrangente que os outros difusores de ideologia. E dificulta a ação ideológica tradicional de legitimação, já que os múltiplos meios de imprensa são aparelhados a diferentes grupos de interesses, e fazem oposição entre si. A imprensa difunde várias “verdades” a sociedade ao mesmo tempo, bem como faz oposição a outras instituições sociais.

Na sociedade moderna, a imprensa se torna um elemento político fundamental, pois é a forma mais abrangente de difundir ideologia na sociedade, e nenhum grupo é capaz de fazê-lo de forma absoluta sem o controle dela. Ninguém poderia conduzir a massa, “criar uma fé”, como diria Le Bon, em descompasso com a imprensa, mas com ela ao seu lado, teria um meio de difusão imediata de ideologia inédita na história. Com

o rádio e os jornais, agora é tecnicamente possível que o discurso do condutor das massas possa entrar em todos os lugares e ser ouvido pela multidão e pelo povo.

Na medida em que os meios de comunicação se tornam presentes em todos os lares, a imprensa enquanto difusor de ideologia rompe os limites entre o público e o privado. Dessa forma, podemos dizer que os regimes totalitários da era moderna só podem se estabelecer na medida em que se compreenderam a importância da imprensa e dos meios de comunicação de massa e os monopolizaram ideologicamente.

O judeu sabe disso muito bem e empreende, sempre segundo um programa, esta espécie de "desarmamento" da camada dos "líderes" intelectuais de seus adversários de raça. Para mascarar seu modo de agir, e para iludir as suas vítimas, vai falando, cada vez mais, da igualdade de todos os homens, sem considerações de raça nem de cor. Os tolos já principiam a acreditar nas suas afirmações. Dado o fato de sua personalidade ainda ter um cunho por demais exótico para poder prender, sem mais nem menos, sobretudo as grandes massas populares, dá ele à imprensa a incumbência de representá-lo tão diferente da realidade quanto seja necessário para servir à finalidade visada. (HITLER, 1983, p. 204)

Por isso a grande preocupação no *Mein Kampf* com a imprensa, e depois a grande importância da criação do Ministério da Propaganda (*Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda* – RMVP) em 1933, que ao lado da SS-Schutzstaffel foi um dos principais braços institucionais do III Reich. Em primeiro lugar, é necessário colocar a imprensa e seus vínculos com partidos políticos em descrédito, enfraquecendo assim os laços existentes com os vários agrupamentos, comunidades políticas, os cidadãos e, no limite, com a massa, para em seguida, se apoderar dela, e fundi-la dentro de um único núcleo ideológico que inclui imprensa, cultura de massas e educação. No caso do nazismo, esse processo foi articulado e operado com imensa precisão por Joseph Goebbels. Mais uma vez, podemos estabelecer vínculos com os diagnósticos e terapias estabelecidos por Le Bon em sua *Psicologia das Massas*:

A nossa concepção ordinária da expressão "opinião pública" só em pequena escala depende de conhecimento ou experiências pessoais, mas antes do que outros nos dizem. E isso nos é apresentado sob a forma de um chamado "esclarecimento" persistente e enfático. Do mesmo modo que o credo religioso resulta da educação, ao passo que o sentimento religioso dormita no íntimo da criatura, assim a opinião política da massa é o resultado final do trabalho, às vezes incrivelmente árduo e intenso, da inteligência humana. A quota mais eficiente na "educação" política, que, no caso, com muita propriedade,

é chamada "propaganda", é a que cabe à imprensa, a que se reserva a "tarefa de esclarecimento" e que assim se constitui em uma espécie de escola para adultos. Todavia, essa instrução não está nas mãos do Estado, mas é exercida por forças em geral de caráter muito inferior. (LE BON, 2008, p.64)

Nesse sentido, é necessário fazermos um esclarecimento fundamental: para operar essas junções no campo discursivo, era necessário articular idéias e sentimentos já existentes. O *Mein Kampf* é mais que um discurso ideológico, é um diálogo que visa mobilizar e militarizar a vida social para a resolução das complexas e profundas questões sociais. A estrutura e o estilo do texto são claros em mostrar que ele se dirige a quem sabe do que ele está falando. Le Bon é preciso nesse sentido em sua análise da massa, quando diz que se deve dirigir a ela através do concatenamento de uma sucessão de imagens, e quanto mais familiares essas imagens são à massa, mais efetivo o discurso.

A criação das lendas, que tão facilmente circulam entre as multidões, não é apenas o resultado de uma total credulidade, mas também das prodigiosas deformações que sofrem os acontecimentos na imaginação dos indivíduos quando aglomerados. O acontecimento mais simples, visto pela multidão, logo fica deturpado. A multidão pensa por imagens e a imagem evocada evoca, por sua vez, muitas outras que nenhuma relação lógica tem com a primeira. Perceberemos facilmente esse estado, se pensarmos nas insólitas sucessões de idéias a que por vezes somos levados quando evocamos um fato qualquer. A razão mostra-nos a incoerência de tais imagens, mas a multidão não se apercebe dela e, por isso, tudo o que a sua imaginação deformadora acrescentar ao acontecimento será confundido com o próprio acontecimento. Incapaz de estabelecer a separação entre o subjetivo e o objetivo, a multidão aceita como reais as imagens evocadas no seu espírito e que, a maior parte das vezes, só têm uma relação longínqua com o fato observado. (LE BON, 2008, p. 16)

Isso pode ser facilmente observado na forma como os temas se sucedem no livro. Muitas vezes fica evidente ao leitor atual a completa desconexão que existe entre os temas verborragicamente percorridos durante páginas. Mas é justamente através da sucessão que esses temas são postos em unidade. Com o recurso da luta contra o judeu já descrito anteriormente, em que o discurso associa os objetos de crítica sempre a sua figura, os objetivos de crítica dispersos se tornam predicados de uma única entidade através da retórica. A solução de todos os problemas se torna simples, e o que seria na

verdade um grande conjunto de ações para controle total da sociedade passa a ser entendido pela massa como partes de uma ação só: a eliminação do judeu.

Le Bon também descreve esse artifício de controle da massa, através do conhecimento dessa característica psicológica das massas:

O estudo dessa psicologia mostra até que ponto é limitada a ação que as leis e as instituições exercem sobre a sua natureza impulsiva e como as multidões são totalmente incapazes de ter qualquer opinião para além daquelas que lhes são sugeridas. Não são as regras baseadas na equidade teórica pura que as podem guiar, é necessário impressioná-las para seduzi-las. Se um legislador quiser, por exemplo, lançar um novo imposto, deverá optar pelo que é teoricamente mais justo? De maneira nenhuma. O mais injusto pode ser, na prática, o melhor para as multidões se for o menos perceptível e, aparentemente, o menos pesado. É por isso que um imposto indireto, mesmo quando é exorbitante, é sempre facilmente aceite pela multidão. Como é pago, em pequenas frações, nos objetos de consumo diário, não chega a perturbar os hábitos nem causa impressão. Mas se o substituirmos por um imposto proporcional sobre os salários, ou outros rendimentos, para ser pago de uma só vez, levanta-se imediatamente um coro de protestos, ainda que o novo imposto seja dez vezes menos pesado do que o outro. Neste caso, em vez das pequenas frações invisíveis, pagas dia a dia, torna-se necessário despender uma nova soma, relativamente elevada, que, por isso mesmo, parece impressionante. Só passaria despercebida se tivesse sido posta de parte aos poucos, mas esse procedimento implica uma dose de espírito de previdência econômica de que as multidões são totalmente incapazes. O exemplo tão simples que acabamos de dar ilustra bem a mentalidade das multidões. Essa mentalidade não escapou a um psicólogo como Napoleão, mas os legisladores, esses, continuam a não a compreender porque nada sabem dela. A experiência ainda não lhes ensinou que os homens não se deixam guiar pelas prescrições da razão pura. (LE BON, 2008, p. 5)

A propaganda seria o meio por excelência de emprego dessa estratégia de controle das massas. Munida da indústria cultural, a propaganda utiliza ferramentas de grande impacto para esse processo de indução ideológica através da sucessão de imagens. Siegfried Kracauer dedicou grande parte da sua obra a analisar o modo como a indústria cultural refletia a política alemã do período, e de como a Partido Nazista soube apoderar-se dela aparelhando-a ao Estado como elemento de controle das massas. Kracauer refere-se a essa forma de controle das massas através de um processo em que ela se torna ornamento para si mesma. Ao mesmo tempo em que a massa ganha forma,

ela se submete definitivamente a um comando. Nas palavras do próprio “O ornamento não é pensado pelas massas que o realizam. É absolutamente linear: nenhuma linha emergindo das partículas da massa prevalece sobre a figura inteira” (KRACAUER, 2009, p. 93). E a partir do momento em que os indivíduos em massa se tornam ornamento, eles se esvaziam definitivamente de significado próprio.

Para Kracauer, esse processo seria um modo de desencantamento típico da modernidade capitalista, que aos poucos destituiria a simbologia dos movimentos coletivos em prol da racionalidade e instrumentalidade. É indissociável a racionalidade capitalista da lógica totalitária nesse contexto, posto que ambas submetam uma massa esvaziada de significado e de consciência crítica ao comando de poucos que realmente refletem e controlam o processo. Kracauer destaca como o cinema foi o principal instrumento da nascente indústria cultural como elemento “educação das massas”. Ao mesmo tempo em que fazia com que a massa visse a si mesma, torna-se objeto de si mesma, e pudesse reconhecer-se como protagonista da modernidade, a massa era instrumentalizada politicamente.

Historiadores do nazismo como Ian Kershaw, Joachim Fest, Willian L. Shirer, Édouard Conte e Cornelia Essner chamam a atenção para o fato de que os símbolos nazistas como a suástica, as cores, a saudação “*Heil!*” e a própria idéia de um *führer* são elementos muito anteriores ao nazismo como regime político, remetendo, sobretudo aos séculos XVIII e XIX. Fest cita como exemplo o trabalho de Jorg Lanz Von Lièbenfels. Ele era um monge criador de uma revista muito popular entre a pequena burguesia germânica chamada *Ostara*. Esta revista, fundamental para a formação de Hitler, grande colecionador de seus exemplares, alcançava uma impressionante tiragem de cem mil exemplares na primeira década do século XX. Nessa revista já estavam presentes símbolos como a cruz gamada (no canto superior da capa) e, sobretudo, idéias fundamentais que Hitler depois as reeditaria nas páginas do *Mein Kampf*, como a higiene racial, a luta de raças, a concepção dos não arianos como sub-homens, e quais seriam ações que deveriam ser tomadas, como a castração e o envio a campos de trabalho forçado. Lièbenfels não só preparou o jovem Hitler, mas preparou um alicerce de toda uma geração.

“Você é louro? Nesse caso, você é um gerador de civilização e contribui para mantê-la! Mas certos perigos o ameaçam! Leia então a

literatura dos loiros e dos defensores do homem! ’ – anunciava um cartaz ali fixado. Esta revista chamada *Ostara* era editada por um monge chamado Jorg Lanz Von Lièbenfels. Esta revista expunha a teoria do combate travado entre pelos *Asinges* (ou heróis) contra os *Simiens* (sub-homens). Lièbenfels tinha o propósito de fundar e organizar uma espécie de sociedade masculina de heróis arianos destinados a formar a vanguarda dos senhores da raça dos senhores loiros de olhos azuis na luta sangrenta contra as raças mestiças e inferiores. Sob o signo do estandarte da cruz gamada, que hasteara em sua fortaleza em 1907, prometia substituir a luta de classes proposta pelos socialistas pela luta de raças, devendo para tanto utilizar o ‘cutelo de castração’. Lanz preconizava a aplicação sistemática de práticas de educação e de eliminação ‘para exterminar os sub-homens e desenvolver o homem superior da nova era’. A seleção metódica dos nascituros e à ‘higiene racial’ correspondia um conjunto de medidas prevendo a esterilização, a deportação para a ‘floresta dos símios’, assim como a liquidação por meio de trabalhos forçados e assassinatos. (...) Hitler visitou ocasionalmente Lanz para conseguir números atrasados que faltavam em sua coleção. Ele dedicou fervorosa atenção ao exame da doutrina de Lièbenfels, mas lhe deixou a impressão de ser um moço modesto e retraído. (FEST, 1976, p.57)

É através da rearticulação de noções que o discurso nazista vai reescrever a história, o idioma, e vai reorganizar toda a cultura, material e imaterial. Tudo que é indesejado será meticulosamente retirado, e o que se quer que a massa assimile será traduzido para jargões e símbolos, facilmente assimiláveis. Por isso o uso dos clichês e do senso comum tão criticados por Mussolini, eles eram a matéria-prima perfeita para rearticulação da história e da cultura alemãs. Partiu-se do que era onipresente na sociedade, como o folclore, as lendas, os mitos, os valores tradicionais e os medos. Uma matéria dispersa, amorfa, que Hitler e seus partidários se aproveitaram para dar uma unidade e um sentido. Eles se apoderaram de noções que pertenciam à sociedade, rearticularam e reinseriram de maneira gradual e praticamente imperceptível a massa.

Primeiro Hitler pintou o mundo de duas cores, para que toda aquela realidade indistinta e complexa pudesse ser facilmente compreensível. Depois, ele rearticulou de modo que fosse consensual aos diferentes grupos da sociedade alemã, mas, sobretudo, a massa. Ou seja, ele partiu dos micropoderes, de forma ascendente, até reescrever a história e a cultura, e chegar a um discurso oficial que emanava do Estado e em uma doutrina política totalizante que desse conta do funcionamento de todas essas engrenagens rearticuladas.

A relevância do *Mein Kampf* para o entendimento do nazismo – seja como fenômeno totalitário, seja no apoio ou indiferença popular a guerra e a limpeza étnica – está na capacidade de convergir e de sintetizar as diferentes perspectivas e interesses dos diferentes grupos através de um elemento comum, de modo que se reduzam as contradições entre os diferentes grupos ideológicos, criando uma estrutura de poder discursivo que é capaz de legitimar as ações do Estado.

O *Mein Kampf* de Hitler consegue transformar o antissemitismo em projeto político. E é através dele que se insere um projeto que busca atender tanto aos desejos quanto aos interesses: ao mesmo tempo em que ele aponta um culpado, com a outra mão ele oferece a solução. Ele eleva a problemática judaica em nível de questão pública, cria um inimigo comum, tangível, visível a todos; e em torno do combate a esse inimigo ele une a nação em torno de um mesmo ideal.

As ações contra os judeus são legitimadas na medida em que deixam de ser um fim em si, mas parte de um conjunto maior, muito mais grandioso que o simples extermínio: é o processo de purificação para o estabelecimento do paraíso ariano na Terra. Então, ao mesmo tempo em que o *Mein Kampf* conscientiza sobre a dimensão do problema judaico, ele minimiza o extermínio colocando-o dentro de uma causa muito maior. E como condição técnica para a realização do projeto surge toda a estrutura do Estado totalitário, amplamente aceita como um recurso necessário para obtenção dos fins. Na medida em que esse Estado se estabelece, ele engendra novas técnicas de dominação que implica numa legitimação cíclica.

É necessário abandonar a concepção ingênua de que um homem ou mesmo um partido seriam capazes de sozinhos realizarem todos os feitos de Hitler e o nazismo em tão pouco tempo. Esse apoio da sociedade – como vimos até aqui, manifesto de diferentes formas por diferentes grupos – não é um mero fator para a consolidação do nazismo, mas uma condição *sine qua non*. O *Mein Kampf* é um documento histórico único onde está cristalizado todo um campo discursivo extremamente efervescente, em que estão postas várias perspectivas políticas e relações de poder da sociedade alemã do período. O livro surge em um momento de transição histórica em que o nazismo passa a consolidar suas formas, e é em si próprio um agente histórico, que foi fundamental para a difusão das idéias e consolidação política do partido. Ele não somente é um

documento capaz de nos revelar idéias que estavam em disputa na sociedade, como ele próprio foi um difusor de idéias que orientaram ações dos sujeitos históricos. Dessa forma, o *Mein Kampf* surge como um elemento sem o qual se torna impossível compreender o nazismo em sua totalidade.

Considerações Finais

Hitler surge como um condutor da massa. Através do discurso racial, ele confere identidade a massa, ou seja, dá a massa aquilo que é a sua maior necessidade na modernidade. E através do discurso racial, Hitler reafirma as desigualdades e os valores conservadores. Mas também, através da raça ele expande a dominação da massa para a dominação total da sociedade. Ele substitui os estratos horizontais de classe, por estratos verticais de raça.

No trecho abaixo, é importante ressaltarmos novamente a repulsa de Hitler a democracia ocidental, que é considerada um sistema corrupto por natureza, e que faz com que a superioridade dos grandes homens seja submetida à ignorância da maioria.

Quando, através da Europa, flamejavam os primeiros sinais da tempestade revolucionária, começou também a Áustria a pegar fogo, pouco a pouco. Quando, porém, o incêndio irrompeu afinal, já a fogueira era atizada menos por causas sociais ou políticas que por forças impulsoras de origem racial. Em outra parte qualquer, a revolução de 1848 podia ser uma luta de classes, mas na Áustria já era o começo de um novo conflito racial. Quando o alemão daquele tempo, esquecendo ou não reconhecendo essa origem, se colocava a serviço da sublevação revolucionária, traçava ele próprio o seu destino. Com isso auxiliava o despertar do espírito da democracia ocidental, que, dentro de pouco tempo, teria de subverter-se-lhe a base da própria existência. (HITLER, 1983, p. 57)

A concepção de nação é dada através da junção entre raça e território. A cultura seria imanente a raça; a cultura para Hitler é a ação humana dentro das possibilidades ontológicas de cada raça. A cultura é o ser da raça através do tempo.

Estados têm existido que por não possuírem, devido a suas origens raciais, a genialidade indispensável, não puderam evitar a sua ruína. O que aconteceu com certas espécies animais dos tempos pré-históricos, que cederam lugar a outras e, por fim, desapareceram completamente, acontece com os povos, quando lhes falta a força espiritual, única arma capaz de assegurar sua própria conservação! O Estado em si não cria um determinado standard de cultura, pode apenas conservar a raça de que depende essa civilização. Em outra hipótese, o Estado poderá durar centenas de anos, mas se não tiver evitado a mistura de raças, a capacidade cultural e todas as manifestações da vida a ela condicionadas sofrerão profundas modificações. O Estado de hoje, por exemplo, pode, como mecanismo, ainda por muito tempo aparentar vida, mas o envenenamento da raça criará fatalmente um

rebaixamento cultural que, aliás, já se nota hoje em proporções assustadoras. Assim sendo, a condição essencial para a formação de uma humanidade superior não é o Estado, mas a raça. (HITLER, 1983, p. 246)

Logo, Hitler salta de condutor da massa para condutor da raça, e com isso seu poder se torna total, e seu lugar natural é o Estado. Esse Estado é um demiurgo que tem a função de controlar a massa, moldar a sociedade e consolidar a nação. Isso significa purificar a raça e dominar o território.

O dever da política externa de um Estado nacionalista é assegurar a existência da raça incluída no Estado, estabelecendo uma proporção natural entre o número e o crescimento da população, de um lado, e, do outro, a extensão e a qualidade do solo. Quando falo em proporção natural refiro-me à possibilidade do Estado de assegurar alimentação a um povo no seu próprio solo. Qualquer outra situação, dure ela séculos ou mesmo milhares de anos, nem por isso é menos natural e, mais cedo ou mais tarde, conduzirá ao enfraquecimento se não ao aniquilamento do povo. Somente um suficiente espaço na terra é que assegura, a um povo a liberdade de existência. Por isso, não se pode julgar a extensão da área de povoamento somente pelas exigências do presente, nem mesmo pela capacidade de produção da terra em referência ao número de habitantes. Pois, como já explanei no primeiro volume, no capítulo "Política de aliança da Alemanha antes da Guerra", cabe à superfície de um Estado, além de sua importância como fonte direta da alimentação de um povo, também nina outra, a de caráter político-militar. Quando um povo tem assegurada a sua alimentação pela extensão de seu território, é ainda necessário considerar a garantia do próprio solo. Esta reside na força política do Estado, que, por sua vez, é determinada por pontos de vista militares e geográficos. Só desse modo pode a nação alemã defender-se como potência mundial. (HITLER, 1983, p. 400)

Na medida em que a questão racial se torna questão de Estado, as relações de poder se consolidam através do domínio do corpo pelo Estado. A eugenia e o militarismo se conjugam como tecnologias de poder capazes de dominar o corpo da massa, enquanto a ideologia, difundida através da propaganda e da educação, domina as mentes.

O Estado é um meio para um fim. Sua finalidade consiste na conservação e no progresso de uma coletividade sob o ponto de vista físico e espiritual. Essa conservação abraça em primeiro lugar tudo o que diz respeito à defesa da raça, permitindo, por esse meio, a expansão de todas as forças latentes da mesma. Pela utilização dessas

forças, promover-se-á a defesa da vida física e, por outro - lado, o desenvolvimento intelectual. Na realidade, os dois estão sempre em função um do outro. Estados que não atendem a esse objetivo são criações artificiais, simples mostrengos. O fato de semelhante Estado existir em nada altera essa verdade, assim como o êxito de uma associação de piratas não justifica o saque. Nós, nacionais-socialistas, como defensores de uma nova concepção do mundo, não devemos nunca nos colocar no ponto de vista falso das chamadas "realidades". Se assim acontecesse não seríamos os fatores de uma grande idéia, mas escravos das mentiras em voga. Temos que estabelecer bem claramente a diferença entre o Estado como continente e a raça como conteúdo. Esse continente só tem sentido se puder manter e proteger o conteúdo. Na hipótese contrária, torna-se inútil. Assim, a finalidade principal de um Estado nacionalista é a conservação dos primitivos elementos raciais que, por seu poder de disseminar a cultura, criam a beleza e a dignidade de uma humanidade mais elevada. Nós, como arianos, vivendo sob um determinado Governo, podemos apenas imaginá-lo como um organismo vivo da nossa raça que não só assegurará a conservação dessa raça, mas a colocará em situação de, por suas possibilidades intelectuais, atingir uma mais alta liberdade. (HITLER, 1983, p. 247)

Se a massa está sempre em movimento, a guerra surge como o meio perfeito de dar vazão a essa força. O militarismo controla a massa através da ordem e da repetição, e a guerra põe a massa em ação. Guerra que movimenta a indústria, que se aquece, traz prosperidade, e legitima o discurso político através do bem-estar econômico.

A guerra é combatida em duas frentes: contra os inimigos geográficos, pelo território, e contra os inimigos da raça, pela sua purificação. Logo, a guerra é um fato inerente a nação, seu estabelecimento e reafirmação. E a guerra é uma etapa natural do destino inevitável da nação, que é a materialização da sua superioridade. Reafirmam-se as tradições germânicas da guerra como meio legítimo de afirmação da superioridade. E legitimam-se e naturalizam-se quaisquer ações em qualquer uma das frentes de luta, porque são parte de uma missão maior – a missão histórica dos *Herrenvölk*⁷ – e são praticadas dentro de um campo “justo”: a guerra.

Pode-se considerar a seguinte frase como uma sentença eternamente verdadeira: jamais um Estado foi fundado pela economia pacífica e sim, sempre, pelo instinto de conservação da espécie, esteja este situado no campo da virtude heroica ou da astúcia. O primeiro produz os Estados arianos, de trabalho e cultura, o segundo, colônias judaicas

⁷ Podemos traduzir como “Raça de Senhores”

parasitárias. Desde que um povo ou um Estado procura dominar esses instintos, estão atraindo para si a escravidão, a opressão. A crença de antes da guerra de que era possível ter o mundo aberto para a nação alemã ou de fato conquistá-lo pelo método pacífico de uma política de comércio e colonização, era um sinal evidente de que haviam desaparecido as genuínas virtudes que fazem e conservam os Estados. Bem como a intuição, a força de vontade e a determinação que fazem as grandes coisas. Como era de esperar, o resultado imediato disso foi a grande guerra, com todas as suas consequências. Para aquele que não examinasse a questão, essa atitude de quase toda a nação alemã era um enigma indecifrável, pois a Alemanha era justamente um exemplo maravilhoso de um império que surgiu de uma política de força. A Prússia - célula mater do Reich - proveio de grandes heroísmos e não de operações financeiras ou negócios comerciais. E o próprio Reich era o mais maravilhoso prêmio da direção da política de força e da coragem indômita dos seus soldados. (HITLER, 1983, p. 104-105)

Assim, a finalidade principal de um Estado nacionalista é a conservação dos primitivos elementos raciais que, por seu poder de disseminar a cultura, criam a beleza e a dignidade de uma humanidade mais elevada. Nós, como arianos, vivendo sob um determinado Governo, podemos apenas imaginá-lo como um organismo vivo da nossa raça que não só assegurará a conservação dessa raça, mas a colocará em situação de, por suas possibilidades intelectuais, atingir uma mais alta liberdade. (HITLER, 1983, p.247)

De maneira geral, a partir de tudo que foi dito até aqui, podemos fazer as seguintes considerações:

1. O discurso do *Mein Kampf* é fundamentalmente um discurso de crise, sendo esta uma crise dupla, onde está presente tanto a crise da década de 1920 na Alemanha, como fundamentalmente crise da modernidade. Ambas se entrelaçam na realidade, e o discurso busca dar um sentido único ao sentimento geral de desorientação.
2. A principal inovação do *Mein Kampf* é que, diferente da maioria dos discursos de crise, meramente cheios de críticas e pródigos em achar culpados, o discurso nazista do *Mein Kampf* de um lado simplifica as causas da crise, e de outro, já oferece a solução, aponta imediatamente um caminho, que se apresenta como igualmente simples.
3. O livro uniu o condutor das massas às ideias políticas. Através do *Mein Kampf* Hitler sistematizou o seu discurso, e deu consistência ideológica ao seu carisma

- político. E de maneira geral, compôs um conjunto em que uniu um líder, um partido, uma Doutrina e um regime político. E a força desse conjunto se revela não só através da ascensão meteórica dos nazistas na política alemã, mas fundamentalmente através do fato de que os nazistas chegaram as portas do poder total democraticamente, com amplo apoio popular.
4. O discurso do *Mein Kampf* é marcado por um realismo político único. É um livro que fala para as massas como as massas devem ser dominadas. É de uma chocante clareza: fala o que Hitler acreditava que deveria ser feito, como e por que. E até por volta de 1941, tudo aconteceu conforme previsto no livro.
 5. A Doutrina nazista exposta no *Mein Kampf* compõe um discurso amplo e direto, que se dirige a um vasto número de atores sociais da Alemanha do início do século XX. Mas com a habilidade de criar consensos, mesmo quando passou por problemáticas de alta controvérsia na sua época. E conseguiu ampla repercussão por ser basicamente um discurso de linguagem acessível, popular. Soube caminhar através do senso comum do seu tempo, ser ouvido e compreendido.
 6. O nazismo estabeleceu uma nova ordenação da realidade. Reescreveu a história, instituiu uma nova linguagem, criou novas hierarquias, novos atores e novos papéis sociais. Em suma, criou uma nova organização social e um novo sistema de valores.
 7. O *Mein Kampf* não é meramente um livro, mas um símbolo de uma época. E da mesma forma que se põe a inaugurar-la, também se coloca como um guia para ela.
 8. A intenção do livro não é primariamente propagar o antissemitismo, mas é através do uso do antissemitismo que já era presente na sociedade alemã – de diversas formas – que Hitler e o partido nazista angariaram apoio, e conseguiram simplificar aspectos mais amplos e complexos da sua política.
 9. O nazismo não foi uma necessidade histórica. Não existiu um conjunto de fatores que levou necessariamente a Alemanha ao nazismo. Mas o nazismo foi um movimento conduzido por um grupo com grande organicidade dentro da sociedade, e dotado de grande habilidade política, que soube eliminar os antagonismos e as oposições, seja pela força ou pela cooptação.

10. Aspectos elementares do nazismo, como a política de intolerância contra as minorias, não necessitam propriamente de um Estado totalitário para se estabelecerem. Tanto que já estavam postos no discurso e na prática anos anteriores a conquista do poder total pelos nazistas. E a política baseada na discriminação das minorias e no controle social é possível em diversos regimes políticos, se não, em todos eles.

A máxima da modernidade é a contradição dos princípios sobre os quais ela mesma se assenta. Vários autores, cada um dentro das suas respectivas perspectivas, como Norbert Elias, Hannah Arendt e Eric Hobsbawm costumam pensar no nazismo o colapso da civilização ocidental. O nazismo é o apogeu de um processo histórico que criou e convergiu categorias ao ponto em que elas assumissem autodeterminação capaz de recriar a si mesmas. O nazismo é ao mesmo tempo o paroxismo da razão antropocêntrica e da cosmologia teológica. Essa junção em uma escala jamais imaginada gerou uma civilização que rompeu com maior eficiência até hoje com a antinomia ocidental entre fé e razão, de uma forma em que a razão desmoralizou a fé, e a razão tornou-se completamente acrítica.

E o nazismo também é o apogeu do processo revolucionário moderno, em que o próprio homem tornou-se capaz de produzir por volição própria um novo homem, uma nova civilização. A guerra total é uma consequência do homem total, que produz a si mesmo. A história é divinizada, e passa a ser construída de forma racional, calculada e premeditada. O nazismo é um projeto político de construção de uma nova civilização a partir de uma nova metafísica. Por isso as categorias analíticas tradicionais não dão conta da sua análise, como aponta Hannah Arendt, já que o nazismo é essencialmente a criação de novas categorias. Tanto a ideia de raça, quanto a ideia de super-homens e sub-homens, são categorias que se conjugam para desintegrar a noção de *humanidade*.

De maneira geral, concluímos que as variáveis históricas geraram rupturas e convergências que possibilitaram o surgimento do ideário nazista, que chegando e se consolidando no poder, passou a operar esse processo – até então subjetivo e estrutural – de forma objetiva e sistemática. O nazismo surge do esfacelamento da estratificação social na modernidade, e culmina com a reorganização geral da sociedade; da crise

econômica a planificação da economia; da fragmentação da cultura a imposição de uma política cultural; da crise dos valores e da significação ao estabelecimento de uma nova metafísica.

E o *Mein Kampf* é justamente é o epicentro desse processo em que fatores estruturais e subjetivos se cristalizam em uma Doutrina e um projeto político que vai buscar criar e operar a construção de uma nova metafísica e de uma nova civilização. Em outras palavras, o *Mein Kampf* é o ponto de transição do processo histórico em que o nazismo vai buscar soluções para as crises do seu tempo através de um projeto político de construção de um novo homem, de uma nova história, de um novo espaço e de um novo tempo. E se as ideias que moveram o nazismo não eram necessariamente inéditas, os esforços para colocá-las em prática certamente o foram.

Referencial

- ADORNO, T. **Sobre la pregunta. “Qué es alemán?”**. In *Consignas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- ARENDT, H. **As Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BARBOSA, E. MAGNOLI, D. **O Mundo em Desordem**. São Paulo: Record, 2011.
- BENJAMIN, W. **Experiência e pobreza**. In *Obras Escolhidas I*, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- BLACK, E. **IBM and the Holocaust: The Strategic Alliance between Nazi Germany and America's Most Powerful Corporation**. Nova York: Crown Publishers, 2001.
- _____. **War Against the Weak: Eugenics and America's Campaign to Create a Master Race**. Nova York: Basic Books, 2003.
- BODEI, R. **Libro della memoria e della speranza**. Bologna: Il Mulino, 1995.
- CAMARGO, F. **A Ideologia conservadora de José Antonio Primo de Rivera: hispanidade, história e catolicismo**. São Paulo, Proj. História, p. 325-332, jun. 2006. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/2435/1530> Acesso em 16 ago. 2012.
- CHADE, J. **Grupos xenófobos já compõem nove governos europeus**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 29 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,grupos-xenofobos-ja-compoem-nove-governos-europeus-,866711,0.htm>> Acesso em 16 ago. 2012)
- CONTE, É. ESSNER, C. **A Demanda da raça: Uma Antropologia da Nazismo**. Lisboa: Editora Epistemologia e Sociedade, 1995.
- ELIAS, N. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- EVANS, R. **A Chegada do Terceiro Reich**. São Paulo: Planeta, 2010.
- FERRO, M. **Mein Kampf": faut-il vraiment rééditer le manifeste nazi de Hitler?** Le Plus, Paris, jan. 2012. Disponível em <http://leplus.nouvelobs.com/contribution/300287-mein-kampf-faut-il-vraiment-reediter-le-manifeste-nazi-de-hitler.html>> Acesso ago. 2012
- FEST, J. **Hitler**. São Paulo: Editora Objetiva, 1976.

- FREUD, S. **Sobre la guerra e la muerte**. In *Obras completas*, vol.XVIII, Buenos Aires: Santiago Rueda Editor, 1954.
- GIDDENS, A. **Capitalismo e moderna teoria social**. 4.ed., Lisboa, Presença, 1994 (Trad.: Maria do Carmo Cary).
- _____. **Política, Sociologia e Teoria Social**. São Paulo: Fundação da Editora UNESP, 1998.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- HITLER, A. **Minha Luta**. São Paulo: Editora Centauro, 1990.
- _____. **Minha Luta: Mein Kampf**. São Paulo: Editora Moraes, 1983.
- HOFSTADTER, R. **Social Darwinism in American Thought**. Boston: Beacon Press, 1965.
- KERSHAW, I. **Hitler**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- KOYRÉ, **Estudios de historia del pensamiento científico**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1980.
- KLEMPERER, V. **LTI: A Linguagem do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009.
- KRACAUER, S. **De Caligari a Hitler: Uma História Psicológica do Cinema Alemão**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.
- _____. **O Ornamento da Massa**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- LEVI, P. **Os afogados e os sobreviventes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LOSURDO, D. **Il revisionismo storico. Problemi e miti**. Roma-Bari: Laterza, 1996.
- _____. *Il totalitarismo*, in www.emsf.rai.it, 1990. Acessado em 20/01/2012.
- LÖWY, M. VARIKAS, E. **Nazismo: a conexão norte-americana**. Biblioteca Diplô, jul. 2007. Disponível em: <<http://diplo.org.br/imprima1501>> Acesso em 16 ago. 2012.
- MANNHEIM, K. **Diagnóstico do Nosso Tempo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1967.
- _____. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1972.
- _____. **Sociologia Sistemática**. São Paulo, Editora Pioneira, 1962.
- MAYER, A. **A força da tradição. A persistência do antigo regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MOSSE, G. **La nazionalizzazione delle masse**. Bologna: Il Mulino, 1995.

- POLIAKOV, L. **O Mito Ariano**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.
- REICH, W. **Psicologia de Massas do Fascismo**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.
- RYBACK, T. **A Biblioteca Esquecida de Hitler: os livros que moldaram a vida do Führer**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SHIRER, W. **Ascensão e Queda do Terceiro Reich**. 4 Volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- SIMMEL, G. **O Estrangeiro**. In: Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, Vol. 4, nº 12, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/grem/SIMMEL.O%20estrangeiro.Trad.Koury.rbsedez05.pdf>> Acesso 16 ago. 2012.
- SMITH, D. **Mussolini: a Biography**. Londres: Vintage Books, 1983.
- SMITH, W. **Friedrich Ratzel and the Origins of Lebensraum**, In: German Studies Review, vol. 3, No. 1 (fevereiro de 1980), p. 51-68
- SORLIN, P. **O Anti-semitismo Alemão**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- TAHA, A. **Nietzsche, o Profeta do Nazismo: o culto do Super-Homem**. São Paulo: Madras, 2007.
- TRAVERSO, E. **A Sangre y Fuego: De la guerra civil europea (1914-1945)**. Valencia: PUV, 2007.
- _____. **La Historia Desgarrada: Ensayo sobre Auschwitz y los Inlectuales**. Barcelona: Herder, 2001.
- TOSTES, A. P. **Razões da intolerância na Europa integrada**. Scielo, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000200003&lng=en&nrm=iso> Acesso em 16 ago 2012.
- TURDA, M. **Modernism and Eugenics**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.
- VIZENTINI, P. **A extrema-direita, a França e a União Européia**. Terra, São Paulo, Abr. 2002. (Disponível em http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_68.htm Acesso em 16 ago. 2012)
- WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. Ed.. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998, vol. 1.
- _____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1999, vol. 2.
- _____. **Ensaio de sociologia e outros escritos**. São Paulo, Abril Cultural, 1974, p. 249-55 (Os pensadores, XXXVII).

_____. **Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**, A. São Paulo, Thomson Pioneira, 2008.

ZIPES, J. **The Brothers Grimm: From Enchanted Forests to the Modern World**. Londres: Routledge, 2002.

Documentos:

Campos de Extermínio: Visão Geral. Enciclopédia do Holocausto. Disponível em: <http://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005145> Acesso em: 16 ago. 2012.

Patriot Act: Disponível em <http://www.fincen.gov/statutes_regs/patriot/index.html> Acesso em 16 ago. 2012